

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

Uma Necrópole Esquecida e os Valores Para a Sua Conservação:
o *British Cemetery* do Recife em perspectiva

Davi Kiermes Tavares

Pelotas, 2016

Davi Kiermes Tavares

Uma Necrópole Esquecida e os Valores Para a Sua Conservação:

o *British Cemetery* do Recife em perspectiva

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Pelotas, 2016

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

T231n Tavares, Davi Kiermes

Uma necrópole esquecida e os valores para a sua conservação: o *British Cemetery* do Recife em perspectiva.

Davi Kiermes Tavares; Ronaldo Bernardino Colvero, orientador. — Pelotas, 2016.

230 f.: il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. British Cemetery. 2. Patrimônio. 3. Valor. 4. Conservação. I. Colvero, Ronaldo Bernardino, orient. II. Título.

CDD: 306.4

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

Davi Kiermes Tavares

Uma Necrópole Esquecida e os Valores Para a Sua Conservação: o *British Cemetery* do Recife em perspectiva

Dissertação **aprovada**, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 31/10/2016

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ronaldo Bernardino Colvero (Orientador)
Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^a Dr^a Juliane Conceição Primon Serres
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Edson Romário Monteiro Paniágua
Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Para Maria Ferraz e Orcines Kiermes Tavares

– *in memoriam.*

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem a coparticipação e colaboração de pessoas e organizações às quais, agora, expresso reconhecimento.

Inicialmente, ao Ser Supremo, que conhece as inquietações e indagações que permeiam meu caminho, pela confiança outorgada ao meu espírito de que desafios existem para serem enfrentados e superados.

Ao Professor Dr. Ronaldo Bernardino Colvero, pela tranquila e cabal orientação na construção do texto.

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (corpo docente e funcional) - a oportunidade do aprendizado, o atendimento disponível e a possibilidade de chegar até a conclusão do trabalho.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - a Licença para Capacitação.

Aos Professores Dra. Juliane Conceição Primon Serres e Dr. Edson Romário Monteiro Paniágua - a participação na Avaliação Final (e também na Qualificação, no caso, Juliane).

À Sociedade Administradora do *British Cemetery* – o acesso ao cemitério e informações relevantes.

Ao colega de Mestrado José Paulo S. Brahm – a solidariedade das palavras.

A todas as pessoas que participaram da pesquisa, com relatos, entrevistas, opiniões.

Gratias ago.

“Falar-se de patrimônio cultural é falar de valores” (MENESES, 1992, p. 189).

“O valor dos bens culturais (...) tem a magnitude da consciência dos povos a respeito de sua própria vida” (SOUZA FILHO, 2005, p. 45).

Quem faz os cemitérios não são os mortos, mas os vivos. E fazem-nos não apenas para os mortos mas também (para não dizermos **sobretudo**) para os vivos. (...) Assim, os cemitérios funcionam como espelhos das aldeias, vilas ou cidades que os produzem. O conhecimento de uma qualquer comunidade ficará sempre incompleto se não incluir o seu cemitério (COELHO, 1991, p. 8, destaques do autor).

Resumo

TAVARES, Davi Kiermes. **Uma Necrópole Esquecida e os Valores Para a Sua Conservação**: o *British Cemetery* no Recife em perspectiva. 2016. 230 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

Este trabalho acadêmico apresenta pesquisa sobre o fenômeno social constituído pela relação entre um bem cultural material e patrimonializado (o *British Cemetery*, localizado na cidade do Recife desde os anos de 1814) em estado de abandono, os valores a ele atribuídos e a sua conservação. No campo da conservação do patrimônio cultural os valores passaram a ser vistos como fontes críticas para a tomada de decisão e principalmente pela compreensão de que as ações de conservação são significativamente influenciadas por uma faixa mais extensa de interesses vinculados aos diferentes sujeitos envolvidos no processo. O entendimento da significância do cemitério para o seu contexto social, a fim de que sugestões fossem elaboradas e dispostas como possibilidades a sua conservação e recuperação social a partir disso, foi o objetivo perseguido. Delineado como estudo de caso, o método qualitativo foi adotado. Fontes documentais, bibliográficas e entrevistas foram os procedimentos de coleta de dados utilizados.

Palavras-Chave: *British Cemetery*; patrimônio; valor; conservação.

Abstract

TAVARES, Davi Kiermes. **One Oblivious Necropolis and the Values for the Conservation:** the *British Cemetery* of Recife in perspective. 2016. 230 f. Dissertation (Master Degree em Memória Social e Patrimônio Cultural) - Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

This academic paper presents research on the social phenomenon consists of the relationship between a good cultural material and patrimonializado (the British Cemetery, located in the city of Recife since the year 1814) in state of disrepair, the values attributed to it and its conservation. In the field of conservation of cultural heritage values were seen as critical sources for decision-making and especially the understanding that conservation actions are significantly influenced by a more extensive range of interests linked to the different subjects involved in the process. Understanding the significance of the cemetery to its social context, so that suggestions were prepared and arranged as possible their conservation and social recovery from that was the objective pursued. Designed as a case study, the qualitative method was adopted. Documentary, bibliographic and interview sources were the data collection procedures used.

Key-words: *British Cemetery*; heritage; value; conservation.

Lista de Figuras

Figura 1	Quadro da Classificação contemporânea do patrimônio cultural.....	35
Figura 2	Quadro da relação entre os tipos de monumentos e valores na análise de Aloïs Riegl.....	53
Figura 3	Quadro da tipologia do valor proposta por Mason.....	60
Figura 4	Quadro da relação de valorização dos objetos.....	64
Figura 5	Quadro da hierarquia das atividades da conservação.....	66
Figura 6	Quadro da relação entre os valores socioculturais do patrimônio, diferentes significados, metodologias e fontes de pesquisa.....	75
Figura 7	Desenho da cidade do Recife em 1816.....	82
Figura 8	Fotografia de comerciantes ingleses em Pernambuco.....	88
Figura 9	Quadro de inumações por ano no cemitério.....	95
Figura 10	Quadro informativo do processo de tombamento.....	113
Figura 11	Fotografia do cemitério e local atualmente.....	116
Figura 12	Mapa urbano da localização atual do Cemitério dos Ingleses e do Cemitério de Santo Amaro – visão de satélite.....	118
Figura 13	Mapa urbano da localização atual do Cemitério dos Ingleses e do Cemitério de Santo Amaro.....	119
Figura 14	Fotografia do portão de acesso ao cemitério e capela.....	120
Figura 15	Fotografias da frente do cemitério.....	122
Figura 16	Fotografias da continuidade do lado sul do cemitério.....	123
Figura 17	Fotografias em perspectiva de todo lado Sul.....	124
Figura 18	Fotografias do lado Leste do cemitério.....	125
Figura 19	Fotografias do lado Norte do cemitério.....	126
Figura 20	Fotografias do final do lado Norte e o início do lado Oeste.....	127
Figura 21	Quadro com características dos entrevistados.....	129
Figura 22	Quadro com os valores atribuídos pelos sujeitos.....	129
Figura 23	Fotografia da placa referente ao tombamento.....	130
Figura 24	Quadro com características dos entrevistados.....	146
Figura 25	Quadro com os valores atribuídos pelos sujeitos.....	154

Lista de Abreviaturas e Siglas

CEC	Conselho Estadual de Cultura
CRFB,	Constituição da República Federativa do Brasil
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FNpM	Fundação Nacional pró-Memória
FUNDARPE	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco
GCI	<i>Getty Conservation Institute</i>
GTPT	Grupo Tarefa de Pesquisa e Tombamento
ICOMOS	<i>International Council on Monuments and Sites</i>
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCH	Programa de Reconstrução das Cidades Históricas
SPAN	Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Sphan	Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura)
ZEPH	Zona Especial do Patrimônio Histórico

Sumário

1	Introdução.....	15
2	Fundamentação Teórico-Conceitual.....	23
2.1	Revisão de literatura.....	23
2.2	Patrimônio: Trajetória e Conceituação.....	30
2.2.1	O patrimônio no Brasil.....	35
2.2.2	O cemitério no panorama do patrimônio cultural.....	41
2.3	Patrimônio e Conservação.....	44
2.4	Teorias de Conservação.....	46
2.4.1	O que é conservar.....	47
2.4.2	Os valores do objeto.....	49
2.4.2.1	Alois Riegl.....	49
2.4.2.2	Carta de Burra.....	54
2.4.2.3	Jukka Jokilehto.....	58
2.4.2.4	Randall Mason.....	59
2.4.2.5	Christopher Caple (Chris Caple).....	61
2.4.3	A valoração do objeto.....	63
2.5	As formas de conservação.....	64
2.6	Em busca dos sujeitos, valores e método.....	71
3	O Cemitério dos Ingleses do Recife: Origem, História, Patrimonialização, Conservação.....	76
3.1	Origem.....	76
3.1.1	Presença e influência britânicas no Brasil.....	76
3.1.1.1	Pernambuco em particular.....	81
3.2	História.....	90
3.2.1	Criação e implantação.....	90
3.2.2	A relevância histórico-cultural.....	96
3.3	Patrimonialização.....	101
3.3.1	O processo de tombamento do cemitério.....	101
3.4	Localização, espaço e acervo, condição conservacional.....	115
3.4.1	Localização.....	115
3.4.2	Espaço e acervo.....	120

3.4.3	Situação conservacional.....	133
4	Percurso Metodológico.....	140
4.1	Da teoria ao campo de pesquisa.....	140
4.1.1	O método.....	140
4.1.2	Procedimentos.....	141
4.1.2.1	Operacionalização.....	145
4.1.2.2	Exposição das informações.....	146
4.1.2.2.1	Agentes do patrimônio.....	146
4.1.2.2.2	Familiares.....	148
4.1.2.2.3	Moradores do entorno.....	152
4.2	Do campo de pesquisa aos resultados.....	153
4.2.1	Análise.....	154
5	Considerações/Proposições Finais.....	158
	Referências.....	163
	Apêndices.....	180
	Apêndice A.....	181
	Apêndice B.....	182
	Apêndice C.....	183
	Apêndice D.....	184
	Apêndice E.....	185
	Apêndice F.....	186
	Apêndice G.....	187
	Apêndice H.....	188
	Apêndice I.....	189
	Apêndice J.....	190
	Apêndice L.....	191
	Apêndice M.....	192
	Apêndice N.....	193
	Apêndice O.....	194
	Apêndice P.....	195
	Apêndice Q.....	196
	Apêndice R.....	197
	Apêndice S.....	198

Apêndice T.....	199
Apêndice U.....	200
Apêndice V.....	201
Apêndice X.....	202
Apêndice W.....	203
Apêndice Y.....	204
Apêndice Z.....	205
Apêndice AA.....	206
Apêndice BB.....	207
Apêndice CC.....	208
Apêndice DD.....	209
Apêndice EE.....	210
Apêndice FF.....	211
Apêndice GG.....	212
Anexos.....	213
Anexo A.....	214
Anexo B.....	215
Anexo C.....	216
Anexo D.....	217
Anexo E.....	218
Anexo F.....	219
Anexo G.....	220
Anexo H.....	221
Anexo I.....	222
Anexo J.....	223
Anexo K.....	224
Anexo L.....	225
Anexo M.....	226
Anexo N.....	227
Anexo O.....	228
Anexo P.....	229
Anexo Q.....	230

1. Introdução

No campo da conservação do patrimônio cultural os valores passaram a ser vistos como fontes críticas para a tomada de decisão, principalmente pela compreensão de que as ações de conservação são significativamente influenciadas por uma faixa mais extensa de interesses vinculados aos diferentes sujeitos envolvidos no processo. Assim como apontam as pesquisas desenvolvidas pelo *Getty Conservation Institute* (GCI),¹ sabe-se que o patrimônio material tem sido tradicionalmente avaliado e conservado por seus atributos culturais como beleza, apuro artístico, etc. No entanto, percebe-se que outras motivações, como os valores econômicos e políticos, também tem se tornado importantes fatores de influência na gestão da conservação. Principalmente nas sociedades contemporâneas, pode-se dizer que os fatores econômicos muitas vezes têm precedido e influenciado na forma de valorização do patrimônio e na tomada de decisão sobre a sua conservação.

Frente às transformações conceituais ocorridas no campo do patrimônio, nota-se cada vez mais o afloramento de valores divergentes nas ações de conservação, situação em que se tem, na realidade, um número ampliado de atores interessados e envolvidos no processo. Neste contexto, entende-se, hoje, que a conservação é um processo social, ou seja, uma atividade que resulta de processos espaciais e temporais específicos (CHOAY, 2006).

Derivando dessa esfera de preocupação, esta dissertação, parte integrante do conjunto de atividades que foram desenvolvidas para a obtenção do Grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel, trata de investigação sobre o abandono de um bem patrimonial² e os valores³

¹ Com sede em Los Angeles, CA, o *Getty Conservation Institute* é uma instituição privada dedicada ao avanço da prática da conservação do patrimônio. Suas atividades se iniciaram em 1985. Entre essas, o projeto AGORA - pesquisa interdisciplinar que procurou investigar a questão dos valores no campo da conservação, tomando como estudos de casos a gestão de sítios históricos em países anglo-saxônicos (Estados Unidos, Inglaterra, Canadá e Austrália), composto por pesquisas subsidiárias. Cf. o site <<http://www.getty.edu/conservation/>> e também Castriota (2009, p. 93, e p. 334-335, nota 2).

² O bem patrimonial é denominado deste modo através de normativas e meios jurídicos regulamentados de salvaguarda por compreenderem portadores de valores históricos, artísticos, estéticos, científicos ou sociais que, por seus atributos, podem ser objetos de proteção e preservação patrimonial, classificados por uma instituição autorizada que trate da proteção e preservação do bem (FONSECA, 2009).

³ “**Valor** pode ser definido simplesmente como um conjunto de características positivas ou qualidades percebidas em objetos ou lugares culturais por certos indivíduos ou grupos” (DE LA TORRE; MASON,

atribuídos ao mesmo, por sujeitos que se inter-relacionam com ele,⁴ a fim de verificar, a partir desse processo, possíveis sugestões para a sua conservação⁵ e recuperação social conseqüentemente.

O bem em questão trata-se do *British Cemetery* (conhecido pelos recifenses como Cemitério dos Ingleses, designação que, doravante, se utilizará no trabalho): instituição inglesa instalada no segundo decênio do século XIX, que se localiza em sítio histórico⁶ da cidade do Recife, constituindo, juntamente com a Igreja de Santo Amaro das Salinas, Zona Especial do Patrimônio Histórico 23 (ZEPH 23).⁷ Ele integra um inicial conjunto de cemitérios que surgiu no Brasil Colônia,⁸ destinado a receber os corpos dos súditos britânicos mortos à época e que, por não professarem os princípios do catolicismo, eram enterrados em qualquer lugar ermo, nunca nos templos católicos ou nos pequenos cemitérios a esses adjacentes.

Primeiro cemitério secularizado⁹ do Estado de Pernambuco assim considerado foi tombado como patrimônio histórico e cultural do referido Estado através do Decreto nº 9.131, de 23 de janeiro de 1984, assinado pelo então governador Roberto Magalhães Melo, homologando a Resolução nº 15 do Conselho

2002, p. 4 – tradução nossa). [*Value can be defined simply as a set of positive characteristics or qualities perceived in cultural objects or sites by certain individuals or groups* – destaque no original.] Pelos valores de um bem patrimonial e seus múltiplos significados, atribuídos por vários atores sociais envolvidos no processo a partir de julgamentos subjetivos (percepção social), tem-se (ou chega-se) a significância cultural do bem patrimonial.

⁴ Para este trabalho, sujeitos envolvidos ou que se inter-relacionam com o bem patrimonial são aqueles que “criam, geram e são impactados pelos resultados, tangíveis e intangíveis, de diferentes formas e grandezas, dependendo do grau de envolvimento com a significância cultural do bem e a conservação” (ZANCHETTI, 2009; HIDAKA, 2011). Eles podem ser: moradores (do local onde o bem patrimonial se localiza), especialistas, visitantes, gestores e técnicos, grupos de referências culturais, entre outros. Esses sujeitos representam segmentos diversos da sociedade na qual o bem patrimonial está incluso.

⁵ Tanto no sentido que a Carta de Burra preconiza (“(...) todos os cuidados a serem dispensados a um bem para preservar-lhe as características que apresentam uma *significação cultural*” [*Conservation means all the processes of looking after a place so as to retain its cultural significance.*] (AUSTRALIA ICOMOS, 2013, p. 2 – destaque no original)) quanto ao sentido dado por Muñoz Viñas (2004): basicamente, a atividade de cuidado com os objetos patrimoniais materiais.

⁶ Sítio Histórico Santo Amaro das Salinas é chamado oficialmente assim. Segundo a Carta de Petrópolis, de 1987, sítio histórico urbano é entendido como “o espaço que concentra testemunhos do fazer cultural da cidade em suas diversas manifestações” (CURY (Org.), 2004, p. 285).

⁷ “Consideram-se Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural - ZEPH -, as áreas formadas por sítios, ruínas e conjuntos antigos de relevante expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística, cuja manutenção seja necessária à preservação do patrimônio histórico-cultural do Município” (RECIFE, 1996, p. 2). Constituem-se, no total, em trinta e três Zonas Especiais.

⁸ Em pleno período joanino, logo após os Tratados Comerciais de 1810 entre a Inglaterra e Portugal, que, em conjunto com a Abertura dos Portos operada em 1808, terminaram por introduzir uma série de importantes mudanças no panorama das relações sociais, políticas e culturais no Brasil.

⁹ A questão da secularização dos cemitérios no Recife está no âmbito da reforma cemiterial que aconteceu naquela cidade, no século XIX. Recebe apreciação de Castro (2007) e Falk et al (2010).

Estadual de Cultura. Esse acontecimento foi consignado em registro no Livro de Tombo III, fl. 01 v, ato nº 7, Categoria de Sítio Histórico.

Embora o tombamento de um bem (e o seu respectivo registro) não seja o único instrumento de sua proteção,¹⁰ é ambicionado através dessa medida que o mesmo receba atenção e possa ser conservado como testemunho da memória e da história de gerações passadas e legado para as futuras. Contudo, no caso do Cemitério dos Ingleses, isso não aconteceu. Desde então, com a gradativa retirada de proteção e manutenção do governo inglês via consulado britânico, e o arrefecimento, nesse sentido, da participação das famílias que possuem túmulos no local, o referido bem patrimonial enfrentou e ainda enfrenta vários problemas: processo de gradual degradação física em decorrência natural do tempo e suas intempéries; abandono; descaracterização tumular; furtos e vandalismo. Essa situação, inclusive, foi noticiada pela mídia recifense (televisão, jornal, internet)¹¹ em diversos momentos.¹²

Não obstante os apelos, a sua condição efetiva continua inalterada até o momento em que se redige este texto. Embora, ao longo do tempo, tenha havido ações pontuais visando sua conservação, tais ações têm-se mostrado insuficientes para combater a ação do tempo, atos de vandalismo e falta de manutenção.

Além dessa situação (e talvez por ela), o mesmo não integra os roteiros desenvolvidos pelas agências ou sites de turismo¹³ apesar de seu grande potencial atrativo. A divulgação turística e interpretação do cemitério se colocam como um caminho possível à propagação dos valores e conservação da edificação.

O cemitério necessita, pois, de ações que concorram para sua conservação (preservação, restauração) e recuperação social, colocando-o a serviço, por

¹⁰ O tombamento é apenas uma ferramenta para se preservar/conservar um bem. Existem outras formas de preservação/conservação, que é de responsabilidade da União, dos estados e dos municípios, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988. De acordo com ela, o inventário é a primeira forma para o reconhecimento da importância dos bens culturais e ambientais, por meio do registro de suas características principais (art. 216, §1º). Os Planos Diretores das cidades também estabelecem formas de preservação do patrimônio, assim como a criação de leis específicas que estabeleçam incentivos à preservação.

¹¹ Como exemplo, cf. **O cemitério dos Ingleses pede socorro**. Disponível em: <<http://orkut.google.com/c548975-ta5c93421b32b6939.html>> Acesso em: 20 set. 2013.

¹² No decurso do ano passado e deste, não se soube, pelas mídias, de notícia publicada ou veiculada sobre o cemitério.

¹³ De quase quarenta *sites* destinados a divulgar o turismo em Pernambuco, que se visitou, encontrou-se referência ao cemitério em apenas um, e mesmo assim com o indicativo de local “fechado”. Cf. **O que fazer em Recife, PE**. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g304560-Activities-oa30-Recife_State_of_Pernambuco.html#ATTRACTION_LIST> Acesso em: 13 jul. 2016.

exemplo, da educação pública, da pesquisa histórica e científica, do turismo, e tantas outras utilizações que se fazem (ou que se fizerem) oportunas.

Ao compulsar-se a literatura referente ao fenômeno/objeto teórico desta pesquisa (a conservação de um cemitério como bem cultural e patrimonial pela perspectiva de seu valor), descobriu-se que o mesmo já fora traspassado ou tangenciado por vários estudos tanto do ponto de vista global quanto a partir de recortes do mesmo. Dentre esses, mencionem-se os empreendidos por Dillmann (2016), Nogueira (2013), Silva (2010), Castro (2008), Costa (2010), e Carvalho (2006), os quais discutem o cemitério sob o panorama patrimonial e histórico. Os trabalhos de Silva (2012), Lacerda (2012), Araújo (2009), Castriota (2009), Zamin (2006), e Silva (2005), por seu turno, examinam a relação valor-patrimônio por diferentes objetivos (filosófico, cultural, econômico, etc.). Almeida (2013), Magalhães (2012), Giustina (2010), Avrami; Mason; De La Torre (2000), em última instância, são trabalhos que analisam os liames entre valores e conservação do patrimônio.

Além da literatura referenciada, o aporte teórico se manteve nos limites da temática patrimonial e a ampliação conceitual que o patrimônio adquiriu no transcorrer dos anos com base em autores como Ballart (1997), Prates (1998), Choay (2006), Castriota (2009), Poulot (2009), Gonçalves (2005); no exame das teorias de valores na perspectiva de Riegl (2013 [1903]), das diretrizes apresentadas na Carta de Burra (do Austrália ICOMOS (versão de 2013)), em Caple (2000), Jokilehto (2002), e nos estudos desenvolvidos por Mason (2002), Lacerda (2012); por fim, na teoria contemporânea da conservação na perspectiva de Salvador Muñoz Viñas (2004), para quem a conservação patrimonial vai além da conservação do bem material propriamente dito; também considera os valores incorporados ao bem.¹⁴

Em face do conhecimento acumulado através das informações sobre o cemitério e sua condição, de visitas exploratórias que se fez ao local e seu entorno, e da literatura examinada, percebeu-se a possibilidade de pesquisá-lo sob a perspectiva patrimonial e conservacional. Tal percepção levou à elaboração do projeto de pesquisa que propunha, como objetivo geral, investigar o estado de abandono do cemitério e os valores atribuídos ao bem patrimonial, por sujeitos que

¹⁴ Em capítulo específico, a revisão de literatura e o referencial teórico serão examinados em detalhes.

se inter-relacionam com ele, a fim de que sugestões para a sua conservação e recuperação social fossem elaboradas. Em conexão com isso, algumas questões foram propostas subsidiariamente:

- 1) Quais seriam as causas e/ou os fatores responsáveis pelo estado de má conservação, de abandono do cemitério?
- 2) Quais os sujeitos envolvidos com o bem patrimonial e seus interesses atinentes?
- 3) A quem pertence o cemitério?
- 4) Quais valores são atribuídos ao cemitério pelos sujeitos que se inter-relacionam com o mesmo?
- 5) Quais sugestões fundamentadas são possíveis oferecer para a sua conservação, recuperação social e divulgação?

O pressuposto, para tal elaboração, se alicerça no domínio teórico, que assim dispõe:

O fato é que as decisões sobre a conservação do patrimônio sempre lançaram mão, explícita ou implicitamente, de uma articulação de valores como ponto de referência: em última instância vai ser a atribuição de valor pela comunidade ou pelos órgãos oficiais que leva à decisão de se conservar (ou não) um bem cultural. (...), as políticas de preservação trabalham sempre com a dialética lembrar-esquecer: para se criar uma memória, privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos aspectos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade. Assim, no campo da conservação do patrimônio, os valores vão ser sempre centrais para se decidir o que conservar – que bens materiais representarão a nós e a nosso passado – bem como para determinar como conservar – que tipo de intervenção esses bens devem sofrer para serem transmitidos para as gerações futuras (CASTRIOTA, 2009, p. 93-94).

Certos motivos justificam propor a pesquisa. Entre os quais, o de que o *British Cemetery* (Cemitério dos Ingleses) possuía e possui relevância histórico-cultural-social advinda, dentre outros aspectos, de ser o primeiro cemitério secular de Pernambuco, isto é, não religioso, e um dos primeiros cemitérios ao ar livre construído no Brasil. Depois, a sua existência reflete a presença inglesa em Pernambuco e ambas (existência e presença) fazem parte de contextos mais amplos – político, social, cultural – originários na abertura dos portos do Brasil em 1808. Afora isso, o seu conjunto tumular, e outros elementos de valor especialmente histórico, são indicativos de importância. (Mais à frente voltar-se-á a esse aspecto.)

Apesar desses méritos e atrativos, todavia, até o momento em que se escreve este texto, o cemitério aludido não recebeu a devida atenção que se refletisse em trabalhos acadêmicos ou de outras formas congêneres. Por esse ângulo, o descaso só não é absoluto devido ao livro do historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello, publicado no já longínquo ano de 1972, sob o auspício editorial do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, com sede em Recife: “Ingleses em Pernambuco: história do Cemitério Britânico do Recife e da participação de ingleses e outros estrangeiros na vida e na cultura de Pernambuco, no período de 1803 a 1909”. Obra essa - esgotada e de difícil acessibilidade - que utiliza como lastro o artigo de outro anterior historiador pernambucano (Francisco Augusto Pereira da Costa (1854-1927), “Duas instituições inglesas em Pernambuco: o cemitério britânico e o templo protestante”, publicado na Revista do Instituto Arqueológico Pernambucano, nº 59 (Recife, 1902, páginas 527/528 e 531 apud MELLO, 1972, p. 11)), a qual procura resgatar a história do *British Cemetery* e de tantos estrangeiros ali sepultados “que prestaram serviços dignos de memória, que bem merece ele a atenção de um pernambucano” (MELLO, 1972, p. 8).

O cemitério também é mencionado no livro de Rostand Paraíso (1997), “Esses Ingleses...”, em capítulo específico (“O cemitério dos ingleses”, p. 65-72), no qual a história de sua criação é contemplada. Ao finalizá-lo, a apreciação crítica do autor ao seu estado conservacional é expressa: “(...) em vez de ser um local visitado pelos escolares, professores e todos aqueles que se interessam, ou deveriam se interessar, pela nossa história, esteja relegado a um quase abandono por parte de nossas autoridades” (PARAÍSO, 1997, p. 72).

Afora isso, informações sucintas estão registradas sobre a história do monumento, sobre as inscrições em alguns túmulos e nas paredes da capela do local, no livro “Monumentos do Recife: estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife”, de Rubem Franca (1977), em não mais que duas páginas.

Da mesma forma, Gilberto Freyre, em sua obra “Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife” (2007 [1934]), trata *en passant* do “cemitério protestante” em singelas três linhas, no capítulo intitulado “Protestantismo”.

Finalmente, na tese defendida no Programa de Antropologia da UFPE, em 2012, por Cristiany Moraes de Queiroz, intitulada “Um Estudo Antropológico na Catedral Anglicana do Recife: rumos, rumores e (re) construções”, comentários

resultantes de visita etnográfica ao local, pela autora, são colocados sob a sintomática designação: “Um lugar esquecido por recifenses e ingleses” (p. 59-67).

A situação descrita nos parágrafos acima se constitui, para o autor desta pesquisa, em mais uma razão para empreendê-la.

Outro motivo que tem sua razão de ser para a realização desta pesquisa consiste em que, nas cidades atuais, o patrimônio cultural tem se destacado – embora, ainda, sem a intensidade desejável - como objeto de políticas e discussões, sendo possível afirmar que houve um incremento das políticas voltadas à gestão dos bens culturais, com a inclusão de novos objetos ao rol destes bens e, dentre esses, encontram-se os cemitérios - espaços construídos para a sociedade, onde passado e presente se encontram e as memórias se afloram. Mais do que um espaço de catalogação e resguardo dos restos mortais, eles representam espaços de manifestações socioculturais múltiplas. Constituem paisagens históricas que permitem perceber não apenas o patrimônio arquitetônico, mas também valores imateriais como tradições, conflitos e processos de enraizamentos, que em conjunto se caracterizam por relações sociais, culturais e políticas contidas nesses espaços.

Além dessas alegações, considerou-se que a pesquisa colaborará com conhecimento sobre os processos de avaliação e valorização de bens culturais (os quais são apontados como relevantes na contemporaneidade), e que é necessário na medida em que permite identificar e entender os valores envolvidos na área da conservação - condição necessária para a formulação de qualquer política mais abrangente para o patrimônio (CASTRIOTA, 2005, p. 8).

Nessa perspectiva, a pesquisa se fundamentou em uma abordagem compreensiva que enfatiza as manifestações da vida social dos sujeitos e suas percepções sobre o vivido no processo de implementação das ações. Trata-se, portanto, de uma pesquisa de natureza qualitativa, explicativa, de delineamento tipo estudo de caso único tendo em vista que o fenômeno a ser investigado é quem dita o método mais adequado a ser empregado: se qualitativo ou quantitativo (HAGUETTE, 2003). Os critérios utilizados para a coleta de dados obedeceram a princípios que procuraram ser fiéis a essa natureza.¹⁵

Estruturado e desenvolvido em “nível de descrição por capítulos não convencionais” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2013, p. 42), o processo

¹⁵ A parte metodológica do trabalho será pormenorizada no capítulo terceiro.

e resultado da pesquisa será dado a conhecer em três capítulos, além desta “Introdução” e as “Considerações Finais”.

O primeiro capítulo apresenta, a partir de revisão de literatura e estabelecimento de referencial teórico, as categorias analíticas principais da pesquisa e o contexto de onde emergem e se situam.

O segundo capítulo expõe o objeto de estudo empírico – o Cemitério dos Ingleses – através de levantamento bibliográfico-histórico do contexto e de seu próprio surgimento, bem como uma análise do processo de tombamento da instituição no fluxo de fundamentar a sua relevância histórica, cultural e social, onde a situação atual do bem também é contemplada.

O terceiro capítulo se circunscreve a explicitar o método e os procedimentos que foram elaborados para alcançar os resultados obtidos, bem como analisa o sentido dos valores atribuídos ao bem patrimonial, e apresenta algumas inferências quanto ao impacto disso para a efetividade de ações a serem promovidas com relação ao bem patrimonial.

As “Considerações Finais” apresentam síntese interpretativa do trabalho.

2 Fundamentação Teórico-Conceitual

Este capítulo estabelece uma base teórica e conceitual relativa às categorias analíticas¹⁶ centrais deste trabalho: patrimônio, valor e conservação. Por levar em conta que o objeto de estudo da dissertação contém um bem patrimonializado, estudos à luz de diferentes contribuições aportadas pelas teorias da conservação e do seu campo disciplinar são focalizados.

2.1 Revisão de literatura

Vários estudos (sob a forma de artigos, dissertações, teses, livros) já traspassaram ou tangenciaram a temática desta pesquisa tanto do ponto de vista global quanto a partir de recortes da mesma. Dentre tais, aqueles que possuem conexão mais direta com o interesse deste trabalho serão designados doravante. O conhecimento dos mesmos possibilitou a contextualização do fenômeno pesquisado, questões problematizadoras, e pressuposto de pesquisa. Por sentido didático, os estudos serão dispostos sob três eixos denominativos e apresentam, como se acontece, sempre ou quase sempre, em suas argumentações, estreita relação entre as categorias patrimônio/bem patrimonial, valor e conservação. Ao escolhê-los, além da pertinência da contribuição e da proximidade temporal, considerou-se a advertência de Alves-Mazzotti (2012) que defende (em revisões bibliográficas de trabalhos acadêmicos) mais a utilização de textos de pesquisa e artigos de revistas nacionais ou estrangeiras, menos aqueles encerrados em livros, “(...) os quais, sabidamente, refletem com atraso o estado do conhecimento numa dada área” (p. 42).

No eixo inicial, que se denominou “patrimônio e cemitério”, o primeiro trabalho que se arrolou é o de Renata de Souza Nogueira (2013). Intitulada “Quando um cemitério é patrimônio cultural”, a dissertação apresenta discussões que tratam sobre espaços não tradicionais com potenciais patrimoniais. Além disso, apresenta uma proposta de musealização e patrimonialização do Cemitério São João Batista,

¹⁶ Categorias analíticas são aquelas que retêm as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais (MINAYO, 2004a, p. 93).

na cidade do Rio de Janeiro, no intuito de preservar e dar legibilidade ao patrimônio funerário. Para isso, identifica caminhos que contribuem para a concepção de instrumentos de gestão que preservem o Cemitério, apontando para a responsabilidade das intervenções museológicas, que carregam na sua concepção questões como a memória, a identidade e a valorização como meios eficazes na reestruturação social do lugar.

No mesmo universo de preocupação do trabalho acima se coloca o de Elisiana Trilha Castro (2008), “Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008)”. Submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade da Universidade Federal de Santa Catarina, a dissertação tem por objetivo compreender como um cemitério pode se configurar como objeto de políticas de patrimônio cultural nas cidades atuais, a partir de um estudo de caso. Os cemitérios, presentes nas cidades como equipamentos necessários para o sepultamento dos mortos, são discutidos no trabalho como passíveis de inclusão dentre os bens culturais, promovendo novos olhares sobre os mesmos na dinâmica urbana. Para tanto, a autora procura refletir sobre o lugar ocupado pelo patrimônio funerário nas políticas e ações de preservação do patrimônio cultural no Brasil e no mundo.

Nessa configuração cemiterial e patrimonial, “O Cemitério de Santa Cruz como Patrimônio Cultural”, dissertação de Eduardo Silva (2010), defendida no programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), na linha de pesquisa Patrimônio e Memória Social, é outra referência. O objetivo deste trabalho foi o de reconhecer o cemitério como patrimônio cultural, posto que, na visão de seu autor, o cemitério de Santa Cruz - localizado na comunidade homônima, no município de Mafra/SC -, não só reflete a sociedade na qual está inserido como também conta a história da comunidade com seus anseios e dificuldades. Daí a necessidade de sua preservação, que é a preservação da história e, assim, das identidades presentes na localidade.

O artigo de Mauro Dillmann (2016) – “A ‘alma’ dos cemitérios: evidências patrimoniais para quem?” – também foi outra referência que se lançou mão, posto que assentada em uma reflexão questionadora dos discursos que geralmente legitimam e tornam “evidentes” os significados patrimoniais dos cemitérios a partir da defesa da identidade de um grupo ou de uma sociedade. Essa consideração,

segundo Dillmann, parte do aparente contraste entre a aversão social à morte e aos ambientes fúnebres e os possíveis discursos de patrimonialização, capazes de avaliar e atribuir importância à natureza da relevância da preservação destes espaços na coletividade social. Nesse sentido, propõe que o valor e o significado do bem patrimonial cemiterial, sua “alma”, possa estar entre o próximo e o afastado, o dito e o silenciado, o aceito e o negado.

Duas outras dissertações complementam o rol deste grupo de estudos. Ambas investigam, por perspectivas similares e intuítos diferentes, cemitérios britânicos instalados no segundo decênio do século XIX, no Brasil. Um está localizado na cidade do Rio de Janeiro; outro, na cidade de Salvador. A primeira delas - “Criação do Cemitério dos Ingleses no Rio de Janeiro (1808-1811)” - foi defendida por Heraldo Batista da Costa (2010), no Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO). Ela analisa de que modo, a partir do Tratado de Comércio e Navegação, de 1810, foi possível aos ingleses construir e fazerem funcionar, no Rio de Janeiro, um cemitério próprio que, juntamente com a garantia de uma sepultura, lhes possibilitassem praticar suas cerimônias fúnebres sem a interferência da jurisdição católica. As dificuldades para a efetivação dos termos do Tratado foi também um objetivo adicional da investigação desse trabalho.

A segunda dissertação, “Uma Necrópole Renascida: a história do Cemitério dos Ingleses da Bahia”, pesquisa de Ernesto Regino Xavier de Carvalho (2006), apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, área de concentração: conservação e restauro, trata da instauração do cemitério mencionado na cidade de Salvador (perspectiva histórica) conjuntamente com as etapas do processo de sua restauração (perspectiva arquitetônica) que foi encetada em 2004 e teve fim em novembro de 2006. O foco reside em contar tanto a história do monumento religioso anglicano em terras brasileiras, desde a sua implantação ainda no começo do século XIX até a finalização de seu processo de restauração, como também ratificar diversas informações encontradas nas pesquisas textuais; e ainda preencher as diversas lacunas encontradas ao longo dessas pesquisas, visto que se trata da história da arquitetura do último remanescente de edificações anglicanas do século XIX na Bahia.

Ao segundo eixo, “Valor e Patrimônio”, foram agregados os trabalhos acadêmicos delineados subsequentemente. O primeiro deles é “Valores do Patrimônio Cultural: uma análise do processo de tombamento do conjunto IAPI em Belo Horizonte/MG”, de Guilherme Maciel Araújo (2009), dissertação apresentada no Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Trata-se de uma pesquisa que objetiva explorar metodologias aplicáveis à valoração do patrimônio, assim como discutir o papel dos valores nas políticas de conservação. E também discutir algumas questões, quais sejam: de onde vêm os valores? A abordagem da cultura material poderia ver o valor do patrimônio como algo intrínseco (imutável e universal) ou estes poderiam ser vistos radicalmente e essencialmente extrínsecos? Qual a sua relação com os diferentes significados e aspectos objetivos e subjetivos do patrimônio? Assim, partindo de diferentes metodologias de valoração e de uma tipologia de valores, pretende compreender, a partir de um estudo de caso, os valores atribuídos a um bem cultural, que articulados aos interesses diferentes, motivaram a participação dos diferentes atores no caso do processo de tombamento do conjunto habitacional IAPI, em Belo Horizonte/MG.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas por Rogério Piva da Silva (2012), “O Valor Econômico do Patrimônio Cultural: o caso da fábrica Rheingantz na cidade do Rio Grande-RS” busca dimensionar o valor atribuído pela sociedade riograndina à fábrica Rheingantz, utilizando o método da valoração contingente, fundamentado em Pearce, Pagliola, entre outros. Com o estudo, o autor espera fornecer uma dimensão distintiva aos agentes e gestores patrimoniais que os ajudem na tomada de decisão.

Tendo por foco de análise a atribuição de valores para que um determinado bem da cultura material seja alçado à condição de patrimônio cultural, a dissertação de Frinéia Zamin (2006), “Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul – a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem por objetivo elucidar e compreender a forma como os agentes da instituição responsável pela gestão do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul – no caso, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) – atribuíram valores aos 86 bens

inscritos, à época, no Livro Tombo Histórico para dar-lhes legitimidade enquanto elementos materiais representativos da cultura do Estado.

A dissertação de Paulo Sérgio Damasceno Silva (2005), “A Proteção do Patrimônio Cultural Tangível: considerações sobre o valor, seus institutos e regimes jurídicos”, analisa as instituições que preservam os bens que constituem o patrimônio cultural material dos centros urbanos no Brasil, as políticas e as práticas preservacionistas do patrimônio nas experiências internacional e brasileira, e expõe uma proposta de reforma das políticas de proteção existentes no país. Parte do pressuposto que as políticas tradicionais de recuperação e conservação do patrimônio mostram severas limitações, tanto em outros países como no Brasil, visto que o mercado dos bens culturais físicos apresenta características e imperfeições que justificam uma função reguladora do Estado em seu amparo. Argumenta que o patrimônio cultural tangível ou material tem grande significado sociocultural “porque constitui uma parte importante da herança cultural de uma pequena comunidade ou da humanidade inteira”. A mesma foi apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

O artigo intitulado “Valores dos Bens Patrimoniais”, de Norma Lacerda (2012), procura dar um norte à variedade praticamente inesgotável de significados que o conceito de valor assume em diversos desdobramentos. E isso, segundo a autora, torna a análise do conceito de valor cada vez mais complexa e sempre incompleta, exigindo contínua reflexão. Complexa e incompleta, porque a acepção da palavra valor, inserida nos mais diferentes tempos e espaços, varia de indivíduo a indivíduo, de grupo social a grupo social, de sociedade a sociedade. Para ela, é impraticável a realização de intervenções em bens patrimoniais sem que seja apreendido um sistema de valores que apresente escalas de preferências e de importância dos diversos atores envolvidos no processo de decisão. Sendo um sistema, é formado por uma multiplicidade de valores.

O livro de Leonardo Barci Castriota, “Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos” (2009), oferece uma ampla abordagem sobre vários temas ligados ao patrimônio. O livro parte da constatação de que o patrimônio cultural constitui um campo (no sentido que lhe confere Pierre Bourdieu) em rápida expansão e mudança nos tempos atuais. Tendo isso em consideração, a obra traça uma visão de síntese da área de patrimônio, em torno de três eixos que se articulam entre si: “conceitos”,

“políticas” e “instrumentos”, que são abordados a partir da perspectiva contemporânea e dos desafios trazidos por ela para as políticas do patrimônio.

Finalmente, para o eixo que se denominou como “Valor e Conservação”, examinou-se um dos trabalhos vinculados ao projeto AGORA, do *Getty Conservation Institute (GCI) - Values and Heritage Conservation: Research Report* (2000). Coletânea de artigos organizados por Erica Avrami, Randall Mason, Marta de la Torre, o livro apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o tema dos valores e benefícios da conservação do patrimônio cultural empreendido pelo GCI através da iniciativa do projeto mencionado como um meio de articular e promover ideias que surgiram a partir do campo de conservação nos últimos anos. Pesquisa transdisciplinar, juntamente com um projeto paralelo sobre a economia da conservação do patrimônio, representa um esforço do GCI para promover a compreensão do papel atual da conservação na sociedade, de educar aos pesquisadores e a comunidade em geral sobre o papel potencial da conservação no futuro e, em última análise, reforçar a capacidade do campo da conservação para enriquecer a vida cultural e as artes visuais nas sociedades em todo o mundo.

Em sua primeira parte, "Relatório sobre a investigação", é fornecido um resumo das ideias e temas preponderantes que surgiram no decurso das investigações e reuniões, nos debates em curso entre os autores e seus colegas no *Getty*, no campo de conservação, na academia e em literaturas de outras disciplinas que trabalham o tema da conservação. "Ensaio exploratório", a segunda parte, é um conjunto de artigos sobre tópicos específicos escritos pelos estudiosos que participaram da investigação. Esses ensaios exploram algumas ideias fundamentais em maior profundidade (valor, sentido, globalização, educação, por exemplo) e fornecem diferentes perspectivas disciplinares sobre como a ampla dinâmica social influencia a nossa compreensão da conservação do patrimônio cultural. As "Conclusões" sintetizam algumas dessas ideias e questões e propõem temas para a continuação da investigação. Esses tópicos, juntamente com os anteriores, se destinam a provocar outras criativas investigações sobre o futuro da conservação.

Outro trabalho compulsado para a revisão foi “O Pilar Que Ficou - Um Estudo de Conservação em Bens Patrimoniais a partir do Conceito de Valor: O Caso da Igreja do Pilar do Recife”, de Lêda Bernardi Della Giustina, defendida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco, em 2010. Nele é discutida a questão da crescente busca de

reinserção de bens patrimoniais, que estão em desuso ou foram abandonados, nos contextos urbanos atuais, a qual mostra o conflito inerente ao processo de mudança e adaptação de valores. O objetivo da pesquisa foi refletir sobre a conservação de um bem patrimonial religioso em estado de degradação, tendo em vista sua desvinculação com o contexto descaracterizado. O objeto empírico foi a Igreja Nossa Senhora do Pilar do Recife e seu entorno, localizados no bairro do Recife Antigo, edificação do século XVII, tombada pelo IPHAN como patrimônio histórico nacional, que se encontrava em estado de quase ruína e que já tinha, à época da pesquisa, um projeto de restauro já aprovado, iniciado e interrompido. O seu entorno original, que também estava totalmente descaracterizado por demolições e invasões, constituía-se, do mesmo modo que a Igreja, em alvo de um projeto de requalificação urbana não posta em execução. O estudo partiu da hipótese de que a degradação sofrida por um bem, assim como a falta de relação do uso com o entorno, pode levar à alteração ou perda do seu valor patrimonial.

Também é oportuno referenciar o trabalho de Roberto Flávio Sant'Ana de Almeida, uma vez que tem por temática a reconstrução de monumentos - que é um tipo de intervenção no patrimônio que costuma apresentar controvérsias -, apresentado que foi ao Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura de Minas Gerais, em 2013. Estudo ambientado na Alemanha, "Conservação e Valores Sob a Perspectiva do Patrimônio na Alemanha: A Prática da Reconstrução" teve por objetivo identificar as relações entre os valores da comunidade local e as repercussões dessa intervenção em monumentos. Para atingi-lo, foram planejados estudo de casos múltiplos, utilizando pesquisas bibliográfica e documental, com análise de fatos e opiniões de diferentes especialistas relacionadas com o tema. O estudo dos casos mostra as controvérsias e dilemas que surgiram nos debates sobre a reconstrução do castelo da cidade de Heidelberg, o ocorrido em Berlim - sobre a demolição do Palácio da República, que foi sede do governo socialista da República Democrática Alemã -, e a reconstrução do Palácio Real, que foi residência de governantes antes da unificação daquele país. O estudo sugere, em suas conclusões, que certos valores da sociedade são decisivos na escolha pela reconstrução e podem se relacionar com a identidade cultural da nação. Os valores predominantes também podem se relacionar com aspectos políticos do contexto histórico do monumento.

A Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2012, que tem por título “Significância e Conservação: Um estudo sobre a percepção da significância cultural e a sua relação com a conservação do bem patrimonial: o caso do centro histórico de Marechal Deodoro, Alagoas”, defendida por Ana Carolina de Oliveira Magalhães, foi mais um estudo examinado em virtude do fenômeno em estudo e a sua abordagem. O mesmo examinou a importância da percepção da significância cultural para a conservação urbana. Nesse contexto, foi analisada a valorização do bem patrimonial pelo morador e sua contribuição para a conservação desse bem. A metodologia da pesquisa se estruturou de forma a investigar a importância da percepção do morador acerca da significância cultural relativa aos demais condicionantes da conservação. Esta metodologia foi aplicada no Centro Histórico de Marechal Deodoro (CHMD), em Alagoas. Então, com a aplicação de técnicas estatísticas multivariadas, foi estabelecida associações entre a percepção do estado de conservação do CHMD e a percepção dos condicionantes da conservação, a fim de se avaliar a relação de importância entre eles. Desse modo, foi possível identificar o estado geral da conservação do CHMD, bem como a percepção da significância cultural e sua importância relativa à percepção do estado de conservação.

2.2 Patrimônio: Trajetória e Conceituação

É admissível observar retrospectivamente que a noção de patrimônio em relação à coletividade (como de resto qualquer noção ou ideia) assume significados diversos em busca de adequar-se às necessidades de determinado período e da sociedade correspondente. E isso se deve, entre outras razões, pelo fato de que os processos de entendimento sobre a concepção de patrimônio não serem somente um reflexo das ações somadas de diversos agentes no processo de transformação de ideias, e sim o resultado de invenções discursivas previamente formuladas e com o propósito de formar uma consciência histórico-cultural definida (GONÇALVES, 2007, p. 108-110).

No entanto, para chegar à noção ampla, atual, de Patrimônio Cultural, onde, entre outras coisas, bens imateriais, paisagens naturais e espírito do lugar são

valorizados, a noção seguiu um longo caminho de transformação na história humana.

Em princípio como antiguidade e depois como monumento, o conceito de patrimônio foi estabelecido a partir de discussões que levaram ao entendimento desses aspectos como heranças de épocas passadas. Neste caso, o patrimônio possui estreita relação com a ideia de vestígios, marcos, obras, herança de uma época (CHOAY, 2006; POULOT, 2009).

Sabendo que este sentido se altera com o passar do tempo, conforme a região geográfica, de acordo com o contexto cultural de quem o emprega, é necessário entender a importância conceitual que ele assume; como é reconhecido, transmitido e absorvido até chegar à moderna acepção de patrimônio cultural.

Em sua origem, o termo tem um horizonte preciso: aquele relacionado ao campo dos bens privados que podem ser transmitidos de geração para geração. Isto é, semanticamente, a palavra patrimônio¹⁷ está ligada a estruturas familiares, jurídicas e econômicas: herança paterna, bens de família, propriedade. A derivação latina “*pater*” refere-se a chefe de família, ou ainda a fundador, remontando a um tipo clássico de culto pelos antepassados. De acordo com o direito romano, significava o conjunto de bens que deveria ser passado, transmitido dos pais para os filhos, “vislumbrados não segundo seu valor pecuniário, mas em sua condição de bens-a-transmitir” (POULOT, 2009, p. 16).

Na França, no século XVIII, o uso do termo “patrimônio” estendeu-se para os bens protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação, Nesse momento o poder público começou a tomar as primeiras medidas de proteção aos monumentos de valor para a história das nações,

A criação de patrimônios nacionais intensificou-se durante o século XIX e serviu para criar referências comuns a todos que habitavam um mesmo território, unificá-los em torno de pretensos interesses e tradições comuns, resultando na imposição de uma língua nacional, de “costumes nacionais”, de uma história nacional que se sobrepôs às memórias particulares e regionais. Enfim, o patrimônio passou a constituir uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base

¹⁷ “Patrimônio é uma palavra de origem latina, *patrimonium*, que se referia, entre os antigos romanos, a tudo o que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 10 – destaque dos autores).

cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos. O patrimônio passou a ser, assim, uma construção social (PRATS, 1998) de importância política. Neste último sentido, a palavra patrimônio indica uma escolha oficial, o que envolve exclusões; também significa algo construído para ser uma representação do passado histórico e cultural de uma sociedade.

Posteriormente o conceito do patrimônio ganhou o adjetivo histórico, que, na afirmação de Choay (2006), compõe o seguinte entendimento:

(...) um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se amplia a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos (CHOAY, 2006, p.11).

O conceito de patrimônio também recebeu o adjetivo cultural após uma longa evolução que se inicia com um apreço aos vestígios dos tempos clássicos e obras do passado, passando por uma valorização dos bens culturais e chegando até as recentes convenções da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e compreensão da sociedade civil sobre a conservação dos bens culturais. Desse modo,

(...) a discussão sobre patrimônio deslocou-se do objetivo de materializar as memórias nacionais e da noção de monumento histórico isolado para a de integração do patrimônio ao planejamento urbano e territorial e, definitivamente, à indústria cultural. (RODRIGUES, 1999, p. 29).

Em afinidade com essa ampliação de sentido, Coelho (1999) apresenta o seguinte conceito de patrimônio cultural:

(...) conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, linguísticas (sic) e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente (COELHO, 1999, p. 17).

O adjetivo "cultural" passou a ser utilizado para designar o conjunto de bens culturais, sejam eles históricos, artísticos, urbanos ou arquitetônicos, ganhando trato especial graças às convenções e recomendações da UNESCO, que em 1972, na Conferência Geral de Genebra, cria a categoria de patrimônio cultural da

humanidade para classificar os bens culturais de excepcional valor universal, quer do ponto de vista histórico, artístico ou científico. Ele passa a ser definido como:

O legado que recebemos do passado, vivemos no presente e transmitimos às futuras gerações. Nosso patrimônio é fonte insubstituível de vida e inspiração, nossa pedra de toque, nosso ponto de referência, nossa identidade, sendo de fundamental importância para a memória, à criatividade dos povos e à riqueza das culturas. (UNESCO, 1972)

A noção de patrimônio continuou a adquirir novos sentidos e, hoje, se tem outros termos agregados, sendo diferenciado em patrimônio histórico, patrimônio cultural, patrimônio ambiental, patrimônio natural, dentre outros. Tal ampliação semântica, à qual são agregados novos adjetivos (cultural, histórico, ambiental, natural, dentre outros) apresenta uma evolução em relação àquele primeiro conceito atribuído ao termo patrimônio pelo direito romano. Se a princípio o foco era o bem privado acumulado por uma família, agora o foco está no coletivo, nos bens acumulados por um povo, por uma nação e transmitidos de geração para geração. Essa ampliação do conceito reflete ainda uma mudança de paradigma. Entende-se, atualmente, que não somente os bens de valor excepcional devem ser conservados, nem tampouco que os bens sejam conservados de forma isolada. Têm-se conjuntos arquitetônicos inteiros tombados, assim como representações da arquitetura vernacular, estilos antes não valorizados como o ecletismo e o *Art. Nouveau*; além da valorização das manifestações artísticas, do “saber fazer”, dos usos e costumes de um povo.

O processo de ampliação do conceito de patrimônio trouxe também novas discussões acerca da preservação patrimonial aliada ao processo de desenvolvimento das cidades e suas constantes transformações. A questão desafiadora está em conciliar o processo de renovação, intrínseco a qualquer cidade, à melhoria da qualidade de vida e da preservação. Os monumentos já não podem mais ser percebidos como um bem isolado; eles fazem parte de uma paisagem e seu entorno; seus elementos também possuem valores e retratam uma época, um estilo de vida.

Castriota (2009) ressalta que, ao se pensar na questão da preservação do meio ambiente urbano, se lida com um duplo condicionamento: se, por um lado temos a cidade como um organismo vivo em processo de constante renovação, por outro lado, cabe à sociedade e ao Governo orientar esse processo de renovação e

transformação, garantindo que a paisagem urbana evolua de maneira equilibrada e não predominem apenas os interesses econômicos imediatos de um determinado segmento. Conforme seu entendimento, não se trata de congelar a vida nas cidades, ou transformá-las em museus, mas em pensar na preservação e na melhoria da qualidade de vida tanto nas áreas consideradas “históricas” quanto nas áreas mais novas.

Considera-se, nesta dissertação, como de fundamental importância, no aspecto de ampliação da noção de patrimônio, o alargamento da compreensão, que não mais está voltado exclusivamente para o bem e seu entorno, mas abrange também os atores que se relacionam com ele. A partir disso, passa-se a questionar para quem este bem é relevante, de que forma é relevante, porque é digno de preservação, e de que forma essa preservação deve se consolidar a partir da percepção dos valores que a sociedade lhe atribui. Ou seja, metodologicamente o eixo de análise, que antes repousava na natureza do objeto como elemento determinante do conceito de patrimônio, foi deslocado para a relação ou relações que se estabelecem entre o objeto e os diferentes sujeitos, no tempo e no espaço. (ARAÚJO, 2004, p.304).

A abrangência que o conceito atual de patrimônio cultural possui no presente está esboçada em forma de esquema a seguir (Figura 1):

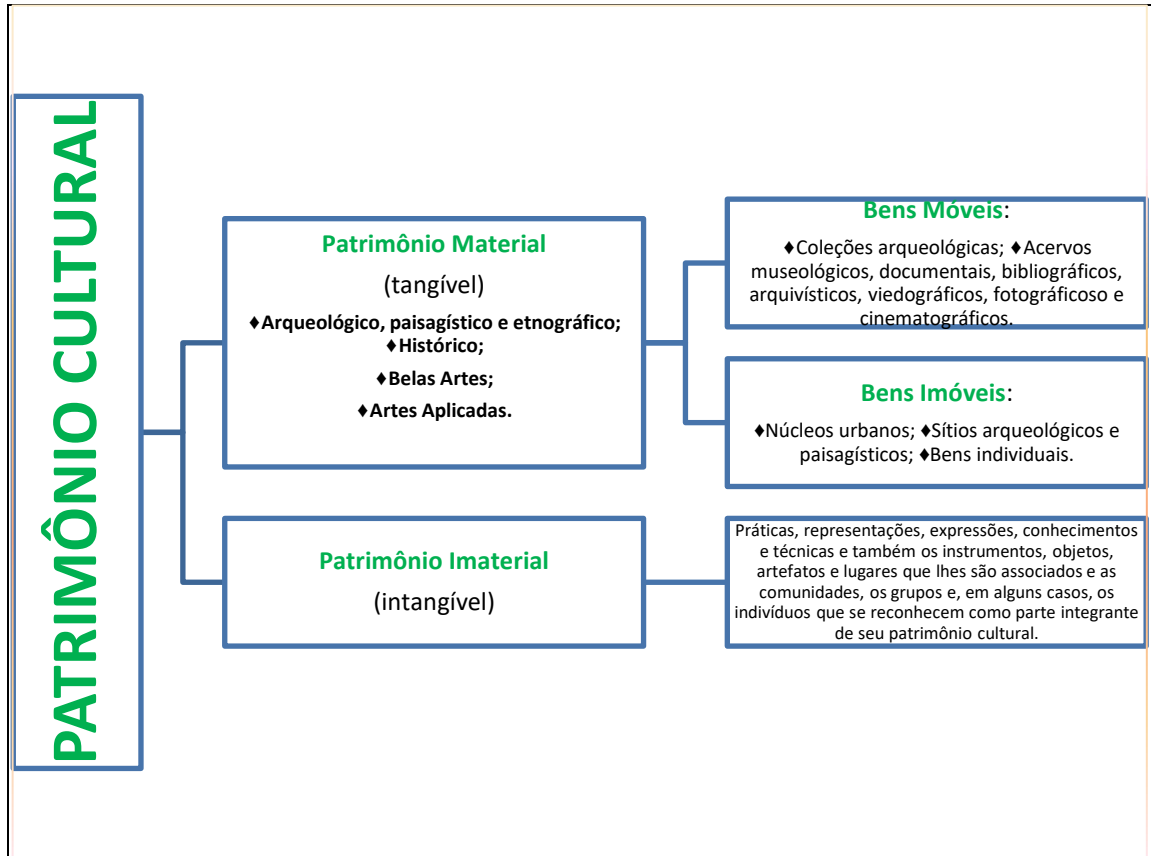


Figura 1 - Quadro da classificação contemporânea do patrimônio cultural.

E no Brasil? Como a noção de patrimônio aparece, evolui e se apresenta hodiernamente?

2.2.1 O Patrimônio no Brasil

No Brasil, apesar das contradições a respeito, tem-se como a primeira iniciativa na defesa da memória nacional, data de 1742, uma carta de D. André de Melo e Castro – Conde de Galvéias (sic) -, vice-rei do Brasil, direcionada a Luís Pereira Freire de Andrade, então governador da capitania de Pernambuco. No texto, ele expressa sua oposição e inconformidade com a determinação do conde holandês Maurício de Nassau de instalar quartéis no Palácio das Duas Torres, no Recife, em nome da preservação de “memória tão ilustre e da glória de toda a nação”. (POERNER, 2000, p. 35 – destaque do autor).

No período imperial, encontra-se, de forma isolada, a iniciativa do Conselheiro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, ministro do Império, que ordena aos presidentes das províncias, para que obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional, e

ao diretor de obras públicas que tivesse cautela na execução de reparos de monumentos, evitando destruir inscrições neles gravadas (BRASIL/MEC, 1980).

No entanto, é no âmbito de vários fatos políticos e culturais marcantes para a história do país, que a evolução do conceito de patrimônio cultural ocorre. Entre esses fatos, três são fundamentais considerar: a Semana de Arte Moderna de 1922 (início do movimento modernista), o Estado Novo (corolário da Revolução de 1930), a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Nesses acontecimentos históricos e políticos é significativa a participação efetiva e pessoal de intelectuais de expressão política na sociedade da primeira metade do século XX, especialmente Rodrigo de Melo Franco Andrade, Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Capanema, Aloísio Magalhães, entre outros.

O movimento modernista (movimento cultural renovador) e o Estado Novo (governo ditatorial) favoreceram a criação do Serviço de Proteção Histórico Artístico Nacional (SPHAN), que assume uma feição específica na condição de órgão do Estado, na área cultural, em decorrência de que muitos de seus agentes foram recrutados entre os adeptos do Modernismo. Por outro lado, a preocupação com a possibilidade de perda do patrimônio colonial fora motivo de manifestações na imprensa escrita, por intelectuais do porte de Carlos Drummond de Andrade e Alceu Amoroso Lima.

Pode-se atribuir a tais manifestações a primeira iniciativa do governo federal em expedir regras de preservação do patrimônio histórico, no caso, o Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933, que elevou a cidade de Ouro Preto, MG, à categoria de monumento nacional.

O projeto de lei para criação de um órgão encarregado da preservação do patrimônio cultural, elaborado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, resultou na expedição do Decreto-Lei nº 25/37, de 30 de novembro de 1937, que criou o SPHAN e regulamentou o tombamento como forma de proteção do patrimônio histórico nacional. Esse Decreto-Lei, no que pese sua importância para preservação do patrimônio cultural, demonstrou, de forma explícita, a visão da época a respeito do patrimônio cultural, formado por bens móveis e imóveis, que fossem do interesse público, em vista da sua vinculação com fatos memoráveis da história do Brasil ou por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico (FONSECA, 2009).

O conceito de patrimônio cultural é definido no Decreto-Lei nº 25/37 como sendo “o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público, que por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Os bens que observassem esses critérios seriam registrados em quatro livros de tomo, assim denominados: 1) Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; 2) Livro de Tombo Histórico; 3) Livro de Tombo das Belas Artes; 4) Livro de Tombo das Artes Aplicadas.

Observe-se, pelo documento mencionado, que a preservação do patrimônio seria promovida apenas por meio do instrumento legal do tombamento, ainda que o objeto, referindo-se sempre a fatos memoráveis da história do Brasil, fosse muito amplo e não se comprometesse com a preservação da cultura em sentido lato, excluindo as manifestações dos diversos grupos étnicos formadores da sociedade brasileira.

O conceito de cultura estava ligado, primordialmente, aos bens móveis ou imóveis. A proteção do chamado patrimônio cultural se resumia a tombamentos e inscrições de obras que, ou eram belas sob o conceito de beleza de um grupo de tecnocratas, ou traduziam fatos marcantes da história do Brasil, sob o critério meramente empírico, sem qualquer fundamento científico e, juntando-se a isto, a ausência de mecanismos para a proteção do patrimônio cultural do povo, da massa, dos grupos marginalizados.

Apesar das mudanças sociais e políticas ocorridas nos anos 1960,¹⁸ o conceito de patrimônio cultural ainda excluía os bens imateriais; tinha-se, ainda, um patrimônio cultural composto apenas de bens imóveis e móveis.

A extensão do instituto do tombamento a conjuntos arquitetônicos e paisagísticos, o lançamento do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PIRCH), o surgimento do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e a criação da Fundação Nacional Pró-Memória (FNpM) são, no entendimento de

¹⁸ Entre essas, a politização da atividade cultural, com a criação dos Centros Populares de Cultura (CPC) em diversas cidades do país. O Centro Popular de Cultura (CPC) foi constituído em 1962 no Rio de Janeiro, então estado da Guanabara, por um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a União Nacional dos Estudantes (UNE), com o objetivo de criar e divulgar uma "arte popular revolucionária". O núcleo formador do CPC foi formado por Oduvaldo Viana Filho, pelo cineasta Leon Hirszman e pelo sociólogo Carlos Estevam Martins. Cf. https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Centro_Popular_de_Cultura. Ver também sobre este assunto Couto (1999).

Poerner (2000), alguns dos capítulos da política de preservação do patrimônio cultural do Brasil, a partir dos anos 1970.

As normas de proteção da cultura incorpórea e a abrangência do conceito de bens memoráveis para a história do Brasil são aspectos que, no decorrer do desenvolvimento do SPHAN e do próprio conceito de patrimônio cultural no Brasil, evoluíram, até chegar ao conceito amplo consagrado pela Constituição Federal de 1988.

No período de 1980 e 1990 do século XX, como um passo importante na construção do atual conceito de patrimônio cultural, ocorreram mudanças na estrutura administrativa do Estado brasileiro com a criação do Ministério da Cultura, órgão desvinculado do Ministério da Educação.

A instalação da Constituinte Brasileira em fevereiro de 1987 foi também um marco considerável na construção do atual conceito do patrimônio cultural, uma vez que as forças dos partidos de esquerda, dos grupos intelectuais e dos órgãos de cultura juntaram-se para construir um conceito de patrimônio cultural de conteúdo mais dinâmico; mais vivo; mais popular. E, acima de tudo, que favorecesse o exercício da cidadania, processo que vinha sendo construído desde os anos 1970.

Nos dias que correm, existe o conceito de patrimônio cultural abrangente, compatível com o entendimento disposto no artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB),¹⁹ promulgada em 1988, que inclui tanto bens corpóreos, como incorpóreos, vistos de forma individual ou coletiva e que, de alguma maneira, tenham vinculação com a identidade nacional, nesta inseridas todas as manifestações das diferentes etnias formadoras de sociedade brasileira, dada a existência de vários instrumentos legais de proteção, desde o tombamento, disciplinado pelo Decreto-Lei nº 25/37, passando pelas formas de registros, inventários, vigilância e, até mesmo, pelo instituto da desapropriação.

Partindo do disposto no artigo 216, pode-se, a princípio, verificar que o constituinte optou pela conceituação do patrimônio cultural, incluindo os bens de natureza material e imaterial. Essa opção coloca o texto constitucional brasileiro em

¹⁹ O Art. 216 dispõe como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I) as formas de expressão; II) os modos de criar, fazer e viver; III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

sintonia com a teoria moderna de patrimônio cultural, que considera o valor cultural um bem imaterial a ser tutelado.

Todo esse percurso no país pode ser sumarizado da seguinte maneira, conforme Souza Filho (2011): em 1937, o patrimônio cultural era chamado de histórico e artístico, e considerado como o conjunto de bens tombados; na década de quarenta iniciou-se a considerar, por lei, bens coletivos como monumentos nacionais, que foram interpretados como de igual efeito ao tombamento; em 1961, com a Lei dos Sambaquis, se ampliou o conceito de patrimônio histórico e artístico aos bens arqueológicos, ficando estes no domínio da União e independente de tombamento. Assim sendo, a partir desse momento, o patrimônio histórico e artístico já não era o conjunto dos bens tombados, mas estes e outros mais, definidos em lei. Em 1988, a Constituição alterou o nome do patrimônio cultural, ampliando-o e o desencaixando do ato de tombamento, isto é, não exige que haja tombamento para que este seja reconhecido como integrante do patrimônio cultural.

Por fim, sobre a noção de patrimônio, é necessário consignar a perspectiva de estudo construída por Gonçalves (2005). Ela oferece possibilidades analíticas e interpretativas úteis para aplicar à problemática (e ao objeto, por extensão) de pesquisa deste trabalho, como mais adiante se utilizará. Entenda-se.

Ao estudar a categoria “patrimônio”, distinguindo os diversos significados que ela pode assumir em suas variações no tempo e no espaço e focalizando seus usos sociais e simbólicos, esse autor problematiza as noções modernas de “patrimônio cultural” ao mostrar situações que se caracterizam pela inserção do patrimônio em totalidades, onde suas fronteiras são bem pouco delimitadas. Dispõe que

(...) os ‘patrimônios culturais’ seriam entendidos mais adequadamente se situados como elementos mediadores entre diversos domínios social e simbolicamente construídos, estabelecendo pontes e cercas entre categorias cruciais, tais como passado e presente, deuses e homens, mortos e vivos, nacionais e estrangeiros, ricos e pobres, etc. Nesse sentido, tenho sugerido a possibilidade de pensar o patrimônio em termos etnográficos, analisando-o como um “fato social total”, seguindo a rica noção de Marcel Mauss (2003, p. 185-318), e desnaturalizando seus usos nos modernos “discursos do patrimônio cultural” (Gonçalves, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003a, 2003b, 2004) (GONÇALVES, 2005, p. 16-17).

Na sequência, sugere que a relação entre patrimônio e cultura pode ser mais bem compreendida desde que focalizada - através da adequação dos conceitos de “ressonância”, “materialidade”, “subjetividade” - às “dimensões patrimoniais da

cultura” e não somente às “dimensões culturais do patrimônio”, como é (ou era até então) usual. Isso acontecendo, aspectos culturais, supostamente à sombra, serão iluminados.

A adequação do conceito de “ressonância”,²⁰ que é o aspecto a ser apropriado por esta dissertação, Gonçalves (2005) o faz nos termos seguintes:

Nas análises dos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou “inventado”. Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio cultural, com o propósito de articular e de expressar sua identidade e sua memória. Esse ponto tem estado e seguramente deverá continuar presente nos debates sobre o patrimônio. Ele é decisivo para um entendimento sociológico dessa categoria. Um fato, no entanto, parece ficar numa área de sombra dessa perspectiva analítica. Trata-se daquelas situações em que determinados bens culturais, classificados por uma determinada agência do Estado como patrimônio, em seguida explorados de formas diversas pelo mercado, não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população. O que essa experiência de rejeição parece colocar em foco é menos a relatividade das concepções de patrimônio nas sociedades modernas (aspecto já excessivamente sublinhado), e mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado nem das iniciativas do mercado, embora estejam intimamente associados a estas. Não depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar “ressonância” junto a seu público (GONÇALVES, 2005, p. 19).

E arremata o argumento: o poder de ressonância do patrimônio cultural está em sua capacidade de “evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas de onde eles emergiram” (GREENBLATT, 1991, p. 42-56 apud GONÇALVES, 2005, p. 20, tradução deste).²¹

²⁰ Gonçalves, em nota, esclarece o entendimento original dessa noção. Ele a utiliza tal como o utiliza o historiador Stephen Greenblatt (1991 p. 42-56), que diz: “Por *ressonância* eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante” (GONÇALVES, 2005, p. 19).

²¹ GREENBLATT, Stephen. Ressonance and wonder. In: KARP, Ivan; LAVINE, Steven L. (Ed.). **Exhibiting Cultures: the poetics and politics of museums display**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991. p. 42-56.

2.2.2 Cemitério no panorama do patrimônio cultural

Na amplitude do patrimônio cultural, o cemitério ou o espaço cemiterial pode ser apropriado como representante ou como bem de referência cultural para determinado grupo ou lugar da mesma maneira que outros elementos que compõem o conjunto da produção humana.

O bem cultural, conforme observa Souza Filho (2011), pela leitura da lei e da Constituição Brasileira de 1988, é aquele bem jurídico que, além de ser objeto de direito, está protegido por ser representativo, evocativo, ou identificador de uma expressão cultural relevante. Ao bem cultural assim reconhecido é agregada uma qualidade jurídica modificadora, embora a dominialidade ou propriedade não se lhe altere. “Todos os bens culturais são gravados de um especial interesse público – seja ele de propriedade particular ou não” (SOUZA FILHO, 2011, p. 36). Os bens culturais, individuados, formam um conjunto que é o patrimônio cultural, do Município, do Estado, da Nação ou da Humanidade.

O bem cultural se converte em bem patrimonial após passar pelo processo de patrimonialização, ou seja, após tornar-se um bem com valor de patrimônio cultural e social através do estudo, salvaguarda, preservação, conservação, divulgação e “ressonância”.

O conceito atual de patrimônio não se restringe mais apenas aos monumentos individuais criados com a intenção de rememoração, como foi inicialmente compreendido por Alois Riegl (2013), ou que apresentasse um valor de nacionalidade e excepcionalidade.²² Agora, é relativo também aos “materiais de ancianidade, frequentemente privados de datas ou de nomes, além de todos os recursos do imaterial” (POULOT, 2009, p. 226 e 227). Ou seja, todo objeto que representa coletivamente um grupo ou sociedade tem, na atualidade, o potencial de ser patrimônio independente de sua natureza. Além disso, os chamados patrimônios culturais devem ser pensados como parte do cotidiano, como algo vivo e dinâmico, uma vez que, “(...) através dos quais é definida a identidade de pessoas e de coletividades como a nação, o grupo étnico etc.” (GONÇALVES, 1988, p. 266).

²² Segundo Maria Cecília Fonseca (2009), essa concepção de patrimônio vem perdendo espaço. Nem todo objeto, só porque apresenta um valor excepcional, merece ser preservado. Isso se deve ao fato de se considerar que qualquer objeto, seja ele excepcional, ou não, pode, em princípio, ser considerado como patrimônio.

Considera-se, dessa mirada, que os “campos santos” se encontrariam dentre os bens ou espaços a serem preservados por seu caráter identitário, memorialista, pelas diferentes manifestações artístico-culturais presentes em suas construções funerárias, e por seus ritos. No Brasil e no exterior, algumas iniciativas, como por exemplo, declarações, leis, tombamentos e atividades turísticas têm lançado novos olhares e novas questões sobre a preservação do patrimônio funerário. Acompanhar tais discussões evidencia que o tema dos cemitérios como bens culturais não é uma ação recente, apesar de ainda encontrar resistências.

A partir do momento que o cemitério passa a ser considerado um Patrimônio Cultural, ele não se limita mais somente ao seu valor econômico ou à ideia de ser propriedade de alguém ou de um grupo, mas sim como pertencente a uma comunidade, que lhe atribui valor e importância e deve preservá-lo em sua integridade e diversidade, para sua própria duração e permanência.

Preservando-se os cemitérios, guarda-se a identidade cultural de um povo, seus meios de existência e todas suas criações e manifestações, produzindo um conceito mais profundo, o da cidadania - que é traduzível no sentimento de pertencer a um grupo, comunidade, povo ou nação. Além de que, ao preservá-los, a memória e a história das pessoas, instituições e da comunidade estarão garantidas como fonte para o passado, porque fazem sentido no cotidiano.

No Brasil, existem poucos cemitérios patrimonializados pelo Instituto do Patrimônio do Patrimônio Histórico Nacional (Iphan). Os tombamentos ocorreram por diferentes razões – históricas, artísticas, religiosas. Alguns deles foram tombados por inteiro, outros por partes de seu conjunto, existindo ainda aqueles que tiveram preservados apenas os túmulos, as inscrições tumulares e/ou os portões, por estarem instalados em áreas já tombadas. O primeiro tombamento de cemitério no país ocorreu em 1930²³, promovido pelo Iphan, sendo objeto o Cemitério e Museu

²³ Thiago Araújo (2008, p. 49) apresenta uma lista de dez cemitérios tombados pelo IPHAN. Elisiana Castro faz um levantamento (feito nos arquivos do IPHAN) sobre o assunto até meados dos anos de 2008, totalizando o quantitativo de quinze tombamentos de cemitérios e partes de seus conjuntos como túmulos, portões e inscrições tumulares efetuados pelo órgão governamental. Cf. Castro (2010). Em 2013, Renata Nogueira, retoma o assunto e observa que até meados de julho de 2011 consta um acréscimo: a notificação do tombamento do Mausoléu Ícaro, onde está enterrado o aviador Alberto Santos Dumont, localizado no Cemitério São João Batista, na cidade do Rio de Janeiro. Ver Nogueira (2013). Se o quantitativo não é expressivo, a presença desse patrimônio cemiterial como objeto de ação governamental federal já se constitui em ganho para a cultura do país. Não se observou novas inclusões mais recentemente.

de Arte Sacra mais a Igreja de São Francisco da Penitência, localizados na cidade do Rio de Janeiro.

Além das iniciativas federais, alguns Estados já incluem os cemitérios em seu conjunto de bens patrimoniais. É o exemplo do Paraná, que tombou elementos funerários através da Secretaria de Cultura Estadual, como o jazigo da família Correia, na cidade de Paranaguá. Em São Paulo, capital, o Cemitério da Consolação, de 1858, foi tombado conjuntamente com o Cemitério dos Protestantes, de 1864, e o Cemitério da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte Carmo, de 1868, por iniciativa do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat),²⁴ Processo nº 16264/70. Esses espaços vêm se firmando como lugares de visitação turística naquela capital.

Registre-se também, no interesse específico deste trabalho, o tombamento do Cemitério dos Ingleses do Recife, em 1982, pelo Governo do Estado de Pernambuco, transformando-o em patrimônio cultural do Estado.

As dificuldades dos órgãos competentes e da sociedade brasileira em considerar o cemitério um bem patrimonial que luta pelo não esquecimento, pela rememoração, e que agrega uma série de informações e referências que contribuem para o estudo da história, da cultura e das artes (CASTRO, 2008), são ainda grandes. Carecem de uma política eficaz de conservação do patrimônio funerário – assim como existe para os cemitérios da Europa, sob os cuidados da Association of Significant Cemeteries in Europe (ASCE)²⁵ – e de sofrerem as a es propugnadas na “Carta Internacional de Morelia”,²⁶ de 2005, proposta no VI Encuentro Iberoamericano y Primer Congreso Internacional de Valoración y Gest n de Cementerios Patrimoniales y Arte Funerario, promovido pela Universidad Aut noma Metropolitana, Unidad Xochimilco y la Red Iberoamericana de Valoración y Gest n de Cementerios Patrimoniales, reunidos de 27 de outubro a 2 de novembro de 2005 nos centros históricos da Cidade do México e da cidade de Morelia (ambas no México).

²⁴ Tombamento originado pela Resolução SC 28 de 28/06/2005, D.O.E. 09/07/05 pg. 35-37, substituída pela Resolução SC 53 de 01/10/2007, DOE 04/10/2007 pg. 32-34; e, posteriormente pela Resolução SC 81 de 30/07/2014, DOE 31/07/2014, pg. 64-67, em vigor.

²⁵ A ASCE é a rede europeia das organizações públicas e privadas que cuidam de cemitérios considerados de importância histórica ou artística. É uma organização sem fins lucrativos com um caráter claro e global. Cf. <http://www.significantcemeteries.org/p/the-association.html>

²⁶ Para mais informações sobre a Carta Internacional de Morelia, ver Lodo o (2005).

Os países vizinhos ao Brasil, de origem espanhola, procuram seguir de maneira mais eficiente as propostas da referida carta, que defende a preservação dos cemitérios, a arte funerária e a difusão da apropriação social dos sítios funerários e de seus ritos. Certamente isso se deve ao valor cultural que os descendentes de espanhóis dão ao morto e ao fato de a maioria dos cemitérios ser de propriedade particular. Enquanto isso, a se lamentar, a maior parte dos cemitérios do Brasil continua desprotegida e descaracterizando-se a cada dia pela omissão do poder público e da população que ali tem inumados os restos mortais de seus parentes e amigos.

2.3. Patrimônio e Conservação

O entendimento que se tem do conceito de patrimônio deriva de formulações gradualmente engendradas acerca da cultura no mundo ocidental. Desde a Antiguidade, alguns objetos e obras de arte vêm sendo preservados mediante ensejos de cunho político, cultural ou religioso; no entanto, uma apreciação mais densa sobre os valores e significados dos bens conservados aflorou nas décadas finais do século XVIII, sobretudo após a Revolução Francesa. A partir de então vem se ampliando as formas de tratamento dos bens dotados de valor histórico e cultural, orientadas por políticas preservacionistas e legislações específicas para a restauração e reabilitação do patrimônio, como bem assinala Choay (2006).

Os motins e destruições ocorridos no decorrer do processo revolucionário francês de 1789 comprometeram a integridade de vários monumentos que representavam o passado monárquico. Tal fato suscitou a necessidade de os revolucionários conservarem os “testemunhos” da história francesa, julgados referências da história nacional e do interesse público (CHOAY, 2006, p. 95). De todo modo, ao repelir a pilhagem e a destruição dos imóveis e das obras de arte pertencentes ao clero e à nobreza, o Estado os tomou como bens elevados à condição de propriedade pública. Assim, como salienta Sant’Anna (2005, p. 47), a noção de patrimônio nacional engendrou-se mediante um embate que, simultaneamente, recorreu ao sentimento nacional e às conveniências financeiras relativas ao valor econômico dos referidos objetos de arte, móveis ou imóveis.

Diversas nações europeias, no decorrer do século XIX, foram organizando estruturas públicas e privadas devotadas à conservação, salvaguarda e seleção dos

bens considerados patrimônios nacionais. Ainda assim, o entendimento que essas entidades tinham de patrimônio se restringia às edificações, aos monumentos e objetos de arte, vistos como exemplares autênticos e geniais das riquezas nacionais. Todavia, a proteção desses bens foi institucionalizada a princípio pela França, em 1830, mediante a criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos, cuja ação se restringia ao “recenseamento” do patrimônio.

A salvaguarda oficial foi objeto da legislação promulgada em 31 de dezembro de 1913, quando foi implementado um dos primeiros instrumentos legais de proteção ao patrimônio como o *classement*, ou seja, uma norma que impedia a mutilação ou destruição dos monumentos nacionais franceses. A partir de então, essa prática difundiu-se entre alguns países ocidentais que adotaram suas respectivas legislações.

Passados cerca de dezessete anos, autoridades das mais diversas áreas do conhecimento e esferas públicas de poder, como arquitetos, diplomatas, políticos e historiadores, se mobilizaram em torno de congressos internacionais que buscavam soluções para os impasses do crescimento urbano, da qualidade de vida nas cidades e inclusive da necessidade da preservação de determinados patrimônios históricos, artísticos e paisagísticos dos Estados nacionais e, quiçá, de toda a humanidade. Dessa maneira, os congressistas passaram a sugerir recomendações por meio de documentos denominados Cartas Patrimoniais, cujo objetivo fundamentava-se na proposição de diretrizes capazes de resolver os principais problemas das grandes metrópoles que estavam em pleno crescimento nas décadas de 1930 e 1940, sem comprometer os monumentos ou edificações arquitetônicas consideradas portadoras de excepcionais valores artísticos ou históricos.

Essas iniciativas acabaram interrompidas diante da eclosão da Segunda Guerra Mundial. A consternação e o choque causados pelo maior conflito bélico até então deflagrado no globo e o envolvimento de tantas nações ao mesmo tempo assustaram a população e as mais diversas lideranças políticas mundiais. Esses fatores, somados à constatação da capacidade destrutiva do arsenal utilizado nessa guerra e as dimensões expressas da crueldade humana como demonstração de força das distintas nações envolvidas, tornaram prioritárias a criação de entidades que pudessem mediar as relações internacionais.

A perspectiva de estabelecer compromissos em defesa da paz no planeta e da integridade humana evidenciou a proeminência da criação de órgãos devotados à

instituição de pactos com a finalidade de estimular experiências educacionais e o desenvolvimento da ciência e da tecnologia com fins construtivos e humanitários. Nesse contexto, foi fundada a UNESCO, que encampou, inclusive, as ações em prol dos direitos humanos e do patrimônio histórico e passou a catalisar ações direcionadas a estimular a implantação de políticas públicas favoráveis à conservação dos bens culturais em várias partes do globo terrestre, inclusive no Brasil.

A consideração mais relevante, que se adota, da ampliação do conceito de patrimônio é a ampliação do campo de visão que não mais está voltada exclusivamente para o bem e seu entorno, mas abrange também os atores que se relacionam com o bem. Passa-se a questionar para quem o bem é relevante, de que forma o é, porque é digno de preservação, e de que forma essa preservação deve se consolidar a partir da percepção dos valores que a sociedade lhe atribui. Isso está referendado por autores como Araújo (2004, p. 304), que assim argumenta:

Metodologicamente, deslocou-se o eixo de análise, que antes repousava na natureza do objeto como elemento determinante do conceito de patrimônio, para a relação ou relações que se estabelecem entre o objeto e os diferentes sujeitos, no tempo e no espaço.

Entende-se, desse modo, que conservar um bem vai muito além de conservar a sua materialidade; é indispensável entender os valores atribuídos ao bem e conservá-los.

2.4 Teorias de Conservação

A ameaça da perda dos bens culturais traz consigo o desejo de conservá-los. A Revolução Industrial é grande exemplo de descontinuidade e mostra, mais uma vez, que a iminência da perda fortalecerá o interesse pela conservação patrimonial. Tal acontecimento teve uma função de divisor de águas na história da conservação patrimonial. “A partir de 1820, o monumento histórico inscreve-se sob o signo do insubstituível; os danos que ele sofre são irreparáveis, sua perda irremediável” (CHOAY, 2006, p. 136). Com a Revolução Industrial, o modo de vida das pessoas será fortemente alterado; o trabalho manual será substituído pelas máquinas, surgem novas tecnologias de construção, novos materiais, novas relações de

trabalho. Esses fatores estão aliados ainda à necessidade de expansão das cidades, com a modificação do seu traçado, uma vez que estas teriam novas funções. Em meio a este cenário a ideia de preservação passou a preocupar mais ainda o homem.

É nesse contexto, que a França e a Inglaterra voltam os olhares para o monumento histórico, embora os valores atribuídos por um e outro país sejam diferentes. Na França, um país de tradição rural, o processo de industrialização é legitimado pelo desejo da modernidade. Independente de seus efeitos negativos e perversos, a ideia do progresso encanta os franceses que, por um tempo, se esquecem do patrimônio construído até então. Os franceses reconhecem a importância do monumento histórico, que merece ser conservado, mas acreditam que ele só existirá nos registros literários. Diferentemente, os ingleses, que ignoram esse fatalismo, não se conformam com a ideia do desaparecimento dos prédios antigos em favor da nova civilização. Para eles, os monumentos do passado são necessários à vida do presente (CHOAY, 2006).

À medida que há a valorização dos monumentos históricos, como forma de registro da história de uma nação, surge a necessidade de saber conservá-los e restaurá-los. Alguns monumentos tombados apresentavam fissuras, risco de desmoronamento, infiltrações, desprendimento de camadas de tintas, entre outros problemas na estrutura física desses monumentos e, assim, surge no século XIX a restauração como disciplina.

2.4.1 O que é conservar

Qualquer conservador profissional formado antes de 1990 diria que conservar significa manter as características físico-materiais da edificação de forma que o seu valor artístico possa ser plenamente apreciado, sem a perda da sua historicidade, ou seja, do seu valor como objeto histórico. Essa afirmação vem da aplicação da teoria de Cesare Brandi²⁷ (2004 [1963]) à arquitetura. Para Brandi, a conservação somente

²⁷ Césare Brandi (Siena, 1906 – Vignano, 1988) foi um intelectual italiano de atuação multifacetada e significativa em variados campos, entre eles a história e a crítica de arte, a estética e a restauração. Deu passos primordiais para a consolidação do restauro como campo disciplinar, por meio da unidade metodológica e conceitual, buscando filiá-lo ao pensamento crítico e às ciências e contrapondo-o ao empirismo pedestre que prevalecera até então. Em meados do século 20 fez uma extensa releitura dos preceitos então em vigor – que fundamentavam o chamado “restauro filológico” ou “científico”, com ênfase nos aspectos documentais da obra, - também em consequência dos

pode ser realizada sobre os elementos físicos da obra; entretanto, a sua finalidade está associada à permanência das qualidades estéticas, que são reinterpretações de cada geração de apreciadores, segundo a evolução dos padrões culturais de referência.

É preciso ressaltar que, para Brandi e outros autores que o procederam (Roberto Pane, Renato Bonelli, Paul Philippot, dentre outros), as intenções originais do artista, ou do arquiteto, não têm um papel determinante na decisão do conservador. Este trabalha com a edificação como ele o encontra. A decisão de onde e como intervir para conservar será o resultado da interpretação da arquitetura como obra de arte e como objeto histórico. Nesse sentido, os acréscimos ou remoções realizadas na obra ao longo de sua vida fazem parte do acervo do edifício e serão objeto de análise para a ação de conservação. As intenções originais do arquiteto, quando são possíveis de serem narradas, terão um papel importante como elemento balizador, mas não determinante a priori, no julgamento do conservador. A teoria de Brandi trata a arquitetura como um objeto com duas faces: a estética e a histórico-documental. Um dos objetivos da teoria desse autor foi romper com a tradição do restauro filológico, iniciada por Boito²⁸ (2014 [1884]), que valorizava os aspectos documentais da vida dos edifícios nas decisões sobre o restauro. Brandi introduziu a apreciação estética como determinante na conservação dos objetos patrimoniais, entre eles a arquitetura, livrando a atividade das limitações impostas pela visão do edifício como um documento, ou um livro, que agregou as marcas do tempo. Essa mudança permitiu que a conservação fosse vista novamente como uma atividade criativa, que agrega valores estéticos aos edifícios, como vem sendo preconizado, por exemplo, por Giovanni Carbonara²⁹ (1997, p. 405–421).

Entretanto, conforme adverte Zancheti (2009), a formulação de Brandi exclui todas as considerações sobre outros valores determinantes na vida dos edifícios

problemas suscitados pelas destruições da Segunda Guerra Mundial, evidenciando os reduzidos meios teóricos, até então empregados, para se entender a realidade figurativa dos monumentos. Cf. Kühl (2007).

²⁸ Camilo Boito (Roma, 1835 – Milão, 1914), engenheiro, arquiteto, historiador, restaurador italiano teve papel relevante na transformação da historiografia da arte e na formação de uma nova cultura arquitetônica na Itália. Como restaurador e teórico, tem um lugar consagrado pela historiografia, sendo a ele reservada uma posição intermediária e moderada entre dois outros restauradores: Viollet-le-Duc e Ruskin. Cf. Kühl (2008, p. 9-28; 2007, p. 197-211).

²⁹ Giovanni Carbonara (Roma, 1942) é um arquiteto italiano, historiador e teórico da restauração. O trabalho científico de Carbonara concentra-se principalmente no estudo da história da arquitetura e da teoria da restauração e renovação. Nesta área, o arquiteto publicou diversos livros com abordagem, em muitos casos, calcada na análise de outros arquitetos restauradores, dentre eles Brandi, do qual é seguidor. Ver Montagner et al (2012).

como, por exemplo, os econômicos, os funcionais e os afetivos. Essa limitação faz com que a sua teoria tenha uma aplicação limitada no campo da arquitetura. Em primeiro lugar, a conservação sempre é uma atividade condicionada por um objetivo (por exemplo, aumentar o valor monetário da obra) e esse objetivo somente pode ser alcançado quando vários tipos de valores são considerados simultaneamente. Em segundo lugar, um edifício que alcança o status de bem patrimonial tem diversos tipos de valor, para um grande número de indivíduos e grupos sociais. Em terceiro lugar, conservar um edifício pressupõe colocá-lo em funcionamento, contemplando, se possível, todos os valores associados à obra, sob a pena de fracasso da intervenção. A teoria de Brandi não é capaz de enfrentar esse desafio.

2.4.2 Os valores do objeto

Os objetos da conservação são artefatos materiais a quem são atribuídos valores reconhecidos por uma determinada sociedade e considerados importantes de serem transmitidos para gerações futuras. Portanto, a conservação de um objeto é dependente dos valores que a sociedade atribui aos mesmos de forma coletiva. São objetos do passado e do presente. Os do passado possuem valores mais estáveis, pois estão consolidados na sociedade apesar de não serem permanentes. Os valores dos objetos do presente são ainda instáveis, dependentes das modas, das conjunturas sociais e de imposições políticas, mas podem também possuir uma carga poderosa de valores, como os objetos de arte, que os impulsiona para se tornarem objetos de conservação.

Desde o início do século XX, os valores simbólicos são reconhecidos como determinantes nas decisões sobre a conservação da arquitetura. Várias foram as propostas de classificação dos valores para fins de conservação patrimonial (MASON, 2002). Algumas serão enfatizadas agora.

2.4.2.1 Aloïs Riegl

O austríaco Aloïs Riegl (1858-1905), jurista, filósofo, historiador e com experiência em museus, seria o primeiro teórico a submeter a noção de monumento histórico a um exame crítico, redefinindo-o a partir de uma análise dos valores a ele

atribuídos no curso da história, e reconhecendo que os valores que a sociedade contemporânea atribui ao monumento determinam a atividade de proteção e conservação. No contexto da cidade de Viena, ele partiria então da distinção entre “monumento” e o “monumento histórico”, e da oposição entre duas categorias de valores: os valores de rememoração e os valores de contemporaneidade.

Seu exame crítico, publicado em 1903 com o título *Der moderne Denkmalkultus* (O Culto Moderno dos Monumentos)³⁰ é estruturado em três partes nas quais são desdobrados os valores atribuídos aos monumentos: na primeira são apresentados os valores monumentais e sua evolução histórica, na segunda Riegl trata dos valores rememorativos em relação ao culto aos monumentos e na terceira parte são expostos os valores de contemporaneidade também em relação ao culto aos monumentos.

Por monumento, no sentido mais antigo e verdadeiramente original do termo, “compreende-se uma obra criada de mão humana, construída com o fito terminado de conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares (ou conjunto de tais feitos ou destinos)” (RIEGL, 2013, p. 9). Esses monumentos, que são denominados como intencionais pelo autor, são construídos de forma deliberada, com o propósito de serem cultuados e reconhecidos como tais.

Contudo, em se tratando de tempos modernos, os monumentos são tidos como históricos e artísticos, ou seja, hoje, para a teoria contemporânea da conservação, tratam-se daqueles monumentos não-intencionais, cuja atribuição do seu valor e relevância são os sujeitos envolvidos que destinam, possibilitando, contudo, que o monumento se torne um bem patrimonial.

Riegl (2013) apresenta que os monumentos são estruturas produzidas pelo homem e devem ser considerados sob o ponto de vista dos sujeitos que os observa, ou seja, sob as diferentes e diversas percepções que estão submetidos à apreciação. Ele estabelece que, por isso, os valores dos monumentos assumem vários tipos e podem ser apreendidos através dos atributos tangíveis e intangíveis dos monumentos. Identifica que o valor deve ser tratado, não como algo eterno, mas como evento histórico, como algo que tem sentido, que pode ser transformado ou

³⁰ Neste trabalho se utiliza a edição portuguesa de 2013, editora Edições 70, Lisboa.

adquirido de acordo com o contexto cultural e a forma que a comunidade cultua os seus monumentos. E observa:

De acordo com os conceitos modernos, toda a actividade e todo o destino humano, de que nos foi conservado um testemunho ou notícia, pode reclamar sem excepção valor histórico: todo o acontecimento histórico é tido por nós, no fundo, por insubstituível. (...) limitámo-nos a dar atenção até ao presente, por pressão da necessidade, predominantemente àqueles testemunhos que nos parecem representar etapas particularmente nítidas no curso de desenvolvimento de um determinado ramo da actividade humana (RIEGL, 2013, p. 10-11).

Com isso, o reconhecimento desse valor histórico remete àquilo que jamais pode ser reproduzido novamente; àquilo que foi, e, hoje, não é mais. O que importa na sua apreensão é a revelação de sua existência na obra enquanto criação singular de determinado período e de uma dada comunidade. Todas as estruturas ambientais urbanas consolidadas, por exemplo, têm valor histórico, pois representam sua época de origem e formação, ou seja, um determinado período da evolução de um modo de vida.

O que interessa para Riegl (2013) é que o valor histórico seja apreendido quanto maior for a pureza do estado original do monumento, pois, para ele, as alterações e descaracterizações perceptíveis influenciam e são perturbadoras à apreensão de tal valor. Essa observação remete a um tipo de valor que é o valor de existência, pois o que importa é o reconhecimento da obra enquanto representante de uma época, sem perder as perspectivas das gerações futuras.

Contudo, ele coloca que os valores dos monumentos assumem duas categorias principais, a dos rememorativos e dos valores de contemporaneidade. Os valores rememorativos fazem relação ao passar do tempo e ao testemunho do passado, representados por três tipos de valores: o valor de antiguidade, o valor histórico, e o valor intencional. Os valores de contemporaneidade exigem que a obra mantenha sua aparência de origem, ou seja, que não seja identificada a passagem do tempo em sua matéria. Eles são representados por dois tipos de valores: o valor instrumental e o valor artístico, esse último representado por mais outros dois tipos de valores: o valor artístico de novidade e o valor artístico relativo.

O valor de antiguidade – da categoria dos valores rememorativos - emerge da percepção que o sujeito tem do passar do tempo sobre determinada obra. O valor histórico, como observado anteriormente, decorre da percepção do indivíduo em relação à obra, segundo sua representatividade e testemunho de uma época. E o

intencional remete aos valores que são provenientes do momento em que a obra é criada; aqueles intencionados a manter a obra sempre viva e presente à posteridade (RIEGL, 2013).

Em continuidade, o autor coloca que os valores de contemporaneidade emergem da capacidade que boa parte dos monumentos tem de satisfazer às necessidades contemporâneas de dada comunidade - necessidades materiais ou espirituais -, pois os sujeitos tendem a considerar uma obra como algo recém-criado, contemporâneo, e não como um resquício de um passado. Por isso que este valor remete para que o monumento mantenha a aparência de seu estado original sem que se perceba a ação do tempo.

O valor instrumental – da categoria dos valores de contemporaneidade – faz relação à utilidade da obra, às necessidades materiais dos sujeitos, ou seja, à sua utilidade prática. O valor artístico faz referência àqueles valores que correspondem à vontade de arte do sujeito contemporâneo, sendo representado pelo valor artístico de novidade, que remete à apreciação da obra como algo novo, ao seu perfeito acabamento; e pelo valor relativo, que se baseia na apreciação de uma obra de uma época anterior, mas que é capaz de transmitir suas qualidades formais através de seus atributos, como por exemplo, sua cor, forma e concepção, como testemunhos e superação do tempo (RIEGL, 2013).

Normalmente, vários desses valores estão associados ao um mesmo objeto. O quadro a seguir propõe uma síntese da elaboração teórica de Riegl (Figura 2).

Obra de arte	Monumento	Monumento Histórico				
Definição	criação deliberada cuja destinação memorial lhe seria dada <i>a priori</i>	criação deliberada cuja destinação memorial lhe seria dada <i>a posteriori</i>				
Propósito	manter as ações, individuais ou coletivas, sempre presente na consciência das gerações vindouras, comemoração, simbólico	reconhecer a legitimidade dos períodos da história, pensamento evolutivo, consideramos imprescindíveis a todos e a cada um dos acontecimentos históricos, vida presente				
Valores	valores de rememoração	valores de rememoração		valores de contemporaneidade		
	intencional	histórico	ancianidade	uso	arte	
					novidade	relativo

Figura 2 - Quadro da relação entre os tipos de monumentos e valores na análise de Riegl.
Fonte: ARAÚJO, 2009.

Ao estudar a teoria de Riegl, Castriota (2011) comenta que o modelo proposto por esse autor tem uma estrutura binária, compreendendo dois grupos de valores; porém, não é um modelo dual que apresente um confronto bélico entre os valores, nem tampouco visa construir um sistema. Ao tempo que apresenta, em detalhes, cada categoria de valores e seus significados e tenta explicitar sistematicamente as camadas de significados dos monumentos, ele mesmo coloca o sistema em questão, apresentando continuamente suas contradições internas e os entrelaçamentos dialéticos dos diversos aspectos da grade de valores proposta. Para o comentarista,

Muito mais que algo objetivo, o valor seria mais uma “capacidade de orientação”, uma “tendência”, que exprime a ligação com os assuntos humanos, com a história e as vicissitudes do sujeito, de um lado, e com suas formações culturais e sociais, por outro: não haveria, assim, um valor previamente estabelecido a se reconhecer, mas sempre um valor a ser atribuído num jogo complexo e mutável (CASTRIOTA, 2011, p. 206).

A partir do estabelecido por Riegl (2013), estudos foram desenvolvidos (por exemplo, Viñas (2004), Jokilehto (2002), Mason (2002), entre outros autores) e contribuíram com interpretações da teoria dos valores, adaptando-a às práticas de salvaguarda patrimonial, à luz dos princípios contemporâneos da conservação e

apresentando outros tipos de valores possíveis de serem aferidos aos bens patrimoniais.

Para esta pesquisa, o apresentado por Riegl (2013) coopera para o entendimento de que um determinado monumento pode assumir diversos tipos de valor e com isso podem ser conduzidos e transformados em um bem patrimonial, ou seja, em uma estrutura ambiental de interesse à preservação patrimonial, dada a sua relevância e valoração pelos sujeitos envolvidos com ela.

2.4.2.2 A Carta de Burra

As cartas patrimoniais são fruto da discussão de um determinado momento. Antes de tudo, elas não têm a pretensão de ser um sistema teórico desenvolvido de maneira extensa e com absoluto rigor, nem de expor toda a fundamentação teórica do período. As cartas são documentos concisos e sintetizam os pontos a respeito dos quais foi possível obter consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Possuem, portanto, caráter indicativo, ou, no máximo, prescritivo.

Austrália ICOMOS Burra Charter, 2013 (doravante designada como Carta de Burra) é resultante da reunião do *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) – (ICOMOS), realizado na Austrália em 1980, com a última revisão em outubro de 2013.³¹ Ela orienta para a conservação e gestão dos sítios com significado cultural através da sistematização de um processo prático e representa um marco se comparada às demais cartas patrimoniais anteriores.

A Carta de Burra vai de encontro à teoria de valores proposta por Riegl na medida em que coloca uma discussão acerca dos valores atribuídos aos bens patrimoniais, a partir do significado cultural de um sítio.

A expressão *significação cultural* significa valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para as gerações passadas, atuais ou futuras. O significado cultural está incorporado no próprio sítio, na sua fábrica, na sua envolvente, na sua utilização, nas suas associações, nos seus registros, nos sítios relacionados e nos objetos relacionados (AUSTRÁLIA ICOMOS, 2013, art.1).³²

³¹ Das quatro primeiras versões da Carta de Burra (1978, 1981, 1988, 1979), o Austrália ICOMOS só endossou a de 1999. Periodicamente atualizada para refletir o desenvolvimento da compreensão da teoria e da prática da gestão do patrimônio cultural, a versão atual é de 2013.

³² As transcrições da Carta de Burra são traduções que se fez.

De igual modo, quando joga o maior foco de atenção para os valores atribuídos ao bem, em detrimento da estrutura física do próprio bem; “o objetivo da conservação é a retenção do valor do significado cultural de um sítio” (ICOMOS, 2013, art. 2) e complementa dizendo que a conservação está baseada em uma relação de respeito pela fábrica, pelo uso, pelas associações e pelos significados. “Ela exige uma abordagem cuidadosa alterando-se tanto quanto necessário, mas tão pouco quanto possível” (AUSTRÁLIA ICOMOS, 2013, art. 3); ou seja, reafirma que o foco de atenção já não é mais a exclusividade da estrutura física do bem, porém a dos valores atribuídos ao bem.

A Carta ressalta que a atribuição de valores por indivíduos ou grupos de pessoas está sujeita a alterações ao longo do tempo - “os sítios podem ter variações de valor para indivíduos ou grupos diferentes” (AUSTRÁLIA ICOMOS, 2013, art. 1) -, tanto em função da continuidade da história do sítio, ou em consequência de novas informações.

Trata ainda da importância da participação popular no processo de formação das decisões.

A conservação, a interpretação e a gestão de um sítio devem prever a participação das pessoas para quem esse sítio tem associações e significados especiais, ou que têm responsabilidades sociais, espirituais ou outras responsabilidades culturais para com esse sítio. (AUSTRÁLIA ICOMOS, 2013, art. 12)

A Carta de Burra traz ainda outras contribuições importantes. Por exemplo, quando coloca que:

Devem ser preparadas declarações escritas sobre o *significado cultural* e a política para o *sítio*, justificadas e acompanhadas pelas evidências e suporte. As declarações sobre o significado e a política devem ser incorporadas num plano de gestão para o sítio (AUSTRÁLIA ICOMOS, 2013, art. 26 – destaques nossos).

Ressalta, em notas explicativas, que as declarações de significância e a política devem ser conservadas numa base regular para revisão e correção, caso sejam necessárias (AUSTRÁLIA ICOMOS, 2013, p. 8).

Quanto ao processo para a conservação da significância, a Carta diz:

O *significado cultural* de um *sítio*, e outras questões que afetem o seu futuro, ficam mais bem compreendidos por uma sequência de coleta e análise da informação antes da tomada de decisões. Primeiro vem a compreensão do significado cultural, depois o desenvolvimento da política e, finalmente, a gestão do sítio de acordo com essa política. (AUSTRALIA ICOMOS, 2013, art. 6 – destaque nossos).

A publicação dessa Carta foi recepcionada da melhor maneira possível e, entre vários comentários à mesma, mencione-se o seguinte:

Do ponto de vista das cartas patrimoniais, o grande marco dessa virada vai ser a Carta de Burra do ICOMOS australiano, que, em 1979, introduziu o conceito de "significância cultural" e todas as suas implicações subjetivas associadas. Em vez de procurar uma verdade unívoca como haviam feito as doutrinas anteriores, a Carta de Burra abria-se para uma pluralidade de valores, considerando, inclusive, os valores dos grupos não dominantes. Apesar de não abandonar uma abordagem "científica", este documento, pela primeira vez, fala de "valor social", que, como explica o artigo 2.5 da "Guidelines to the Burra Charter: Cultural Significance", "abarca as qualidades pelas quais um lugar se tornou um foco de sentimento espiritual, político, nacional ou de outra natureza, de um grupo dominante ou minoritário" (CASTRIOTA, 2011, p. 24 – destaques do autor).

Zancheti et al. (2009, p. 47), ao comentarem a Carta de Burra, destacam a importância do documento; porém, fazem a ressalva de que o Processo da Carta deve ser alterado em função dos desafios de natureza plural, polivalente e contingente dos valores. Isso porque, para esses autores, os valores que fundamentam o significado cultural podem mudar ao longo do tempo devido à contínua transformação dos sítios, dos agentes envolvidos e dos contextos em que são definidos. À significância cultural de um conceito que é potencialmente sujeito a um limite de tempo, ou seja, perde a validade em longo prazo.

Esses mesmos autores e no mesmo artigo (2009, p. 50) dizem que a Carta de Burra defende que os valores são inerentes aos objetos, quando na verdade, para eles, os valores são atribuídos aos objetos e essa identificação de valores está ligada à percepção dos indivíduos e dos grupos sociais, ao longo do tempo. Por isso, é individual (do sujeito), que é o principal elemento a atribuir conhecimento aos objetos. A relação do objeto com o sujeito não é única, mas variável e dependente dos contextos (social, político e cultural), local e tempo. A análise sociocultural apoia a ideia de que o sujeito é o agente ativo no processo de atribuição de significados aos objetos, mas entende que o assunto é colocado dentro uma pessoa coletiva, e que ele/ela não atua, de forma isolada, como um indivíduo. Assim, o significado é

múltiplo e diversificado no tempo e no espaço, e é sempre avaliado no presente. Além disso, o significado deve ser determinado por diferentes grupos sociais e não apenas por especialistas.

Um conjunto de valores, formando uma declaração de significância, "fixo" no tempo, pode levar à perpetuação de alguns valores por causa dos próprios procedimentos de conservação. Sucessivos processos de restauração e ações de preservação, utilizando a mesma declaração de significância, tendem a reforçar valores do passado e criar barreiras que impedem o aparecimento e identificação de novos valores.

Com essa argumentação, Zanchetti et al (2009) propõem uma nova definição para significado cultural:

Significado cultural é redefinido como o conjunto de todos os valores identificados resultantes do contínuo (o passado e o presente) julgamento e a validação social dos significados dos objetos. A partir desta definição, deve ser observado que o significado inclui os valores do presente e do passado e, aqueles que estão em disputa entre os envolvidos, e aqueles que não mais têm significado no presente, mas que ainda estão na memória coletiva, ou gravados na memória dos instrumentos. (ZANCHETTI et al., 2009, p. 51)

Em conclusão, esses autores ainda observam que a declaração de significância de um sítio será sempre o retrato de um determinado tempo, pelo seu significado cultural e não pode ser compreendida em sua totalidade uma vez que não é possível identificar e representar todos os significados que patrimônio tem para os indivíduos e grupos sociais envolvidos com a conservação. O significado cultural passa por mudanças e deve ser reavaliado e reconstruído de tempo em tempo.

Na Carta de Burra a significância foi definida como uma expressão que designa o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual de um bem para as gerações passadas, presentes ou futuras, e a preservação da significância cultural de um bem foi tida como o objetivo principal da conservação.

2.4.2.3 Jukka Jokilehto³³

Jokilehto (2002), ao estabelecer sua tipologia de valores, considera a tipologia de Riegl (2013) e a existência de uma pluralidade de valores possíveis de serem aferidos a um bem patrimonial. A isso, ele acrescenta e define duas categorias de valor: a dos valores culturais e a dos valores socioeconômicos.

Os valores culturais são o que caracterizam dada comunidade e sua cultura, sendo representados por três tipos de valores: o valor de identidade, o valor relativo artístico e o valor de raridade. O primeiro faz referência ao simbólico, ao espiritual e à tradição da comunidade; o segundo, que também pode ser chamado de valor técnico, remete às realizações do mesmo autor ou da mesma cultura; e, o terceiro, o valor de raridade aponta a importância sobre a existência de alguns recursos pertencentes a um determinado contexto cultural (JOKILEHTO, 2002).

Quanto aos valores socioeconômicos, se incluem três tipos: os valores funcionais e de uso, o qual remete também à utilização para fins do turismo; o valor político, apontando aos interesses de dada política; e, o valor econômico, que encara o patrimônio como um recurso e o submete a avaliações de custo-benefício.

Contudo, para ele, a atribuição desses valores é um procedimento relativo à cultura e aos sujeitos envolvidos nessa atribuição, e o reconhecimento do bem patrimonial é resultado desse procedimento, que o reconhece como algo singular, sendo esse reconhecimento a base fundamental para sua salvaguarda.

Constata-se então, com a exposição até este ponto, que há uma pluralidade de valores existentes na sociedade, e que resultam em julgamentos de valores diferentes por também existir uma diversidade cultural que se constrói com o passar do tempo, por isso, os valores dos bens patrimoniais são específicos de cada contexto cultural e da forma como a comunidade os cultua, conforme estabeleceu Riegl (2013) anteriormente.

³³ Jukka Jokilehto é conselheiro especial do diretor-geral do International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) e professor da Universidade de Nova Gorica, Eslovênia. Sua distinta carreira no ICCROM, no Comité do Património Mundial e o no Comité Internacional do International Council and Monuments and Sites (ICOMOS) contribui para o seu engajamento em missões internacionais sobre o património cultural em muitas partes do mundo. Cf. em: <<https://www.york.ac.uk/archaeology/staff/honorary-visiting/jukka-jokilehto/>>.

2.4.2.4 Randall F. Mason³⁴

Mason (2002) afirma que ainda há pouco conhecimento em relação à avaliação dos valores atribuídos aos bens patrimoniais, constata que os valores são elementos essenciais para guiar qualquer decisão de salvaguarda patrimonial. Os valores, para ele, são, com frequência, utilizados em dois sentidos, nas ações de salvaguarda: um “como moral, como princípios ou outras ideias que servem como guias para a ação (individual e coletiva)”;³⁵ e outro como “referência às qualidades e características visto nas coisas, em especial as características positivas (reais e potenciais)”.³⁶

Ele esclarece que, reforçando o referenciado por Riegl (2013), para as ações de salvaguarda os valores não são facilmente encontrados, nem simplesmente fixados e imutáveis, pois são estabelecidos com o passar do tempo, através da interação entre os sujeitos envolvidos com o patrimônio e o contexto cultural onde se inserem (MASON, 2002, p. 7, tradução nossa). Como forma de amenizar a necessária avaliação dos valores, Mason (2002) apresenta uma tipologia que tem referências nos tipos desenvolvidos por vários estudiosos e organizações do campo da conservação, entre eles Riegl (2013), pela Carta de Burra do Austrália ICOMOS (1999). Dessas referências, Mason (2002) destaca duas categorias de valores: a dos valores socioculturais e a dos valores econômicos (Figura 3).

³⁴ Atualmente ensina no Programa de Pós-Graduação em Conservação Histórica e é Professor Associado no Departamento de Cidade & Planejamento Regional da University of Pennsylvania School Design. Seus cursos focalizam planejamento da conservação histórica, e estudos de conservação urbana, histórica e paisagem cultural. Mason trabalhou como especialista de Projeto Sênior no Instituto de Conservação Getty (GCI), pesquisando as questões econômicas e sociais relacionadas com a conservação do patrimônio. Cf. em: <<https://www.design.upenn.edu/historic-preservation/people/randall-f-mason>>

³⁵ [...] *as morals, principles, or other ideas that serve as guides to action (individual and collective)* (p. 7).

³⁶ [...] *in reference to the qualities and characteristics seen in things, in particular the positive characteristics (actual and potential)* (p. 7).

VALORES SOCIOCULTURAIS	VALORES SOCIOECONÔMICOS
Valor histórico	Valor de uso (mercantil)
Valor cultural/simbólico	Valor de não uso (não mercantil)
Valor social	Valor de existência
Valor espiritual/religioso	Valor de opção
Valor artístico	Valor de legado

Figura 3 – Quadro da tipologia do valor proposta por Mason.
Fonte: MASON, 2002.

Os valores socioculturais são aqueles atrelados ao bem por deterem significado devido à beleza, idade, arte ou associação com os sujeitos ou a algum evento significativo da comunidade, como por exemplo, o valor histórico, o valor estético, o valor social, o valor simbólico/cultural ou o valor religioso/espiritual. Os valores econômicos já são aqueles que se baseiam em análises econômicas, onde é subentendido um valor utilitário, seja vinculado ou não a uma noção de mercado, tornando o bem patrimonial passível de movimentar ou não economicamente o lugar onde se insere.

A existência de vários tipos de valores diferentes e possíveis de serem aferidos aos bens patrimoniais e a interação existente entre eles torna a classificação de uma única tipologia algo complexo. Por isso, Mason (2002) defende que para amenizar essa dificuldade é imprescindível a participação dos sujeitos interessados na salvaguarda, como a comunidade, os especialistas e os gestores públicos, de modo que eles expressem as reais características do patrimônio em questão e discutam sobre os valores atribuídos e classificados por eles.

Os valores históricos, para Mason (2002), são aqueles que transmitem uma relação do bem com o passado, podendo advir desde a idade do seu material, da sua associação com pessoas ou eventos, até da sua raridade e/ou singularidade, como do seu potencial como documento. Existem ainda dois tipos de valor histórico: o educativo, que é encontrado através do potencial de conhecimento do bem sobre o passado no futuro; e o valor artístico, que é comprovado através do reconhecimento do estado único do bem como um exemplo primoroso de um artista ou de um estilo.

Os valores estéticos se referem às qualidades visuais do bem, aquelas que permitem interpretações da beleza, do sublime, das ruínas e das relações formais e sensoriais do bem. Segundo o autor em comento, esse tipo de valor contribui “para

uma sensação de bem-estar e é talvez o mais pessoal e individualista dos tipos de valores socioculturais”³⁷ (MASON, 2002, p. 12, tradução nossa).

Os valores sociais permitem e facilitam as relações sociais de uma comunidade, representam os sentimentos de pertencimento dos grupos sociais e resultam da herança e características específicas de um território (MASON, 2002).

Sobre o valor simbólico/cultural, o mesmo autor explica que são provenientes de processos de afiliação cultural e que, portanto, não existe nenhum bem sem valor cultural. Esse valor se relaciona com o modo de convívio de uma comunidade, com os processos históricos, políticos ou étnicos. Fazem menção aos significados que não são necessariamente passados ao longo do tempo, como os referentes a fatos históricos e as tradições.

Finaliza o autor dizendo que o valor religioso/espiritual pode ser compreendido quando o bem é imbuído de significados sagrados. Ele emana das crenças religiosas e são valores que provêm das experiências de adoração ou de fé.

2.4.2.5 Christopher Caple (Chris Caple)³⁸

Segundo Caple (2000), os valores de um objeto podem ser agrupados em três tipos: instrumentais, simbólicos, e documentais.

Os “valores instrumentais” são aqueles ligados ao desempenho do objeto na sociedade como um elemento funcional, isto é, realiza uma função necessária para que a sociedade se reproduza. No caso da arquitetura, essa função está associada à função de abrigo e isolamento de atividades. É preciso destacar que não existe uma função social despregada de um contexto cultural, apesar de que as funções dos edifícios, por exemplo, estejam enraizadas em experiências comuns das diferentes formas da existência humana.

Os “valores simbólicos” são aqueles que atribuem ou reforçam os significados dos objetos materiais. São valores que dependem da cultura, passada e presente, e das relações sociais de uma comunidade. Os valores simbólicos assumem várias formas como os artísticos, os religiosos, os de poder, os de riqueza e os de status

³⁷ No original: *Aesthetic value is a strong contributor to a sense of well-being and is perhaps the most personal and individualistic of the sociocultural value types.*

³⁸ No momento é Conferencista Sênior do Departamento da Arqueologia da Universidade de Durham, Reino Unido, na qual foi diretor do Programa de Pós-Graduação em Conservação de Artefatos. Continua participando do ensino, pesquisa e publicação na área de conservação, análise e investigação de artefatos antigos. Cf. em: <<https://www.dur.ac.uk/archaeology/staff/?id=148>>

social. Nesses casos, os objetos são os signos materiais que suportam significados atribuídos pela sociedade. Não são valores permanentes, desde que os significados dependem muito da forma como a sociedade reproduz ideologias, as economias e as políticas. Uma das formas mais poderosas dos valores simbólicos é a do valor de troca, expressa em um valor monetário, que é também uma manifestação da riqueza de um proprietário.

Os “valores documentais” são aqueles que documentam a passagem do tempo histórico, ou seja, o passado dos objetos. Esses valores estão expressos nos signos do objeto que estão diretamente relacionados ao tempo histórico. No caso da arquitetura podem-se destacar os signos na decoração das fachadas, nos tipos de alvenaria, nas técnicas e os materiais construtivos empregadas, nos estilos, nas reformas realizadas e em outros elementos. Os signos são considerados marcas dos valores históricos e de antiguidade, pois atestam a veracidade da idade e da época histórica dos objetos. Assim, o papel dos objetos como evidência histórica torna-se de fundamental importância, pois podem ser utilizados como: a) prova de autenticidade e de uma característica temporalmente determinada; b) exemplo de uma tipologia, isto é, possui as características de famílias de objetos culturalmente determinadas e c) exemplo da indústria, ou do trabalho humano, que confeccionou o objeto (CAPLE, 2000).

Os objetos contêm informação sobre o seu passado; contudo, essa informação não existe isoladamente. Eles estão ou estiveram submersos em um contexto social, e dependem de outros objetos de um determinado lugar para expressar seus valores. Como propõe o autor em análise, os objetos devem ser vistos em relação aos elementos de um contexto que inclui: os indivíduos ou grupos sociais que os criam e utilizam; os objetos que o rodeiam e dos quais é parte; um particular lugar ou espaço no qual é utilizado/criado; um tempo particular e uma série de eventos e ações.

Os objetos podem ter uma vida longa. Eles podem sobreviver a vários contextos. Assim, para entender os papéis simbólicos, funcionais e documentais de um objeto é importante conhecer os detalhes dos contextos pelo quais passou.

O que se conclui, a partir dos autores citados, é que eles estabelecem uma redefinição aprofundada dos valores de rememoração e de contemporaneidade estabelecidos por Riegl (2013), mas, à luz dos princípios da teoria contemporânea

da conservação, adaptando-os conforme os paradigmas de salvaguarda que surgem na contemporaneidade.

Os tipos de valores dos bens patrimoniais são deste modo, esclarecidos de acordo com a interpretação de quem os afere, atentando para a situação do bem, seu contexto cultural e o julgamento dos sujeitos envolvidos com a valoração. É, portanto, uma atividade complexa, exigindo uma pesquisa aprofundada dos aspectos do bem patrimonial.

Desse modo, para esta pesquisa, o aporte teórico sobre os valores dos bens patrimoniais contribui para compreender que o patrimônio agrega valores e os transmite ao longo do tempo, e assim permite que suas características classificadas como importantes à salvaguarda sejam captadas.

2.4.3 A valoração do objeto

O tema do valor é um assunto da filosofia que suscita reflexões e debates há vários séculos. Existem duas posições filosóficas quanto ao processo de valorização dos objetos. A primeira afirma que a valorização é uma característica própria e exclusiva dos objetos; portanto, têm valores intrínsecos que estão associados às características físico-materiais. A segunda parte de uma posição oposta, pois afirma que a valorização é uma ação que o sujeito realiza sobre os objetos, isto é, o sujeito atribui um valor aos objetos.

As duas posições baseiam-se em sólidas posições epistemológicas, mas a adesão irrestrita a uma delas é inadequada, pois não consegue rebater a argumentação da outra. Existe uma posição alternativa que incorpora as duas anteriores argumentando que é no contexto onde se realiza a valorização que se encontra a resposta: é a posição defendida por Frondizi³⁹ (1993). Para este, a valorização é um ponto de confluência dos objetos e dos sujeitos dentro de um âmbito de relações sociais, culturais ou econômicas. A argumentação desse autor coloca o sujeito como a entidade que atribui o valor, mas o faz somente

³⁹ Risieri Frondisi (Posadas, Argentina, 1910 – Posadas, 1985) foi um filósofo, especialmente, e antropólogo argentino com importante participação na renovação da Filosofia da América Latina sobretudo ao propor uma resposta para o problema do “eu”, que inclui uma análise ontológica. Seu pensamento teve repercussão em toda uma geração de pensadores, não só na América Latina, mas também no mundo filosófico em geral. O seu pensamento sobre a questão dos valores está contido na obra “Qué son los valores? Introducción a la axiología”. Para conhecer mais de Frondisi e sua importante produção teórica, consultar Gracia (Ed.) (1980).

considerando as qualidades dos objetos e informado pelo contexto social, cultural e econômico onde se insere ou foi formado como indivíduo capaz de tomar decisões. Baseado nisso, pode-se tentar representar o processo de valorização de Frondizi pelo quadro a seguir (Figura 4).

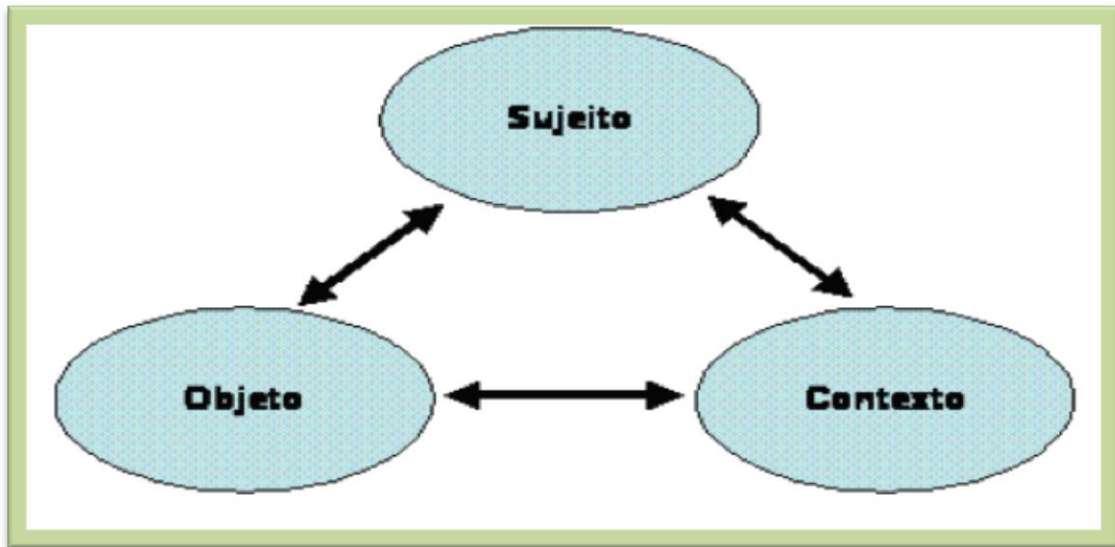


Figura 4 Quadro da relação de valorização dos objetos.
Fonte: ZANCHETI, 2009.

2.5 As formas de conservação

O termo conservação, como termo geral de uma atividade, é bem recente. Até ao final dos anos 1990, os termos mais utilizados eram o da preservação e do restauro, empregados na maioria das vezes de forma indistinta, quase como sinônimos. Atualmente, observa-se a tendência de utilizar a conservação em um sentido amplo para abarcar a preservação e o restauro como formas particulares de ação da conservação. O autor, Salvador Muñoz Viñas⁴⁰ (2004), elaborou uma classificação das atividades de conservação, com definições precisas, que é bastante útil para o diálogo científico no campo da conservação patrimonial. Ele identifica que a conservação expressa, basicamente, a atividade de cuidado com os

⁴⁰ Salvador Muñoz Vinas nasceu em 1963 em Valência, Espanha, onde continua a viver e trabalhar. Atualmente é professor titular do Departamento de Conservação na Universidade Politécnica de Valência (UPV), chefe do grupo de papel e documentação do Instituto de Conservação do Patrimônio da UPV, e diretor do programa de graduação profissional na conservação do patrimônio na mesma universidade. É responsável por introduzir uma nova concepção de conservação patrimonial com sua obra *Teoría Contemporánea de la Restauración*. Mais informações sobre a atuação e atividades do autor, consultar: <<http://www.upv.es/entidades/DCRBC/infoweb/dcrbc/info/839295normalc.html>>

objetos patrimoniais materiais. Ele estabelece distinção entre preservação e restauração.

“Preservação” é o termo para designar a atividade de manter um objeto justamente como ele é encontrado pelo conservador. Procura-se evitar qualquer tipo de alteração ao longo do tempo, especialmente aquelas identificadas como danos (ver definição de danos mais a frente). A física e a química dos materiais mostra que essa é uma tarefa irrealizável, do ponto de vista da manutenção das características físico-materiais, desde que essas se transformam ao longo do tempo de modo irreversível. A moderna teoria da conservação entende a preservação não pelos seus resultados, mas por seus objetivos: procura-se manter de forma pouco identificável a aparência inicial do objeto patrimonial, prolongando a sua expectativa de vida. Isso significa manter a integridade do bem e minimizar a sua deterioração.

“Restauração”, por sua vez, é a atividade que trata de modificar o aspecto do objeto patrimonial de uma forma perceptível ao não especialista. Muitas vezes a restauração é entendida como o retorno a um aspecto perdido que pode ser aquele do momento em que o objeto foi finalizado por seu criador ou qualquer outro, considerado importante ao longo da sua ‘história’. Essa acepção é muito comum, mas induz a imprecisão na comunicação científica e na relação entre o cliente ou o público e o conservador. Portanto, o seu emprego deve ser evitado. O restauro é a ação que deliberadamente procura dar uma nova visibilidade ao objeto e, em geral, é muito difícil afirmar que essa tenha existido em algum momento no passado.

Existem duas outras formas de se realizar a conservação: a conservação preventiva e a conservação informacional (MUÑOZ VIÑAS, 2004, p. 21).

A “conservação preventiva” é aquela que se realiza cotidianamente, como um processo de manutenção preventiva, ou é aquela outra que procura agir sobre as condições ambientais que onde se insere, não atuando sobre o objeto. Essa última forma de conservação é a mais recomendada e a mais importante, por exemplo, em museus.

A “conservação preventiva” que age sobre as condições ambientais pode ser considerada a forma ideal de conservação, entretanto, tem limitações para o caso dos edifícios. Pode ser utilizada, por exemplo, nos casos de aumento da umidade dos terrenos, da prevenção de riscos de incêndio, inundação ou outros desastres com causa humana. Por outro lado, é pouco eficiente no tratamento dos efeitos da poluição atmosférica e dos riscos de desastres naturais. A grande vantagem da

conservação preventiva é a sua durabilidade, desde que o seu efeito não é determinado de antemão, por um prazo de validade, como ocorre com a preservação e o restauro.

A “conservação informacional” é, a rigor, uma forma virtual de conservação, por que visa à identificação e a armazenagem de características dos objetos em meios de informação artificiais. Exemplos típicos são os inventários patrimoniais de edifícios, os estudos monográficos, as fotografias e as os relatórios históricos e de análises químico-físicas, entre outros. Em alguns casos, são as únicas formas de se apreciar objetos perdidos. Entretanto, a importância da conservação informacional não deve ser utilizada como uma justificativa para a não conservação dos bens. (A Figura 5 ilustra os diferentes componentes da atividade da conservação contemporânea.)



Figura 5 – Quadro da hierarquia das atividades da conservação.
Fonte: MUÑOZ VIÑAS, 2004 – tradução e adaptação nossa.

A teoria conservacional de Muños Viñas (2004) se baseia em cinco proposições a seguir listadas.

1. A conservação visa à manutenção dos significados dos objetos. Isso significa carregar os significados do passado para o futuro e garantir as possibilidades de surgimento de novos significados no presente e no futuro.

2. A conservação é uma atividade dependente dos objetivos que os indivíduos e grupos querem alcançar com sua ação. Portanto, a conservação trata dos significados dos objetos relacionando-os aos objetivos dos atores sociais. Isso implica que a conservação não é uma atividade neutra relativamente a aspirações, desejos, interesses de indivíduos ou de grupos sociais.

3. Significados e objetivos formam um campo de disputa e conflito entre atores sociais. A atividade de conservação, quando possível, deve buscar acordos e consensos sobre os significados a conservar, nesse sentido é uma atividade de negociação. Logo, a conservação sempre será parcial, ou restritiva, segundo os objetivos de alguns indivíduos e grupos com interesses sobre o objeto a ser conservado.

4. Existem várias formas de se realizar a conservação dos objetos e todas se apoiam na subjetividade do conservador, pois esse não pode seguir uma lógica absolutamente objetiva na interpretação do objeto e na transformação dos acordos sobre objetivos e significados em ações de conservação. A criatividade é inerente à conservação que cumpre sempre uma função expressiva. A subjetividade do conservador é balizada pelos objetivos da conservação, pelo contexto em que o objeto se insere e pelos recursos disponíveis para realizar a ação.

5. Os conceitos de integridade e autenticidade devem ser reinterpretados em relação ao conceito de significância, pois os objetos serão sempre autênticos quando analisados do ponto de vista das suas características físico-materiais. Falar de autêntico ou integro requer especificar os valores e significados a que se referem às características físico-materiais. Uma característica de um objeto pode ser autêntica em relação a um valor, mas não em relação à outra. A integridade, por sua vez, é a condição para que o valor possa ser reconhecido nas características físico-materiais.

As proposições da nova teoria da conservação não se sustentam sem a definição de uma ética e de procedimentos para o conservador julgar e tomar decisões.

Existe uma ética da conservação que foi formada nos últimos cento e cinquenta anos, que teve origem principalmente com o pensamento de John Ruskin.⁴¹ No presente, essa ética é bastante desenvolvida e está expressa em

⁴¹ John Ruskin (Londres, 1819 - Coniston/Reino Unido, 1900) foi o principal teórico da preservação na Inglaterra do século XIX. Sua influência, a partir de seus escritos, sobre a arte e a arquitetura (sua preservação, para a sociedade moderna) foram de grande influência naquele país, com repercussão

códigos de comportamento profissional de vários países. Apesar da complexidade da mesma alguns princípios são comuns a todos os códigos existentes e constituem o substrato sobre o qual a atividade se realiza. Os cinco princípios básicos da ética estão delineados a seguir (CAPLE, 2000, p. 62-66).

O primeiro princípio afirma que a conservação deve buscar a “verdadeira natureza” dos objetos. Contudo, desde a Renascença esse princípio tem sido perseguido, mas os resultados foram inúmeros e diferentes. Para os renascentistas a verdade estava na beleza, identificada nos ideais estéticos da antiguidade greco-romana, portanto os objetos podiam ser “restaurados” para se atingir esse ideal. Para John Ruskin e Willian Morris a verdade dos edifícios estava na sua vida, nos efeitos da passagem do tempo sobre a estrutura material, portanto a o restauro era um anátema e a manutenção a única forma possível de se manter a verdadeira natureza. Com a conservação científica a verdade passa a ser identificada com as características físico-químicas dos elementos componentes dos objetos. Hoje em dia, nenhuma forma de verdade tem o status de absoluta. Todas podem ser verdadeiras dependendo de como é tratada a significância dos objetos e seus valores. A verdade como princípio se sustenta ainda como “uma vontade de se mover em direção à revelação da(s) verdade(s) de um objeto e escapar do obscurantismo da sujeira, da decadência ou das descuidadas e inapropriadas restaurações” (CAPLE, 2000, p. 62).

O segundo princípio é o da “reversibilidade” que afirma que qualquer ação de conservação deve ser realizada com materiais e técnicas que permitam a remoção da intervenção para o retorno à situação inicial em que o objeto foi encontrado. Esse princípio, muito caro à atividade de conservação, é impossível de ser realizado em sua concepção pura. A experiência prática e o conhecimento científico mostram que é possível remover intervenções passadas sem deixar traços das mesmas. Dependendo do objeto e do tipo de dano, a reversão pode ser mais ampla ou não. A visão contemporânea de reversibilidade define o conceito como a da “capacidade de re-tratamento”, que significa poder tratar algo que foi previamente realizado com o menor dano possível.

O terceiro princípio é o da “mínima intervenção”. Desde William Morris,⁴² se preconiza que a ação de conservação deve ser a mínima possível para preservar um edifício. Brandi também advogava em favor da “mínima intervenção necessária” para a conservação. Contudo, é muito difícil definir o que seja mínima intervenção sem estabelecer os objetivos da conservação e o contexto em que se insere o objeto. Por exemplo, conservar um edifício para suportar as intempéries do clima durante dez anos é bem diferente se o prazo for estendido para cinquenta anos. Alguns edifícios modernos foram construídos para durarem pouco tempo, e assim envelheceram ou foram abandonados, mas foram posteriormente reconhecidos pelo seu valor artístico. Nestes casos, nos quais intervenções substanciais são necessárias para salvaguardar o bem, o conceito de intervenção mínima é difícil de ser colocado em prática. Um objeto que vai para um museu não precisa receber tantas intervenções como se fosse posto novamente em uso. A aplicação do princípio deve ser sempre precedida pelas perguntas: conservar: “para quê?” “por quanto tempo?” e “em que condições?”

O quarto princípio é o do “pragmatismo”. Qualquer ação de conservação de edifícios tem um custo. A quantidade de recursos disponíveis será determinante sobre as decisões sobre como conservar os objetos (ASHLEY-SMITH, 1999). Contudo, a escassez de recursos não deve ser uma justificativa para o uso de técnicas e materiais inadequados. Em muitos casos, o conservador deve julgar se, em face da pouca disponibilidade de meios, não é melhor não fazer nada, ou somente criar condições de manutenção da situação presente do objeto até que possam ser obtidos mais recursos ou encontrada uma tecnologia apropriada de intervenção.

O quinto princípio é o da “curadoria”. Um objeto patrimonial somente pode ser conservado se existe um agente social que se responsabilize pela sua guarda e manutenção. Essa guarda está associada a um uso socialmente reconhecível e necessário como no caso dos edifícios e das áreas urbanas, que sem uso decaem logo após o restauro. A curadoria não é identificada necessariamente com a propriedade. Muitos bens podem ser repassados para um curador, como são os

⁴² William Morris (Walthamstow, 1834 – Oxfordshire, 1896) foi um poeta, romancista, tradutor, designer têxtil e ativista socialista inglês. Influenciado por Ruskin, ele fundou a *Society for the Protection of Ancient Buildings* (1877) voltado para trabalhos de preservação e para fazer campanha contra os danos provocados pelos restauros da época. Cf. <<https://www.marxists.org/archive/morris/index.htm>>.

casos dos objetos de museus ou construções patrimoniais sob a guarda de instituições beneficentes. O poder público exerce um papel importante na curadoria quando estabelece vínculos de proteção sobre os objetos patrimoniais. Nesse caso, os instrumentos necessários são a legislação e os organismos de proteção, como o IPHAN no caso do Brasil. Entretanto, esse tipo de curadoria é bastante ineficiente e pouco recomendado se for aplicado isoladamente, sem o comprometimento de recursos para o uso e a manutenção dos edifícios.

A atividade de conservação pode ser caracterizada como um conjunto de atos de identificação, análise, julgamento e decisões. Daí que qualquer intervenção em um objeto patrimonial deve ser precedida de uma “identificação” das suas características e contexto e uma “análise” de valores. O “julgamento” define se o objeto tem as condições de integridade e de autenticidade necessárias para que intervenção de conservação seja realizada. A decisão escolhe a ação a ser realizada, entre um conjunto de ações possíveis, definindo a amplitude, a intensidade, as técnicas e os materiais a serem utilizados, de acordo com os objetivos determinados e os recursos disponíveis.

Cesare Brandi colocou o julgamento como uma das atividades principais do restauro, para ficar dentro dos limites terminológicos empregados por esse autor. Para Brandi (2005), o restauro é uma ação posterior ao “julgamento crítico” do conservador que, nesse ato, define o peso a ser dado ao restauro dos valores históricos e artísticos na ação de conservação. Ele mostra que o julgamento, apesar de ser uma atitude individual e de caráter subjetivo, deve ser baseado em uma profunda análise do objeto, enquanto produto da ação humana, portanto circunstanciada historicamente, e fruto de um processo criativo que leva o objeto a ser reconhecido como obra de arte.

Uma visão mais contemporânea do julgamento crítico interpreta o ato como síntese e julgamento, que reúne, por um lado, o “conhecimento” à “interpretação” dos valores do objeto e, por outro lado, “decide” quais e como serão tratadas as características físico-materiais dos objetos. Entretanto a visão contemporânea reconhece que a conservação está imersa em um contexto de subjetividade e dele não pode escapar. O conservador não é mais aquele ser iluminado a que Brandi se refere, mas um agente especializado que trabalha a subjetividade em um contexto de pluralidade de interpretação. O seu papel é identificar, o máximo possível, os pontos de concordância em um contexto de intersubjetividade, reconhecendo que os

objetos são valorados e apreciados diferentemente por muitos indivíduos e grupos (CLAVIR 2002). Sobre essa base plural as decisões sobre “o quê” e “como conservar” são tomadas com base na sabedoria prática, no senso comum, no julgamento prático e na prudência, ou seja, na *phronesis*⁴³ que é o conceito aristotélico para definir a virtude do ser humano para julgar valores e definir o que seja bom ou mau, para a vida individual ou a coletiva (FLYVBJERG, 2004).

Essa visão aristotélica do papel do conservador é bem refletida por Muños Viñas (2004), quando diz:

A teoria contemporânea da conservação requer o ‘bom senso’, para decisões ponderadas e ações sensíveis. O que determina isso? Não é a verdade nem a ciência, mas os usos, os valores e os significados que os objetos têm para as pessoas. Esses são determinados pelas pessoas (MUÑOS VIÑAS, 2004, p. 212 - destaque no original).

A partir do entendimento do quadro teórico apresentado fica claro que em todo processo de conservação ou de intervenção em um bem patrimonial devem ser levados em consideração os valores que lhe são atribuídos por diversos atores que se inter-relacionam com ele. Todavia, surgem questionamentos: como devem ser avaliados esses valores, levando-se em conta a diversidade dos mesmos (valores culturais, econômicos, políticos, estéticos, científicos, sociais e históricos), que algumas vezes se complementam, em outras se sobrepõem? Ou ainda (uma segunda questão) o fato dos valores não serem estáticos, e dialogarem diretamente com os fatores tempo e influências contextuais, ou seja, tendências culturais, forças de mercado, frentes políticas, dentre outras, como devem ser avaliados?

Para minimizar essas dificuldades, observar-se-á a orientação (em verdade, princípios, sugestões) dedicada ao assunto em Randall Mason (2000).

2.6 Em busca dos sujeitos, valores e método

Em busca dos sujeitos, valores e método a serem utilizadas em um processo de conservação de um bem patrimonial, recorre-se aos argumentos de Mason (2000) que, em estudo de escopo amplo, aborda, de forma contextualizada e

⁴³ “Termo grego que pode ser traduzido por ‘senso prático’, ‘senso comum’, ou até mesmo ‘prudência’. Na *Ética a Nicômaco* (VI, 5), Aristóteles define *phronesis* como sabedoria prática, uma das virtudes intelectuais, aquilo que faz com que o homem seja capaz de deliberar corretamente sobre o que é bom ou mau para si” (JAPIASSU; MARCONDES, 2001, p. 150).

interdisciplinar, a questão do valor em relação ao patrimônio (como um aspecto particular do planejamento e da gestão da conservação) e discute de que maneira seria possível chegar-se à metodologia adequada para sua identificação. No estudo, são apresentadas possibilidades com vista à superação dos obstáculos naturais a empreendimentos com esse enquadramento. Algumas dessas possibilidades serão apresentadas a seguir.

Inicialmente, ele diz que o planejamento e a gestão, que envolvem a conservação de bem patrimonial, encontram um triplo desafio: identificar todos os valores do patrimônio em exame; descrevê-los; por fim, integrá-los e classificá-los por prioridades. Ressalta que a maior dificuldade dessa ação se dá pela presença de valores conflitantes, o que exige o desafio de não sobrepô-los.

Mason salienta que a questão sobre os valores ocupa o que se pode denominar de “centro do palco”, por ser o elo principal quando se trata de decisões sobre a conservação do patrimônio, uma vez que o valor sugere utilidade e benefícios, e a herança cultural é apreciada por meio do valor simbólico e representativo em uma sociedade. Ele demonstra o sentido dessa afirmação, quando levanta duas questões: “qual o valor dessas coisas?” e “de onde vêm esses valores?”. A resposta, para ele, está naquilo que legitima o valor; na significância sobre os valores espiritual, histórico, estético, econômico, político/representativo, dentre outros. Diante desta polivalência de valores, que é uma qualidade essencial do patrimônio, sugere uma eclética abordagem para a sua avaliação.

A metodologia oferecida para avaliar a significância cultural e os valores se subdivide em três etapas: a primeira, de identificação e descrição dos valores que definem os objetivos e os agentes envolvidos, ou seja, as partes interessadas; a segunda, de avaliação e análise, que considera os condicionantes físicos, o contexto da gestão e principalmente os significados e valores culturais em um conjunto integrado; a terceira etapa (as respostas), o estabelecimento de políticas, a fixação de objetivos, o desenvolvimento de estratégias e sistematização e preparo do plano de ação. Esta metodologia envolve o procedimento de acompanhar, revisar e examinar as etapas descritas durante todo o processo. E orientará as tomadas de decisão.

Durante o processo de escolhas metodológicas para avaliação dos valores, Manson considera alguns aspectos. O primeiro é que o processo de avaliação de valor não é uma simples de identificação e mensuração simultâneas, como medir a

temperatura. A avaliação pode ser dividida em três partes: levantamento, identificação e elaboração (incluindo a exploração das conexões e sobreposições, *ranking* e priorização).

O segundo: nenhum método isoladamente será suficiente para a compreensão dos valores de um bem, dada a natureza complexa dos valores conectados ao patrimônio. Para medir suficientemente todos os valores de determinado bem patrimonial, um conjunto de métodos (qualitativo ou quantitativo, econômico ou antropológico) será provavelmente o melhor caminho.

O terceiro aspecto considera o contexto – ambiente físico, geográfico, padrões históricos, processos sociais – que impactam no patrimônio e sua conservação, como relevante. Incluem-se aqui as condições culturais, sociais, econômicas e outras contribuindo para a significância, bem como a gestão do ambiente físico do local. Heranças locais e objetos devem ser entendidos em relação ao seu contexto, em outras palavras, de forma holística. Não se pode compreender totalmente um local sem entender seus contextos, que, forçosamente, se estendem além do local propriamente dito, literal e/ou conceitualmente.

O quarto considera as várias dificuldades que surgem a partir do fato que os valores vêm de pessoas, sendo, desse modo, opiniões. Valores participam do jogo apenas quando são articulados e defendidos pelas partes interessadas. Não há nenhuma solução universal para este dilema, mas também não há uma só intuição para seguir.

A avaliação completa de valores do patrimônio vai exigir um conjunto diversificado de métodos e uma abordagem flexível. Manson define esse conjunto como “caixa de ferramentas”. O objetivo da “caixa de ferramenta” é considerar todos os valores patrimoniais relevantes, construir o balanço mais praticável possível para informar a formulação de políticas e tomada de decisão, utilizando para isso uma variedade de ferramentas na sua avaliação.

Para gerenciar essa variedade de ferramentas disponíveis no plano “caixa de ferramentas”, a noção de triangulação é, para ele, útil. A triangulação, que exige o uso de um conjunto de diferentes métodos de forma complementar, deve estar no centro de uma abordagem para suscitar e avaliar os valores do patrimônio. O princípio subjacente é que camadas de diferentes níveis e peças complementares de informação irão produzir uma resposta mais precisa do que seria a busca de um ou mais elementos de informação, somente.

Dada a sua diversidade, o levantamento dos valores patrimoniais para um local requer o uso de ampla rede por escalonamento de abordagens diferentes para produzir resultado mais completo. O objetivo de uma metodologia flexível e útil para a avaliação de valor tem que ser mantida na perspectiva de o objetivo maior, qual seja: o de buscar práticas mais sustentáveis e políticas para a conservação do patrimônio. É uma verdade incontestável dizer que a mesma abordagem não irá funcionar em todos os lugares, em todos os contextos culturais, para todos os tipos de patrimônio. Portanto, a abordagem deve ser adaptável e variável.

Para a identificação dos valores além da necessidade de definição do método de pesquisa a ser aplicado, deve-se também atentar, conforme apontado por Manson (2002), em definir quem são os atores que se relacionam com o bem em questão para que estes participem dos grupos de estudo. Assim, identificar os grupos de interessados, que sejam capazes de representar o todo, e empregar métodos destinados a alcançá-los e ouvi-los à luz de suas particularidades e capacidades, são necessários em qualquer metodologia para avaliação do valor do patrimônio.

Finalizando, o autor em exame observa que a análise minuciosa dos atores envolvidos é necessária para identificar todas as partes interessadas: dentro e fora, próximo e distante, presente e em perspectiva de futuro. Tal análise deve informar a composição do grupo de atores pesquisado e a posição de interesse de cada um tanto quanto possível. Ela deve ser revista periodicamente ao longo do projeto, haja vista que grupos novos ou diferentes podem ser incorporados. Para assegurar a participação dos atores, deve haver a preocupação com a seleção do conjunto de metodologias. O propósito básico é envolver muitas partes interessadas na valorização do patrimônio, conduzindo o planejamento da conservação e gestão, envolvendo-os com as ferramentas para o apontamento dos valores atribuídos ao bem patrimonial.

A concepção metodológica de Mason (2002) pode ser observada em sua integralidade pela figura abaixo (Figura 6):

Valores sócio-culturais		Significados	Exemplos de metodologias de pesquisa de diferentes epistemologias	Fontes de pesquisa
Histórico		relação com o passado, idade, associação com pessoas ou acontecimentos, raridade ou unicidade, qualidades tecnológicas, potencial documental, etc.	análises de <i>experts</i> (textual, formal, iconográfica, semiológica), pesquisa bibliográfica e documental, narrativas históricas, etc.	tratados, publicações acadêmicas, periódicos, documentos, etc.
Subtipos de valor histórico:	Acadêmico / Educacional	obtenção de conhecimento científico, ensino, etc.		
	Artístico	o único, o melhor ou um bom exemplo de um trabalho de um indivíduo, etc.		
Cultural / Simbólico		significados compartilhados, etc.	etnografia, história oral, observação sistemática, <i>surveys</i> , entrevistas, grupos focais, <i>mapping</i> , outros métodos participativos, etc.	comunidades, moradores, proprietários, etc.
Social		conexões sociais, redes comunitárias, uso de um lugar para encontros sociais, espaço público, coesão social, identidade, outros sentimentos de grupo, lugar, território, etc.		
Espiritual / Religioso		significados sagrados, experiências, etc.		
Estético		qualidades visuais do patrimônio, beleza, experiência sensorial individual, etc.		

Figura 6 – Quadro da relação entre os valores socioculturais do patrimônio, diferentes significados, metodologias e fontes de pesquisa.

Fonte: ARAÚJO, 2009, p. 108 – adaptado a partir de Mason (2002).

Após a discussão teórica da pesquisa, passar-se-á ao caso do Cemitério dos Ingleses do Recife no intuito de unir a teoria à aplicação prática.

3 O Cemitério dos Ingleses do Recife: Origem, História, Patrimonialização, Conservação

A criação e implantação do Cemitério dos Ingleses do Recife, no século XIX, é resultado de vários fatores. Entre estes, a presença significativa dos ingleses e britânicos em solo brasileiro e a influência que exerceram, em vários níveis, na sociedade. Colocá-los em relevância e analisá-los (com o foco em Pernambuco/Recife) é a proposta deste capítulo. Desse contexto, emerge a história e a função social daquele espaço urbano de maneira adequada aos propósitos deste trabalho acadêmico.

3.1 Origem

3.1.1 Presença e influência britânicas no Brasil

A transferência da Corte Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, sob a proteção da Inglaterra e sua *Royal Navy*, mudou os rumos da história do país, com repercussões duradouras. D. João, o príncipe regente de Portugal, atingido pelas consequências da disputa entre a Grã-Bretanha e a França de Napoleão Bonaparte, trouxe consigo a presença e influência britânicas. A Inglaterra viu com a situação em curso a solução para sua entrada na maior de todas as colônias portuguesas na América. O governo inglês, além de escoltar a família real para lugar seguro, exigiu a quebra do monopólio de comércio entre Brasil e Portugal.

D. João determinou a abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro,⁴⁴ particularmente à Inglaterra,⁴⁵ fortalecendo a aliança já estabelecida desde o Tratado de Methuen,⁴⁶ em 1703. As vantagens tarifárias oferecidas aos

⁴⁴ A abertura dos portos às Nações Amigas foi a denominação dada à Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, pela qual Dom João – príncipe regente - encaminhava ao Conde da Ponte (João Saldanha da Gama), governador e capitão-general da Capitania da Bahia a liberação do recíproco comércio de navegação, em razão das necessidades imediatas de recuperação do comércio luso-brasileiro, em iminente perigo com a dominação francesa da Península Ibérica, e em benefício de todos os habitantes e do próprio e bons rendimentos reais (OLIVEIRA; RICÚPERO, 2007).

⁴⁵ Os termos “ingleses” e “britânicos” são empregados como equivalentes, assim como Inglaterra e Grã-Bretanha, pelo costume generalizado e pelo fato de que, em documentos oficiais ingleses da época, empregava-se muitas vezes a palavra Inglaterra para designar o Reino Unido da Grã-Bretanha. Acompanha-se a explicação de Pantaleão (2004).

⁴⁶ Também conhecido como Tratado de Panos e Vinhos, o Tratado de Methuen foi um acordo comercial assinado entre Portugal e Grã-Bretanha em 27 de dezembro de 1703. Este acordo vigorou

ingleses ilustram a relação entre os dois países e de que modo a Inglaterra pensava em colher proveitos da colônia portuguesa. O Brasil era, sem dúvida, um “berço esplêndido” para os interesses da Coroa Britânica, mergulhada em sua primeira Revolução Industrial. O excesso de vantagens aos ingleses selou o destino do comércio português na colônia.

A historiadora Olga Pantaleão, com relação ao acontecido, aduz que da velha metrópole transferia-se para o Brasil a presença inglesa. As necessidades do governo português, primeiro, e depois os problemas iniciais do Brasil independente, “favoreceram a posição dos ingleses, que souberam aproveitar as circunstâncias para defender seus interesses, sobretudo comerciais” (PANTALEÃO, 2004, p. 64).

As análises mais significativas sobre o tema começaram a ser feitas somente em meados do século XX, sendo Gilberto Freyre um dos pioneiros no assunto, com a publicação do seu livro “Ingleses no Brasil – aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil”, em 1948.

Nessa obra, Freyre explica que o imperialismo britânico no Brasil, tanto sob o aspecto econômico como cultural, deveria ser estudado mais pelos acontecimentos e pelas realizações da colônia inglesa, através de personagens menores, como técnicos, aventureiros, negociantes, missionários, governantes, professores e, principalmente, cônsules, do que pelos grandes homens e estadista. Ele procura, entre outras coisas, desmentir em sua obra a ideia de que a presença inglesa na cultura de nosso país se restringisse apenas aos aspectos econômicos e que, intelectualmente, a cultura francesa permanecesse soberana.

De fato, sabe-se que tanto a França quanto a Inglaterra marcaram presença no Brasil durante o século XIX, principalmente sob o aspecto econômico e cultural, já que os franceses se especializaram no comércio de luxo e da moda, enquanto os ingleses se concentraram na comercialização de seus produtos industrializados, encontrando no Brasil excelente oportunidade para a expansão comercial e industrial.

entre 1703 e 1836. De acordo com o tratado, Portugal abriu sua economia à importação dos produtos britânicos (geralmente produtos manufaturados caros). Em contrapartida, os britânicos fizeram o mesmo, porém aos vinhos portugueses. O nome do tratado está relacionado ao nome do embaixador inglês, John Methuen, que intermediou as negociações entre os dois países. Cf. discussão atualizada sobre o assunto em: Costa; Cardoso; Monteiro (Orgs.) (2006).

Essa presença e influência⁴⁷ foram registradas por Freyre, tendo em vista a constância de súditos britânicos na vida brasileira a partir de meados do século XIX, que alteraram o cotidiano do país: nos empreendimentos, no comércio, na sociedade, na importação e exportação de bens, na adoção de novos hábitos comportamentais.

A presença inglesa se fez de duas formas no Brasil: os que vinham para lucrar com a nova ordem econômica imposta à colônia portuguesa por intermédio de reduções tributárias e, mais tarde, retornavam ao país de origem; e aqueles que acabavam por fincar raízes, constituindo família no Brasil Imperial. Entretanto, vale uma ressalva quanto à imigração inglesa: com exceção dos mecânicos, banqueiros, lojistas, negociantes, engenheiros, proprietários de fazenda e outros profissionais, que vieram ao Brasil atraídos pelos privilégios estabelecidos nos tratados comerciais, o trabalhador comum inglês não encontrou condições favoráveis para se estabelecer no país (MANCHESTER, 1973).

O jornal *Aurora Fluminense*, de 1828, por exemplo, mostra que enquanto os comerciantes franceses se faziam presentes através de cabeleireiros, alfaiates, perfumistas, dentistas e lojas de moda, os ingleses eram conhecidos pelos seus “capitais muito fortes”, ou seja, pelo comércio bruto e de artigos básicos. Gilberto Freyre, após a menção ao jornal, ainda afirma que os ingleses empreenderam quase uma “revolução” cultural no Brasil Império, alterando de modo significativo a paisagem urbana nas cidades litorâneas através de rápida substituição dos hábitos e estilos de vida aqui encontrados, da alimentação, higiene, vestuários, transporte e lazer (FREYRE, 2000).

Embora os ingleses tenham empreendido inovações urbanas, arquitetônicas e na paisagem brasileira, a Grã-Bretanha geralmente seria lembrada apenas pelo forte domínio político e econômico exercido no Brasil e em Portugal, daí que tradicionalmente o tema da presença britânica, tanto em Portugal como no Brasil, “estivesse limitado à história política, diplomática e econômica, mesmo quando

⁴⁷ Para o historiador inglês Alan K. Manchester (1897-1983), “preeminência” é a palavra adequada para revelar o significado do período de “domínio” dos ingleses no Brasil. Seu livro, de 1933, considerado um clássico sobre o assunto pela historiografia, é intitulado *British Preeminence in Brazil* (Preeminência Inglesa no Brasil). O termo “preeminência” significa, segundo o dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa: “(...) 1. Adjetivo que indica muito acima do que está em volta; superior, eminente, excelso. 2. Derivação: que apresenta inexcelável perfeição material, moral ou intelectual; sublime, divino, augusto. 3. Derivação: que se distingue pelo mérito, pelo saber ou por qualidades dignas de louvor; digno, nobre, distinto, ilustre.”

tratado por historiadores anglo-saxões como Alan Manchester, Leslie Bethell e Richard Graham” (MELLO, 2000, p. 10).

Se o senso inovador da tecnologia inglesa para o Império brasileiro é algo perceptível e importante, digno de ser ressaltado (LENZ, 2008), de igual modo é possível analisar a contribuição inglesa na modernização dos transportes de massa, estradas de ferro, bondes, navios a vapor, iluminação pública, além da conexão em todo o país, via cabos submarinos, do serviço de telégrafo, fortalecendo as comunicações dentro das fronteiras brasileiras. Nas palavras de Sampaio (2010, p. 143):

Os capitais estrangeiros e a tecnologia não podem ser considerados, no entanto, como fatores exclusivamente negativos no processo de desenvolvimento das economias periféricas. Benefícios como o advento das companhias de navegação a vapor, as ferrovias, a iluminação a gás, o telégrafo, dentre outros, contribuíram para modernizar e criar condições melhores para o desenvolvimento econômico.

Nessa direção, Freyre (2000) faz referência à construção e operação de estradas de ferro no Brasil e sua importância na alteração das relações sociais de trabalho, numa era escravocrata. Para ele,

Algumas das iniciativas do capital ou do trabalho britânico no Brasil ficaram célebres: as companhias de mineração em Minas Gerais, como a Congo Soco, o calçado Clark, os tecidos Coats, em São Paulo, e Carioca, no Rio, a Fundação Harrington & Starr e a Bowmann, no Recife (onde também guarda a tradição dos De Mornay), as velhas firmas Stevenson e Duder, da Bahia, especializadas em cacau e óleo de baleia, Boxwell, em Pernambuco, especializada em algodão, Clark, no Piauí e no Maranhão, especializada em cera de carnaúba (...) (FREYRE, 2000, p. 83).

A contribuição inglesa não se restringiu ao campo da infraestrutura. A vida dos brasileiros recebia, dia a dia, interferências que mudariam hábitos e costumes durante quase todo o século XIX. Recorrendo-se mais uma vez mais a Freyre (2000), sabe-se que a leitura de publicações traduzidas do inglês, a importação de artigos de uso doméstico (como talheres e louças), itens de vestuário (tecidos e chapéus), itens alimentícios, e até os modelos mais modernos de carruagens são contribuições inglesas. Ele cita também os ingleses como introdutores “do fato branco, do chá, do pão de trigo, da cerveja e depois do *whisky*, do gim, do rum, do bife com batatas, do rosbife, da costeleta de carneiro, do pijama de dormir” (FREYRE, 2000, p. 66). Assinala, além disso, a interferência direta na língua

portuguesa, com a adoção de elementos nos falares de brasileiros, como os verbos “chutar”, “driblar”, “blefar”, “boicotar”, “boxear”, e a inserção de palavras como “gol”, “craque”, “truque”, “pedigree”, “pudim”, “recorde”, além do “alô” telefônico, dentre outras.

O campo histórico e geográfico é mais outra área beneficiada por essa contribuição. As correspondências trocadas entre ingleses e seu governo auxiliaram na composição de recortes históricos fundamentais sobre o Brasil Colonial e Imperial. A região amazônica foi uma das contempladas, sem esquecer os estados que exerciam forte peso na balança comercial na época, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Os dados contidos nas correspondências são essenciais para se ter uma visão mais complexa da vida social, econômica, política e até de aspectos geográficos de cada unidade do Brasil. A pluralidade do Brasil chamou a atenção de olhares estrangeiros e eles relataram com exatidão uma época bem distinta da que se vive hoje.

Por intermédio de pesquisa desenvolvida por Pereira (2005), também se sabe da influência inglesa também no campo literário, com o romance brasileiro sofrendo ascendência do romance inglês. A pesquisadora assim considera:

Os ingleses instalaram-se nas colônias brasileiras com suas instituições e agências de penetração econômica, política e intelectual. Essa interferência pode ser sentida nas obras de alguns escritores brasileiros do século XIX. Manuel Antônio de Macedo, Machado de Assis e José de Alencar procuraram retratar por meio das personagens, a crítica em relação ao domínio dos ingleses na vida dos brasileiros do século XIX. Os escritores brasileiros se valeram da literatura com a intenção de chamar a atenção à interferência dos ingleses na vida política, econômica e cultural brasileira (PEREIRA, 2005, p. 58).

Na esteira da argumentação Freyriana, a historiadora Olga Pantaleão (2004), a quem mais uma vez se recorre, coloca que o Brasil, no século XIX, sobretudo em sua primeira metade, pode ser considerado o “século inglês por excelência” (PANTALEÃO, 2004, p. 65). E isso aconteceu, segundo ela, com relação à predominância inglesa, não apenas no comércio e no investimento de grandes capitais, especialmente na:

Introdução do gosto pela residência em casas isoladas por jardins bem tratados e longe do centro da cidade, frequentemente em contato direto com a natureza agreste – as transformações no interior das casas, com a adoção de cômodos, novos arranjos, novos móveis e melhor higiene; o

refinamento das maneiras de comer, com o uso do garfo e faca; modificações na moda, não somente quanto às cores preferidas, como também quanto às fazendas e ao tipo de vestuário: os chapéus redondos, por exemplo, em lugar dos de três bicos. Os produtos ingleses, louças e porcelanas, cristais e vidros, painéis de ferro, cutelaria e um infinidade de outros objetos que conquistaram as casas brasileiras e nelas se instalaram como mercadoria de qualidade superior (PANTALEÃO, 2004, p. 65).

Dentre as províncias brasileiras da época, três experimentaram as consequências mais intensas dessa “invasão britânica” ao Brasil de maneira mais intensa: Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Esta última será o foco de análise, a partir dos aspectos considerados anteriormente, visto que o cemitério alvo de estudo desta dissertação se encontra edificado ali.

3.1.1.1 Pernambuco em particular

O que hoje se conhece como cidade do Recife, para os viajantes estrangeiros que lá estiveram nos três primeiros decênios do século XIX e depois deixaram suas impressões nos relatos de viagens, e que são fontes históricas importantes, é a cidade de Pernambuco. Isto é, o nome da província se confundia com a sua capital. Essa assertiva está fundamentada em Graham (1990 [1824]), Koster (1978 [1816]).

De Maria Graham,⁴⁸ que deixou registrado em seu diário de viagem (data de 24 de setembro de 1821), sabe-se que:

O nome de Pernambuco, que é o da capitania, é agora geralmente aplicado à capital, que consiste em duas partes: 1ª, a cidade de Olinda, que foi fundada pelos portugueses, no governo de Duarte Coelho Pedreiro [Pereira] cerca de 1530 ou 1540 (...); 2ª, a cidade do Recife de Pernambuco, feita pelos holandeses, no governo de Maurício de Nassau, e chamada por eles de cidade Maurícia (GRAHAM, 1990 [1824], p. 129).

⁴⁸ Maria Graham (1785-1842) nasceu em Cockermouth, na Inglaterra. Partindo de Plymouth no dia 31 de julho de 1821 a bordo da fragata Dóris comandada pelo capitão Thomas Graham, seu marido, chegou ao Recife no dia 14 de outubro do mesmo ano. Após a passagem por Pernambuco, chegou à Bahia em dezessete de outubro, logo partindo para o Rio de Janeiro. Lá, em 1823, se tornaria a preceptora da princesa Maria da Glória. Permaneceu no país até 1825. O seu diário de viagem [“Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822, 1823 (*Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*)”] foi publicado pela primeira vez em Londres, no ano de 1824 e é uma importante fonte de informações sobre a vida e os costumes dos brasileiros daquela época. Seus testemunhos são diversos e bastante ricos, tanto na escrita como também nos desenhos e na pintura, dando uma ideia não só da caracterização da estrutura física da cidade, mas contemplando também aspectos da vida social inclusive questões relativas aos escravos, bem como aspectos culturais, abordando, dentre outros assuntos, os contrastes entre britânicos e portugueses.

O segundo autor⁴⁹ adverte que “a vila de S. Antônio do Recife, comumente chamada Pernambuco, embora este seja propriamente o nome da Capitania”, se constituía de três bairros ligados por duas pontes, quais sejam: uma parte, Recife, que se liga, por uma ponte, a uma segunda parte, chamada de Santo Antônio. “Ainda existe a terceira divisão da cidade que falo, chamada Boa Vista, situada no continente, ao sul das outras duas e que se comunica por uma ponte.” (KOSTER, 1978 [1816], p. 29) (Figura 7).

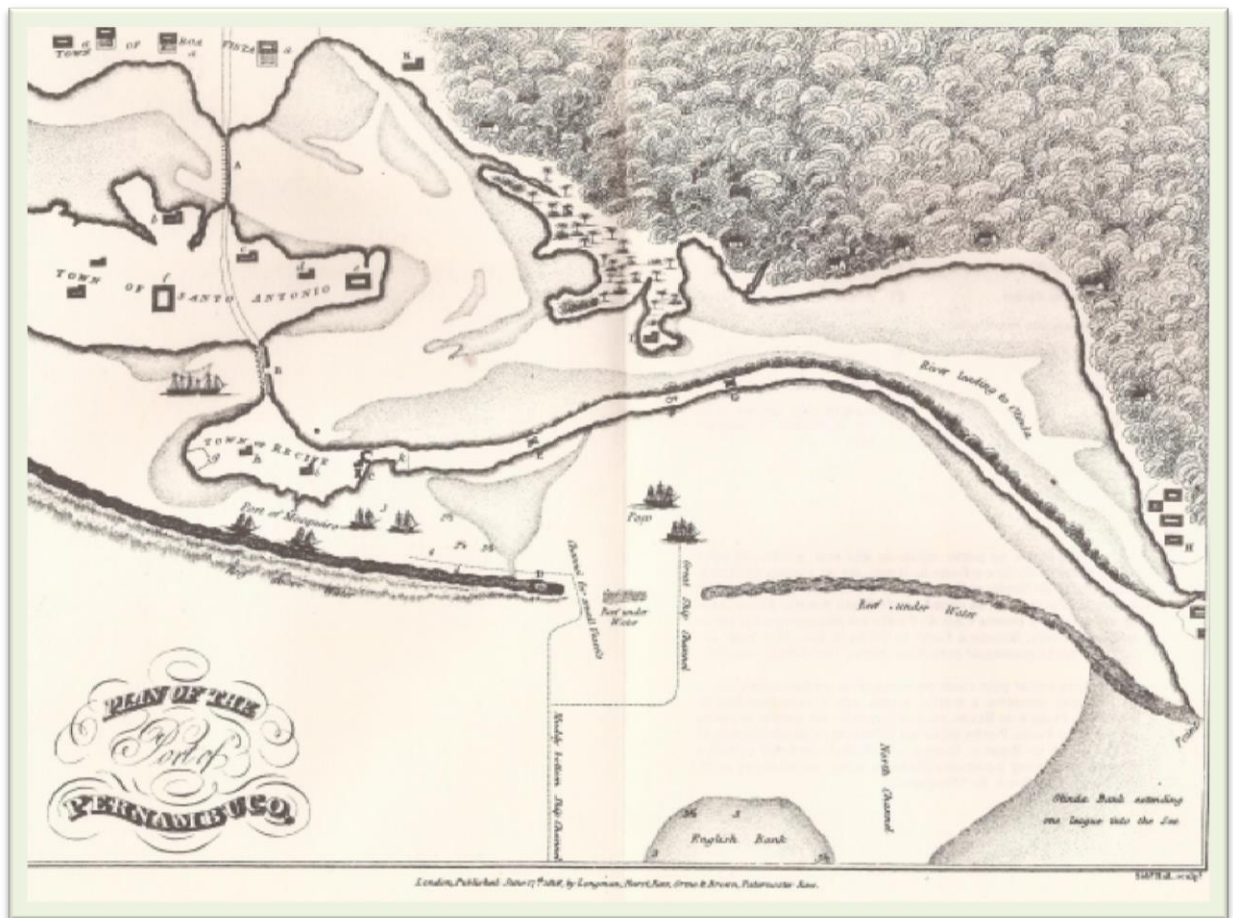


Figura 7 - Desenho reproduzindo a cidade do Recife, em 1816, conforme Koster.
Fonte: KOSTER, 1978 [1816].

⁴⁹ Henry Koster, filho de ingleses, nasceu em Portugal em data ignorada e faleceu no Recife em 1920. Chegou ali pela primeira vez, vindo de Liverpool, Inglaterra, no dia 7 de dezembro de 1809. No Recife, fez amizades, participou da vida social, artística e até mesmo política da cidade. Conheceu o Rio Grande do Norte, o Ceará, o Maranhão; e também, em Pernambuco, Goiana e Itamaracá. Foi agricultor, senhor de engenho, dono de escravos. Em 1816 publicou, em Londres, *Travels in Brazil*, fruto de suas anotações sobre os habitantes e os costumes de Pernambuco (leia-se: Recife). O estudioso Luís da Câmara Cascudo traduziu a obra, e considera o trabalho de Koster o primeiro relato, cronologicamente falando, sobre a psicologia, a etnografia e o cenário do povo nordestino no século XIX.

No início do século XIX, o crescimento econômico do Recife (que, consoante Koster (1978, p. 32), possuía uma população de 25 mil habitantes), assim como sua importância política diante do cenário brasileiro elevou a sua categoria de vila à cidade (1823), passando posteriormente a ser capital da província de Pernambuco (1827). Com a crescente movimentação portuária, Pernambuco/Recife retomou o posto de principal rota de escoamento da produção das províncias vizinhas, permitindo um fortalecimento das atividades comerciais, assim como, o desenvolvimento dos serviços da insipiente indústria ligada ao comércio de exportação e à administração pública. Tais atividades também foram responsáveis pelo crescimento rápido do tecido urbano e populacional, sobretudo a partir da década de 1830.⁵⁰

De fato, os acontecimentos já reportados impulsionaram uma série de transformações estruturais na então Colônia logo elevada à condição de Reino- Unido a Portugal e Algarves (1815). A chegada da corte portuguesa ao Rio de Janeiro (promovida à sede oficial da Coroa) desencadeou um processo de remodelamentos e encobrimento de antigos hábitos nativos. Uma nova leitura do urbano acontecia, um novo projeto político se delineava embasado no discurso higienizador, calcado no desenvolvimento acelerado das ciências e no conceito de progresso.

As cidades portuárias assumiram o papel de difusoras dessas novas ideias. O Recife foi uma dessas cidades,⁵¹ que em um curto espaço de tempo viu sua estrutura patriarcal e agroexportadora da cana-de-açúcar sofrer importantes mudanças. Com a abertura dos portos, ela passou a ser parada obrigatória dos viajantes estrangeiros. O florescimento econômico atraiu muitos técnicos e cientistas, e negociantes que estiveram em Recife para realizar suas pesquisas, a negócio ou para se estabelecer definitivamente.

Em meio a uma miríade de forasteiros, duas nacionalidades destacavam-se, pois seus países de origem estavam encabeçando as mudanças ocorridas no continente europeu: os ingleses - que no decorrer dos Oitocentos dominaram o

⁵⁰ Carvalho (1988, p. 47-48), a respeito desse assunto, explica que a população da cidade teve um aumento acelerado depois de 1808. Este aumento se deu, entre outros fatores, devido à Independência, que permitiu através dissolução dos últimos laços restritivos ao capital mercantil, proporcionar novas oportunidades ao comércio, expandindo a comercialização à retalho, assim como, a ampliação do espaço urbano que acabou por conglomerar áreas onde algum tempo atrás se plantava cana-de-açúcar.

⁵¹ “Junto com o Rio de Janeiro e Recife, Salvador forma a tríade de capitais portuárias que difundem a modernidade oitocentista no Império” (MATTOSO, 1997, p. 145).

comércio e fundaram estabelecimentos bancários, assumindo serviços portuários e ferroviários com seu elevado grau de desenvolvimento e mecanização, introduzindo também novas técnicas de construção⁵² - e os franceses que vieram trazendo seus conhecimentos urbanísticos e arquitetônicos, sua cultura, sua arte, sua elegância e desenvoltura, considerados como um modelo de civilidade a ser seguido. Para a classe mais favorecida economicamente do local (formada em sua maioria por comerciantes, senhores de engenho, políticos, militares, entre outros) essas maneiras adaptavam-se perfeitamente as suas necessidades de ajustar seus modos, introduzindo-os à civilização.

Vários estrangeiros de diversas práticas profissionais - médicos, comerciantes, pastores, naturalistas - ou simplesmente aventureiros deixaram relatos sobre as relações cotidianas e aspectos culturais, atestando as transformações e resquícios da paisagem colonial que ainda podiam ser visualizados. Livros e relatos de viagem descreveram a paisagem, com descrições pormenorizadas da vida cotidiana e, sobretudo de uma nova realidade que se descortinou no século XIX, o cenário urbano. São descrições valiosas, pois, a partir delas, é possível reconstituir-se ambientes, hábitos urbanos, costumes, vida familiar, festas e fatos políticos.⁵³

Sobre essa configuração, dispõe um historiador pernambucano:

Com a abertura dos portos, o Recife passou a ser parada obrigatória dos viajantes estrangeiros. A sua paisagem passou a ser descrita, com maior frequência, nos seus relatos e livros de viagens, cheios de impressões e descrições pormenorizadas de cenas de sua vida urbana, da maior importância para o leitor dos nossos dias. (...). Vão se tornando freqüentes (sic) os depoimentos de viajantes estrangeiros sobre a paisagem de Pernambuco, em particular sobre o Recife, de modo que podemos reconstituir ambientes, o espaço urbano, os costumes, a vida familiar, as festas, os hábitos da cidade, com base nessas descrições. Até fatos históricos da mais alta importância, como a Revolução Republicana de 1817, têm nesses viajantes testemunhos oculares e, por vezes, isentas das paixões tão próprias desses momentos (SILVA, 1992, p. 19-20).

⁵² Ressalte-se que, embora os ingleses mantivessem com o Recife amplas transações comerciais e fossem responsáveis posteriormente pela introdução de produtos, serviços e tecnologias na cidade, seus hábitos e costumes despertaram na elite conservadora e católica, inúmeras desconfianças. Ver Dantas (2003).

⁵³ Dentre os vários viajantes – que consignaram páginas sobre o Recife do século XIX -, mencione-se os mais recorrentes em estudos diversos: Henry Koster, L. F. Tollenare, James Henderson, Maria Graham, Daniel Parrish Kidder, Charles Darwin, George Gardner. Em seus escritos, há palavras encomiásticas e outras menos simpáticas sobre a cidade, que é descrita na realidade de um século de muitas transformações no mundo ocidental, no Brasil e, particularmente, em Pernambuco e no Recife.

Outro argumento que reforça essa posição da província e da cidade é aquele esposado por Mendonça (2000), que diz:

Pernambuco, pela sua localização mais oriental, por sua maior proximidade em relação à Europa e ao hemisfério Norte, foi centro de especial interesse inglês, como ponto economicamente estratégico para operações comerciais. A documentação é vasta sobre essa presença. Ela está na história de nossas agências marítimas, na história dos bancos, nas associações e juntas comerciais, nas companhias de eletricidade, nos transportes, nas fábricas, nos clubes e no bairro do porto. E sabe-se que o Porto do Recife chegou ao seu auge no século XIX, pois foi este o de seu maior desenvolvimento, o dos grandes veleiros, das viagens de estudos e da intensificação da navegação a vapor (p. 125).

Assim como no Rio de Janeiro e em Salvador,⁵⁴ a importante colônia inglesa que se fixou no Recife, conforme consta desde os registros de Koster (1978), introduziu novos hábitos no cotidiano brasileiro. O viajante inglês acompanhou, por exemplo, as alterações na arquitetura doméstica, observando “as pesadas e sombrias gelosias de muitas casas desapareceram para serem substituídas por janelas de vidro de ferro e varandas de ferro, artigos dos mais caracteristicamente britânicos” (p. 188). Ainda se refere a três famílias vindas da Inglaterra e residentes no Recife que saíam todas as tardes para passear a pé e cujo hábito não demorou a ser imitado por muitas famílias brasileiras. Notou também a substituição da seda e dos cetins nos vestidos de festas, por tecidos de algodão ou colorido – artigos de fabricação inglesa.

Quanto à presença inglesa no comércio brasileiro, Koster descreve a situação do país de então (1809-1819):

Antes de iniciar-se o comércio direto com a Inglaterra, os dois sexos vestiam tecidos rústicos de algodão feitos no próprio país e as saias eram tingidas com uma cor vermelha que se obtinha da casca de árvore coipura (...). Nesse tempo, os panos comuns, tecidos nas fábricas portuguesas ou inglesas custavam [de] oito a doze mil reis (...) devido ao monopólio do tráfico entregue aos comerciantes do Recife, que punham um preço arbitrário nessas mercadorias – e tudo o mais seguia a proporção. Com esses preços dos mercados, os artigos de rouparia europeus só as pessoas ricas podiam adquiri-los. Contudo, aberto os portos do Brasil ao comércio estrangeiro, as mercadorias inglesas fizeram seu caminho por todo o país e os negociantes são numerosos (KOSTER, 1978, p. 204-205).

⁵⁴ Sobre a colônia inglesa e seu comportamento na cidade do Rio de Janeiro, ver Caldeira (1995, p. 109-113, especialmente). No que se refere à Bahia (Salvador), cf. Guenther (2004).

Mas não era apenas o comércio da cidade que passava por modificações, visto que Koster, ao chegar da Inglaterra em dezembro de 1811, pela segunda vez, repara que a cidade também estava se transformando, ou seja, igrejas, passeios, pontes, roupas, tradições e hábitos modificaram-se rapidamente. Os terrenos baldios do Poço da Panela, Monteiro e Casa Forte (bairros afastados do centro) ocupavam-se cada vez mais com residências de verão e as casas nobres passaram a ganhar novos elementos nas fachadas como vidros nas janelas e balcões de ferro gradeados, além de novos mobiliários e alcatifas (KOSTER, 1978).

O intenso comércio inglês possibilitou a modernização de importantes cidades brasileiras já em meados do século XIX, trazendo conforto e melhores condições de vida à classe burguesa ali presente. A passagem da dependência portuguesa à dependência inglesa, entretanto, não implicou numa revolução urbana, mas em grandes transformações realizadas sobretudo nos âmbitos político, econômico e cultural.

Pelos dados recolhidos por Mello (1972, p. 17), a partir de documentos encontrados no Arquivo do Cemitério dos Ingleses do Recife, tem-se recurso para admitir que a comunidade britânica havia-se tornado numerosa ao longo do século XIX. Ele apresenta, de uma relação datada de 28 de janeiro de 1826, dezoito casas comerciais britânicas estabelecidas no Recife: *Armfiel Brade & Co.*, *Thomas Gardner & Co.*, *Robert Lod & Co.*, *Robert Charles*, *Stewart Brothers*, *Smith Mitchell Lambert & Co.*, *George A. Carruthers*, *Nairne Fogg & Co.*, *Hyslop Garret & Co.*, *Harrison Poole & Latham*, *Robert Pelly & Co.*, *William Walker Junior*, *Edward Fishwick*, *Duncan Hardman & Co.*, *Robert Howe & Co.*, *Ramsay & Loudon*, *James Cockshott & Co.*, *John Parkinson*.

Já em 1831, constam também as seguintes firmas inglesas instaladas na cidade: *Johnston Pater & Co.*, *Lowe Richardson & Co.*, *Jones & Wynne*, *Heyworth & Co.*, *Smith & Lancaster*, *Russel Mellors & Co.*, *Geo. Blucklehurst & Co.*, *King Boach & Co.*, incluindo os negociantes *John Kelsall*, *Joseph Singlehurst*, *James Pinches*, *John Brindley Fox*; além do médico *Dr. Robert Paton*, dos artistas *David Abbot Putman* e *John Williams*, e dos artifices *Henrique C. Wolf Stenner* e *Jean Baptiste Herbster*.

Essa presença e influência britânicas, repita-se, cresceram no transcorrer do século XIX. Tanto é assim que Gilberto Freyre (2000) encontrou 20 comerciantes ingleses relacionados, enquanto havia de outras nacionalidades apenas nove

portugueses, oito franceses, sete alemães, três norte-americanos, dois holandeses e dois suíços; os próprios brasileiros não eram mais de vinte e sete. As firmas inglesas estavam localizadas, em sua maioria, nas ruas do Trapiche e da Cruz, próximas da alfândega. Ele dispõe uma relação significativa de firmas britânicas atuantes em Pernambuco na segunda metade do século XIX, das quais se reproduz algumas:

- * *Pernambuco Gas Company* (a primeira iluminação a gás do Recife);
- * *The Pernambuco Tramway and Power Company*, com seus bondes circulando a partir de 1871 e produzindo eletricidade a partir de 1914;
- * *Beberibe Water Company*;
- * *Boxwell & Co.* (exportadores e armazéns);
- * *Agência e Companhia de Seguros contra Fogo Northern e Co.*;
- * *Companhia de Gás e Iluminação (Fielden Brothers, Manchester)*;
- * *Brazilian Street Railway Company Limited (Trilhos Urbanos Recife-Apipucos)*;
- * *The Great Western of Brasil Railway Company*;

Vários capitalistas ingleses movimentavam negócios no Recife (Figura 8) ao ponto de haver “quase monopólio inglês nos negócios” (REZENDE, 2000, p. 19). Alguns desses, à guisa de exemplo, foram: Edwar Felton, representante de James Crabtree, de Liverpool, era ligado ao *London Bank*, a Companhia Beberibe e a *Brazilian Submarine Telegraph*; muito ativo eram os *Saunders Brothers* que agenciaram a Aliança Companhia de Seguros, a *Liverpool, Brazil and River Plate Steamers*; a *Wilson Sons*, organizada em 1877, responsável pela importação de carvão, tinha escritórios em Santos, Recife, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro. Atuou também na área de estiva e estaleiros. Além disso, houve interesses dos ingleses em fazer melhorias no porto do Recife, chegando a fundar a *Pernambuco Dock and Harbor Company*, em 1868, com esse objetivo, que terminou sendo dissolvida anos depois.



Figura 8 - Fotografia de comerciantes ingleses em Pernambuco (séc. XIX).
Fonte: Acervo da Fundação Joaquim Nabuco, Recife/PE.

Entre as firmas e seus representantes mais expressivos que estiveram no Recife ainda se sabe, por Rezende (2000): *Joseph Latham* e *George Brown* – importadores e vendedores de fazendas; os banqueiros *Thomas Griffith* e *Thomas Camber* – da *Johson Peter & Co.*; e os exportadores de algodão *John Harvey Boxwell* e *Joe Blackburn*.

A presença britânica também atingiu os negócios bancários e as companhias de seguro. Os principais centros urbanos do país tinham agências de bancos britânicos. Atuavam agilizando as atividades comerciais, sobretudo no setor de exportação e importação, acolhendo contas bancárias, incentivando a instalação de ferrovias. O *London and Brazilian Bank* tinha agências em Porto Alegre, Manaus, Salvador, Recife, São Paulo, Santos, Belém, Fortaleza e sua sede no Rio de Janeiro. Sua agência no Recife se envolvia com as exportações de açúcar e algodão, financiando uma estrada de ferro para ligar as plantações do interior ao porto. Os agricultores pernambucanos reclamavam dos bancos estrangeiros, pois, pouco investiam diretamente na produção agrícola, concentrando seus negócios nas operações de câmbio e no desconto de letras sobre mercadorias exportadas. Outro banco inglês de atuação marcante foi o *English Bank of Rio de Janeiro*, sem falar no Banco Mauá que também atuou no Recife (REZENDE, 2000).

Das indústrias inglesas que foram introduzidas em Pernambuco, *Perman* estava vinculado ao segmento dos fósforos, enquanto *Jungman*, à fabricação de

vidros. Até a segunda metade do século XIX, porém, os principais gêneros alimentícios britânicos continuavam sendo importados, tais como a manteiga em barrica, o sabão, as velas, e as carnes em salmoura.

Com a inauguração da Associação Comercial de Pernambuco, em 1839, um número expressivo de ingleses (residentes em Recife) estava entre os seus fundadores e colaboradores, como os *Comber*, os *Barry*, os *Corbett*, os *Hibbert*, os *Schram*, os *Snow*, os *Saunders*, os *Gunn*, os *Eyton*, os *Smith*, os *Lathan* e os *Bryan*. Um dos presidentes mais antigos foi o inglês *Phillip F. Needham*, também proprietário da *Sauders Brothers*, exportadora de açúcar para o Reino Unido (FREYRE, 2000).

Os serviços públicos e urbanos realizados pelos britânicos em Pernambuco, com o apoio dos capitais e administradores ingleses, promoveram a implantação do abastecimento de água potável, em 1846, pela *Beberibe Water Company*, através dos engenheiros *Brotherwood*, a iluminação a gás, implantada em 1859, enquanto a instalação de equipamentos de comunicação por telégrafo seria feita em 1873, por cabo submarino em 1874 e através da telefonia manual em 1885.

A partir de 1850, embora começasse a decrescer o número das casas comerciais, a comunidade inglesa não decresceu, uma vez que chegavam inúmeros técnicos e operários ingleses, tais como engenheiros das estradas de ferro, da Companhia do Gás, do Telégrafo Inglês, das fundições de ferro – como a Fundação d’Aurora, de Christopher Starr – que estava localizada num amplo edifício próprio (adquirido em 1848), no prolongamento da Rua da Aurora, e era considerada uma das primeiras em todo o império.

Como as primeiras máquinas a vapor foram importadas da Inglaterra, conseqüentemente surgiram dificuldades para a manutenção desses sofisticados equipamentos em Pernambuco. Com isso, várias fundições começaram a se instalar no Recife com o intuito de fabricar peças de reposição e, assim, diminuir os custos de manutenção das máquinas.

A mais famosa dessas fundições – a Aurora, de *Harrington & Starr*, cidadãos ingleses radicados no país – foi fundada em 1829 e forneceria para “o engenho Caraúna, situado na freguesia do Cabo, em 1836, a primeira máquina a vapor inteiramente fabricada na América do Sul, patenteada pelo engenheiro *Mornay*” (SILVA, 1997, p. 15-16).

A presença dos ingleses foi marcante não apenas nos negócios. Em outras áreas da vida social se fizeram presentes e atuantes. Novamente recorre-se a Gilberto Freyre, em obra já assinalada, para referendar isso.

O que era inglês no Recife no século XIX? O chefe das empresas ferroviárias e de navegação, o engenheiro, o importador de bacalhau, de vidros, de ferragens, de manteiga, de bebidas, de tecidos, o leiloeiro, o “alto negociante”, a “firma sólida”. O que mais o representava: a roupa de brim branco, a casimira, o boné, o chapéu de cortiça, o paletó de xadrez à príncipe de Gales, o cachimbo, o uísque, o gim, o rum, as grades de ferro nas casas, o rosbife, o sabonete, o pijama, alguns tipos de barba, o gramado no jardim, o cabo submarino, o chá, a louça, a novela policial, a casa de campo, o sanduíche – já feito, às vezes, alimento aculturado (o pão de trigo comprado na Inglaterra), com salsicha alemã e tomate de pesqueira (tudo isso acabou no cachorro-quente) – o footing, o gosto pelo cavalo e pelo buldogue, o piquenique, o presunto, o clube, o futebol, o golfe, o olho azul das misses não só para inglês ver, os anglicismos, a pontualidade britânica, o cemitério dos ingleses, onde foi enterrado Abreu e Lima, a Igreja Anglicana da Rua da Aurora, com renques de pitangueira, o livro inglês em tradução francesa (FREYRE, 2000, p. 57).

Esse depoimento é importante, pois leva a pensar que nenhum esquema de dominação econômica se sustenta, sem que haja envolvimento com aspectos da cultura que provoquem admiração. A longa convivência com o modo de ser inglês, sobretudo no século XIX, abriu espaço para que isso acontecesse, com registros que, ainda hoje, são visíveis no cotidiano brasileiro, na existência de certos hábitos ou mesmo nas inscrições da memória. E, em Pernambuco, não foi diferente.

A argumentação desenvolvida até aqui, em plano geral, possibilita entender o contexto social no qual o British Cemetery do Recife vem a se constituir como mais um elemento a representar uma das expressões⁵⁵ da presença e ação e influência da comunidade inglesa em terras brasileiras.

3.2 História

3.2.1 Criação e implantação do cemitério

A criação e implantação do Cemitério dos Ingleses do Recife guarda vínculo com os seus congêneres que apareceram anteriormente no Rio de Janeiro e na Bahia no século XIX nessa conjuntura da preeminência inglesa no Brasil. É

⁵⁵ Outras “expressões” são os negócios bancários e as companhias de seguro, por exemplo, que foram introduzidos pelos ingleses. Ver o já mencionado Rezende (2000).

consequência de seus aparecimentos, os quais decorreram, por sua vez, mais diretamente, dos termos do artigo 12 do “Tratado de Comércio e Navegação”, firmado em 19 de fevereiro de 1810⁵⁶ e ratificado por parte de Portugal aos 26 dias do mesmo mês e pela Inglaterra em 18 de junho do mesmo ano. Esse Tratado, em 34 artigos, celebrado entre D. Rodrigo de Souza Coutinho (agente diplomático português residente em Londres) - pelos portugueses, e, do outro lado, o Visconde de Strangford (diplomata inglês, que acompanhou a Corte portuguesa ao Brasil e negociou, como ministro plenipotenciário nomeado junto à Corte do Rio de Janeiro, os tratados que deram a supremacia comercial ao seu país) - pelos ingleses -, ratificava as vantagens que os últimos vinham conseguindo desde a chegada da corte portuguesa ao Brasil dois anos atrás. A “influência inglesa” no Brasil iria se consolidar com a assinatura do mesmo. É especialmente nesse Tratado que se destaca o assunto do estabelecimento de garantias do exercício pelos comerciantes ingleses de suas práticas religiosas e, por extensão, funerárias.

Através do artigo 12,⁵⁷ o tratado estabelecia que Portugal declarava e se obrigava a não perturbar, inquietar, perseguir, ou molestar os vassallos britânicos residentes nos seus territórios e domínios por causa de sua religião; mas, antes, teriam perfeita liberdade de consciência e licença para assistirem e celebrarem seus cultos, tanto em suas próprias residências como em igrejas ou capelas por eles construídas, conquanto que não tocassem sinos para anunciar o culto público. Ninguém seria perseguido por sua crença, salvo se tentasse converter pessoas para sua própria fé ou atacasse o catolicismo.

Estipulava ainda o mesmo artigo que nem os vassallos ingleses, nem outros estrangeiros de comunhão diferente da religião dominante nos domínios de Portugal

⁵⁶ Sheila Faria (2008) informa que, após dois anos de negociação entre Inglaterra e Portugal, em 1810, foram assinados “O Tratado de Aliança e Amizade” (com 11 artigos e dois decretos) e o “Tratado de Comércio e Navegação” (34 artigos), além de uma Convenção (13 artigos).

⁵⁷ O teor do artigo 12 é o que segue, com supressão: “Sua Alteza Real O Príncipe Regente de Portugal declara e se obriga no seu Próprio Nome, e no de Seus Herdeiros e Sucessores, a que os Vassallos de Sua Majestade Britânica residentes nos Seus Territórios, e Domínios [...]. Permitir-se-á também enterrar os Vassallos de Sua Majestade Britânica, que morrerem nos Territórios de Sua Alteza Real O Príncipe Regente de Portugal, em convenientes lugares, que serão designados para este fim. Nem se perturbarão de modo algum, nem por qualquer motivo, os Funerais, ou as Sepulturas dos Mortos. Do mesmo modo os Vassallos de Portugal gozarão nos Domínios de Sua Majestade Britânica de uma perfeita e ilimitada liberdade de Consciência em todas as matérias de Religião, conforme ao Sistema de Tolerância que se acha neles estabelecidos. Eles poderão livremente praticar os Exercícios de sua Religião, ou particularmente nas suas próprias casas de habitação, ou nas Capelas e lugares de Culto designados para este objeto, sem que se lhes ponha o menor obstáculo, embaraço, ou dificuldade alguma, tanto agora, como para futuro” (AGUIAR, 1960, p. 141-142).

seriam perseguidos, ou inquietados por matéria de consciência, tanto nas suas pessoas, como nas suas propriedades. Fazendo referência quanto a manterem-se com ordem, decência e moralidade conforme o uso do país e seus princípios políticos e religiosos. E que, no caso de se provar em contrário, poderiam vir a serem deportados.

O artigo 12 diz ainda ser permitido também aos britânicos que morressem nos territórios de Portugal o enterramento em convenientes lugares designados por este fim, e que não fossem perturbados de modo algum, nem por qualquer motivo, os seus funerais ou sepulturas (SILVA, 1998).

Os acontecimentos que contribuem à colônia britânica do Recife requerer seu cemitério e o desdobramento do pedido são dispostos pelo historiador pernambucano José Antônio Gonsalves de Mello nos termos abaixo:

No Rio de Janeiro e na Bahia foram destinados terrenos para servir de cemitério aos súditos britânicos, datando ambos do ano de 1811. Até a abertura desses (sic) cemitérios, os estrangeiros não Católicos eram enterrados em qualquer lugar, nunca nos templos ou nos pequenos cemitérios anexos aos templos Católicos. De um estrangeiro, o inglês Daniel Savage, mestre da escuna **Samuel**, de quem temos indicação precisa, falecido no Recife em 10 de janeiro de 1802, consta ter sido enterrado “em cumprimento da ordem recebida, no fôso (sic) desta Fortaleza do Brum”. Temendo sorte igual, os ingleses (sic) de Pernambuco solicitaram a seu representante no Rio de Janeiro, o Visconde Strangford, que lhes fôsse (sic) concedido direito igual ao obtido pelos seus compatriotas da côrte (sic) e da Bahia (MELLO, 1972, p. 12 – destaques do autor).

No dia 18 de novembro de 1813, o ministro dirigiu-se ao Príncipe Regente, relatando o pedido dos súditos britânicos em Recife, solicitando uma área para o sepultamento dos ingleses que ali falecessem. O Príncipe Regente expediu no dia 20 de novembro de 1813 ordens ao governador e capitão daquela Capitania no sentido de que um terreno fosse adequado para os fins de instalação de um cemitério dos ingleses, visto que sua Real Fazenda “se propõe dar em propriedade o sobredito terreno à Nação Britânica” (MELLO, 1972, p. 13).

No ano posterior, 1814, o governador de Pernambuco – Caetano Pinto de Miranda Montenegro - mandou demarcar um terreno de 120 palmos de frente por 200 de fundos, em Santo Amaro das Salinas, o qual foi desapropriado e doado ao cônsul inglês *John Lempriere*, destinado à instalação de um cemitério para os ingleses naquela cidade. Nas palavras de Mello (1972):

O terreno escolhido estava situado no Recife, na Estrada de Luís do Rêgo, que ligava o Recife a Olinda, no lugar desde o século XVI chamado Sítio das Salinas e, depois da construção da Capela de Santo Amaro, nos fins dos séculos XVII, de Santo Amaro das Salinas. Era, naquela altura de 1814, sítio afastado da área povoada do Recife, mas de fácil acesso por terra e pelo Rio Beberibe. Nas proximidades existiu o Lazareto de Santo Amaro, dos “negros novos”, onde eram postos em quarentena os escravos recém-chegados da África; isso mostra o relativo isolamento do lugar escolhido para cemitério dos ingleses. A propriedade havia pertencido, desde, pelo menos, princípios do século XVII, a Francisco do Rêgo Barros, constituindo vínculo, sendo que 1814 era dêle (sic) titular João Policarpo do Rêgo Barros, último morgado de Santo Amaro das Salinas. A êste (sic) se dirigiu em 20 de outubro de 1814 o Governador nestes termos: “Ontem mandei chamar a Vossa Mercê para tratar do ajuste do terreno que, em observância de uma Ordem Régia, foi escolhido para Cemitério dos Inglêses (sic), no sítio de Santo Amaro, com 120 palmos de frente e 200 de fundo, o qual se acha demarcado com quatro estacas; e como já fiz a competente participação ao Cônsul de Sua Majestade Britânica, ordenará Vossa Mercê ao administrador ou rendeiro que ali tiver, que não embarace o uso e aplicação que foi dado àquele terreno, enquanto não posso concluir com Vossa Mercê, em razão de sua moléstia, o sobredito trato e ajuste. Os entendimentos entre o Governador e o Morgado de Santo Amaro parece que não foram concluídos, nem foi lavrada qualquer escritura de aforamento das terras, pois mais tarde nada se encontrou a respeito, nem no arquivo da secretaria do govêrno (sic) de Pernambuco, nem nos da côrte (sic) do Rio de Janeiro, nem mesmo no do Consulado Inglês do Recife (MELLO, 1972, p. 14).

Demarcado e cedido o terreno ao Cônsul inglês do Recife, em 20 de outubro de 1814, não foi ele prontamente ocupado pelos ingleses, afirma Mello (1972). A essa conclusão ele chega a partir do livro de Henry Koster – “Viagens ao Nordeste do Brasil” -, onde está a seguinte afirmação:

Há muitos negociantes ingleses estabelecidos no Recife e mesmo ali reside um cônsul, mas na época de minha partida não havia capela protestante, nem clérigo, nem mesmo um cemitério para os nossos compatriotas (KOSTER, 1942, p. 488).⁵⁸

Mello ainda coloca que não há elementos documentais que permitam indicar com exatidão a data, nem mesmo o ano, do estabelecimento do cemitério:

Infelizmente não há elementos documentais conhecidos que indiquem a data, nem mesmo o ano, do estabelecimento do cemitério. A inexistência de um clérigo Anglicano em Pernambuco, que presidisse às cerimônias de enterramento, parece explicar a falta de informações acêrca (sic) dos sepultamentos feitos nos primeiros tempos do cemitério. Mesmo mais tarde, com os serviços deste já totalmente organizados, falhas ocorriam com frequência (sic) no registro das inumações, quando um padre inglês não era

⁵⁸ Mello (1972, p. 88, nota 14) observa: “Casculo diz, em nota ao texto, p. 492, que ‘quando Koster voltou, em 1815, para a Inglaterra já existia o cemitério dos inglêses (sic)... situado em Santo Amaro das Salinas, desde o ano anterior e sendo utilizado’. Mas o próprio Koster declara não existir cemitério naquele ano e sua afirmação não pode ser contestada”.

imediatamente substituído por outro; foi o que se verificou entre junho e julho de 1865 e, por período mais prolongado, entre junho de 1874 e abril de 1875, quando 'the British Consular Chaplaincy became vacante and no entries of burials were made from June 17, 1874 until after the arrival of the new Chaplain in April 1875'. Com a chegada ao Recife em 1821 ou 1822 do primeiro Capelão Inglês, começa a ser feita a anotação dos enterramentos. O ano de chegada do Capelão Inglês não é sabido com segurança, embora pareça ter ocorrido em 1821. (...) O próprio Capelão em documento datado de 15 de junho 1831 afirma que era residente no Recife há mais de nove anos – o que pode remontar a 1821 ou 1822. (...). O primeiro Padre Inglês, como vieram a ser chamados pelos brasileiros os Capelães Consulares Britânicos, depois Capelães Britânicos, foi o Reverendo John Penny, o mesmo que em 1831 declarou residir no Recife há mais de nove anos (MELLO, 1972, p. 15-16).

Afirma, em continuidade o autor, que somente quando o reverendo John Penny foi morar em Recife, teria ele trazido consigo três livros, “com claros a preencher, impressos na Inglaterra” (1972, p. 16), sendo um para registro de batismos, outro para registro de casamentos, e o terceiro para registro de enterros⁵⁹. E que, desde o ano de 1822, o reverendo começou a anotar as ocorrências do seu ministério.

O primeiro enterramento foi de uma criança, Edward, filho de William e Lucy Pelly, moradores na Boa Vista, em 25 de abril de 1822. Em 2 de junho de 1822 realizou-se o segundo, desta vez de um adulto, a quem os republicanos pernambucanos da Revolução de 1817 deviam decidida colaboração: Charles Bowen, “British Merchant in Pernambuco”, de idade de 50 anos. O terceiro, William Bray, “pauper, died in the British Hospital”, de quem o Capelão registrou apenas o ano do falecimento: 1822. Aliás, o Capelão Penny foi descuidado no registro dos enterramentos: deixou em branco os itens 10 e 11 do seu livro. O primeiro estrangeiro não britânico sepultado foi o americano Alexander Thompson, “seaman, found drowned”, de 27 anos (9. iii. 1824). O primeiro europeu do continente foi E. F. Lezan, suíço, comerciante em Pernambuco, de cerca (sic) de 38 anos (20. iii. 1825) (MELLO, 1972, p. 19).

O quadro a seguir (Figura 9), elaborado para o período iniciado com o livro primeiro de enterramento do Capelão Benny, é esclarecedor quanto ao número de inumações no Cemitério dos Ingleses na primeira metade do século XIX:

⁵⁹ “Com a devida autorização consultamo-los todos [os livros de registros], e é com base nesses papéis, pela primeira vez utilizados por pesquisador brasileiro, que esta monografia foi escrita” (MELLO, 1972, p. 16 – interpolação nossa).

ANO DE MORTE	NÚMERO DE INUMAÇÕES
1822	5
1823	2
1824	4
1825	12
1826	3
1826	8
1828	5
1829	10
1830	7
1831	5
1832	11
1833	5
1834	7
1835	10
1836	15
1837	16
1838	9
1839	11
1840	16
1841	13
1842	25
1843	14
1844	16
1845	10
1846	11
1847	7
1848	12
1849	17
1850	65

Figura 9 - Quadro demonstrativo do número de inumações por ano.
Fonte: MELLO, 1972.

O ano de 1850 e os que se seguiram trouxeram para a comunidade britânica do Recife, e para outras de estrangeiros ali domiciliados, e, muito em especial, para as tripulações dos barcos ancorados no porto, o terrível flagelo que era a febre amarela. Virose endêmica na América; de quando em quando se propagava em epidemias mortíferas. Já no século XVII, sob a designação de “males”, causou grande mortalidade no Recife (MELLO, 1972, p. 21). Nesses tempos de epidemias e doenças, a morte era um grande risco a toda a população da cidade.

Um ano antes chegara ao porto do Recife o navio francês *Alcyon*, vindo da Bahia, o qual teria ancorado sem as devidas observações sanitárias, trazendo para a terra a epidemia da febre amarela que teria acometido seus tripulantes. A febre teria se propagado rapidamente na cidade. Os sepultamentos tornaram-se numerosos, os campos das necrópoles teriam sido insuficientes para a demanda. O espaço cemiterial reservado aos ingleses e aos não católicos no Recife sofreu das

mesmas circunstâncias observadas nos demais cemitérios da cidade. Impunha-se uma solução: a ampliação do terreno destinado aos sepultamentos.

A administração da necrópole dos ingleses, em ofício de 03 de julho de 1850, ao governador, o Barão de Boa Vista, que era o arrendatário do terreno contíguo ao Cemitério dos Ingleses, teria cedido por escritura de “cessão e transpasso” o terreno solicitado (MELLO, 1972, p. 24). No entanto, como teria ocorrido por ocasião em que o terreno principal foi desapropriado para a instalação da necrópole, essa nova demanda traria consigo diversas querelas, para as quais uma solução somente se apontou quando da celebração no dia 31 de maio de 1851, do título de aforamento perpétuo, com indenização pecuniária paga pelo Governo Britânico aos favorecidos, encerrando-se as questões no dia 28 de fevereiro de 1853, quando então o terreno foi cedido aos súditos britânicos, residentes na cidade e aos que no futuro nela sucedessem (MELLO, 1972, p. 25).

O Cemitério dos Ingleses, instalado no Recife, foi desde os seus primórdios uma instituição não só dos britânicos protestantes, como de outros de várias denominações protestantes de diversas nacionalidades, como sejam, alemães, suíços, holandeses, americanos, franceses, etc. (MELLO, 1972). E isso em virtude de que o século XIX transcorreria quase todo sem distinguir os “anglicanos” dos “protestantes”. Todos que não comungavam dos princípios católicos eram “acatólicos”, notadamente os estrangeiros – mais estrangeiros por diferença religiosa do que por distinção étnica.

3.2.2 A relevância histórico-cultural do cemitério

Uma espécie de síntese descritiva da importância e características dos cemitérios britânicos criados e instalados no Brasil do século XIX é apresentada por Valadares (1972, p. 1.335) nos termos dispostos abaixo:

Foram os cemitérios ingleses os primeiros *campos-santos* organizados neste País, em nível de necrópole privativa de elites. O da Gamboa no Rio de Janeiro, assim como o da Ladeira da Barra em Salvador da Bahia e o de Santo Amaro em Recife datam de uma mesma época e mostram a profundidade dos interesses britânicos neste amplo território da América Portuguesa (sic). Assemelham-se como situação junto ao mar, ajardinamento sombreado de árvores copadas e sistema de construção tumulária.

Assemelham-se, ainda mais, pela frequência das inscrições de morte atribuída à febre-amarela e pela declaração de tempo de residência no

País. Nos três citados encontram-se sepulturas de comandantes de navios de Sua Majestade, assim como de honrados comerciantes, jovens espôsas (sic) e filhos recém-natos, vítimas de trabalho de parto e de nomes de cônjuges brasileiros – as Felisbelas, as Celestinas – e até de descendência por nome e ornatos de túmulos já francamente brasileiros.

Além dessa argumentação e dos pontos já mencionados em justificativa desta dissertação, são aspectos também a se destacar pelo Cemitério dos Ingleses do Recife a construção material, o patrimônio edificado, a instituição cemiterial propriamente dita, haja vista algumas peculiaridades que merecem, agora, serem sublinhadas.

É o primeiro cemitério construído em Pernambuco exclusivamente para tal fim, e um dos primeiros cemitérios ao ar livre construído no Brasil.

Sua história, atrelada à presença inglesa em Pernambuco, pertence a contextos mais amplos, já acentuados páginas acima.

Ele contém um conjunto tumular de valor especialmente histórico e artístico, reconhece o arquiteto Ronaldo Câmara:⁶⁰ “Há sepulturas belíssimas, são obras de arte feitas de mármore, ferro fundido e cantaria, com um rico acervo artístico e histórico, numa escala menor que o Cemitério de Santo Amaro”. Na mesma reportagem do depoimento apresentado também é exposta a opinião da Coordenadora de Patrimônio da Diretoria de Preservação Cultural da FUNDARPE, a arquiteta Neide Fernandes: “é um cemitério importante, ligado à história do Recife”.

Foi-lhe dado reconhecimento quando de seu tombamento como patrimônio histórico e cultural do Estado de Pernambuco, como já se colocou e mais adiante será focalizado. Ou seja, o reconhecimento em tombar o monumento cemiterial se constitui em outra prova da importância, da relevância do mesmo.⁶¹

O rito do tombamento repete a ideia do significado da palavra: inscrever bens inestimáveis de natureza cultural e de caráter exemplar em livros do tomo dando a eles uma condição social especial. Sendo assim, pode-se afirmar que tombar significa que o bem tem o reconhecimento da instituição responsável pela

⁶⁰ **Cemitério dos Ingleses passará por reforma.** Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/11/02/cemiterio-dos-ingleses-passara-por-reformas-153925.php>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

⁶¹ Sabe-se que a palavra tomo, com o sentido de inventário ou registro, foi usada por Dom Fernando, em 1375, designando o Arquivo Nacional de Portugal, instalado em uma das torres que amuralhavam a cidade de Lisboa, local que ficou conhecido com o nome de Torre do Tombo. Os registros da administração portuguesa eram feitos nos Livros de Tombo, daí a sua denominação (RIBEIRO, 1998). Tombar significava, pois, inscrever nos arquivos do Reino, inventariar, arrolar.

preservação histórica e artística (no caso, do Estado de Pernambuco), sendo digno de preservação. A partir do tombamento o bem está sujeito ao controle da instituição competente e, portanto, para qualquer intenção de intervenções no mesmo deve ser elaborado um projeto e submetê-lo à aprovação da instituição.

Ao que concerne à função social desempenhada pelo “Cemitério dos Ingleses”, ela deve ser compreendida *vis-à-vis* ao contexto de seu surgimento, o que já se discorreu. Desse modo, sua implantação está associada ao crescimento da população estrangeira, ampliada a partir de 1808, especialmente a de imigrantes britânicos, que necessitavam de um lugar para sepultar seus mortos. E da proeminência dos ingleses, em particular, sobre o governo português na Colônia.

Seu surgimento ainda pode ser relacionado, de certo modo, às ideias higienistas que marcarão e imprimirão uma mudança de postura e visão de mundo no Brasil. Embora, no momento de sua implantação, elas ainda não tivessem a força que, alguns anos mais à frente, passarão a ter. Na luta para levar o país à “modernidade” e ao “progresso”, uma corrente de médicos acreditava que só a “higiene” seria capaz de livrar a nação das doenças e do “atraso colonial” (CHALHOUB, 1996, p. 34-35). O final da década de 1840 foi palco de discussões para a implementação de diversas reformas urbanas, uma vez que, segundo a concepção de diversos governantes, o combate à insalubridade tornava-se essencial para fazer a Corte assim como às demais províncias, cidades que pudessem fazer “boas vistas” às europeias.

Configuravam-se os pressupostos da higiene como uma “ideologia”: as autoridades acreditavam que ao adotar uma série de medidas científicas, orientadas por especialistas – os médicos higienistas -, poderiam não apenas combater epidemias, mas sanar problemas sociais mais amplos. Ao se legitimarem pela ciência médica, tais médicos estariam acima dos interesses particulares dos indivíduos, conduzindo o país à almejada “civilização”. Foi assim que eles assumiram posturas autoritárias e muitas vezes violentas para lidar com os problemas da cidade e com as diferenças sociais presentes. Para combater epidemias, principalmente aquelas que atingiam majoritariamente os estrangeiros, os governantes conduziram uma série de reformas urbanas estruturais, e nesse contexto os médicos higienistas tiveram um papel fundamental (SAMPAIO, 2001, p. 41).

Para os higienistas, as velhas cidades coloniais e seus costumes ditos tradicionais precisavam ser mudados. O traçado urbano existente nas cidades brasileiras deveria ser substituído por ruas esquadrihadas, espaçosas e lineares; as novas habitações teriam de ser edificadas a ponto de permitirem melhor circulação do ar; os governos precisariam implantar os serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto; seriam construídos espaços e divertimentos como teatros, passeios públicos, praças e jardins. Também os cadáveres não mais poderiam compartilhar o mesmo território com os vivos. O país precisava abolir a “morte barroca” (VOVELLE, 1978), a proximidade dos vivos com os mortos, simplificar seus rituais de “boa morte” e construir cemitérios extramuros nas cidades; arejados e submetidos às novas normas da disciplinarização.

Os médicos higienistas e as elites, que aderiram à “ideologia da higiene”, buscaram a todo custo trazer os “ares da civilização” para o Brasil, não se importando que consequências essas mudanças pudessem provocar sobre o modo de vida das camadas populares. Neste sentido, dentre as medidas adotadas ao longo do século XIX, são exemplos: a expulsão dos mendicantes, bêbados, prostitutas, doentes e vadios das ruas; o combate aos “vícios” e à “imoralidade” dos escravos; o extermínio das diferenças práticas de cura existentes, para fazer com que a medicina, dita “científica”, subjugassem as “crendices” e “superstições” da população; a abertura de novas ruas e a demolição dos cortiços; a proibição dos sepultamentos nas igrejas, considerados frutos da “ vaidade humana” e da “ignorância no perigo das emanações miasmáticas”; a diminuição ao máximo do tempo entre o velório e a inumação do cadáver, que passaria a ocorrer em cemitério salubre, arejado e distante do espaço citadino; a disciplinarização dos cortejos fúnebres, o fim da “poluição sonora” provocada pelos toques e repiques dos sinos das igrejas, e a instituição da Medicina Legal no Brasil, para diagnosticar possíveis surtos epidêmicos e auxiliar a polícia nas investigações criminais.

Recorde-se que, no Brasil, do século XVI até meados do século XIX, as igrejas serviam como última morada terrena dos fiéis, fazendo às vezes de nossos atuais cemitérios, abrigando os corpos inanimados em seu interior ou em sítios adjacentes (FARIA, 1999). Essa prática veio a ser questionada a partir de uma conjuntura marcada pela escalada do pensamento científico nos meios letrados locais. No rastro das mudanças preconizadas e provocadas por esse pensamento profundamente marcado por um ímpeto civilizador de base científica que, vale

lembrar, era também anticlerical, chegaram as teorias médico-sanitaristas, que aos poucos se impuseram no Brasil do século XIX, conformando hábitos e concepções, que nesse momento, mais que nunca, deveriam se mostrar afinados à ideia de civilização.

No caso dos enterros, alegava-se que o acondicionamento de mortos nas igrejas era inadequado e favorecia a proliferação e difusão de miasmas, espécie de fluidos malignos à saúde e invisíveis – ou, para usar outro termo de época, “eflúvios pestilenciais” – que, segundo a crença corrente no meio científico, respondiam pelo surgimento das doenças e epidemias e, por veze, até a morte.

No século XIX, consolidava-se a ideia da necessidade de sanear as cidades a partir dos pressupostos higienistas. Sempre atentando para as condições do espaço urbano, a insalubridade, a configuração populacional, a desordem, os miasmas, os médicos sanitaristas passaram a ler a cidade do ponto de vista da saúde e do saneamento dos seus espaços. “O discurso médico sobre o urbano contribuiu para modificar a visão da cidade e legitimar intervenções do poder público” (COSTA, 2004, p. 58).

Em consequência desse discurso, foi proibida, em 1828, por força de lei, em âmbito nacional, a continuação da prática dos enterros nas igrejas, ficando estabelecido que essa fosse uma atividade restrita aos cemitérios. E a estes, portanto, a atenção era dada de forma enfática, uma vez que serviam agora como único espaço para acolher os corpos, já que as igrejas não mais poderiam fazê-lo. Os mesmos estavam também sujeitos às novas regras que deveriam ser observadas, como localizar-se afastado das áreas povoadas e terem muros altos, e a devida profundidade e forma correta de enterramento, para evitar incidentes com animais ou ainda atentados à saúde pública.

A determinação da transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios não aconteceu de forma pacífica; houve resistência da população.⁶² Enquanto isso, no Cemitério dos Ingleses – inserido em outro contexto e situado em outra rede de relações culturais, sociais e políticas – a sua função social continuava a ser exercida em forma de suas atividades normais.

⁶² Na Bahia (cidade de Salvador), por exemplo, a reação se configurou numa revolta popular denominada “Cemiterada”, a qual está estudada no livro do historiador baiano João José Reis, “A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX” (1991). Para a realidade de Pernambuco (cidade do Recife), as mudanças provocadas pelas ideias higienistas estão consignadas na mencionada obra de Vanessa de Castro, “Das Igrejas ao Cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX” (2007).

Nesse sentido, pode-se argumentar que o Cemitério dos Ingleses representava diretamente um pioneirismo em dois momentos paralelos: o primeiro é atribuído à permissão para sua construção, 1814, servindo de modelo e exemplo para outras construções similares; o segundo, porque seria o primeiro cemitério de Pernambuco como construção arquitetônica. Esse caráter de inovação tecnológica, implantada em terras brasileiras antes das leis e posturas municipais relativas à higiene pública (e concordantes com as mesmas), trazendo uma cultura de enterramentos baseada em posturas científicas da época, foi único, e só não impactou mais a sociedade pernambucana e brasileira devido à impermeabilidade social dos britânicos em terras brasileiras.

3.3 Patrimonialização

3.3.1 O processo de tombamento do cemitério

O tombamento é o “ato administrativo da autoridade competente, que declara ou reconhece valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, bibliográfico, cultural ou científico de bens que, por isso, passam a ser preservado” (SOUZA FILHO, 2011, p. 83).

Ele também é conceituado como sendo:

O ato final resultante de procedimento administrativo mediante o qual o Poder Público, intervindo na propriedade privada ou pública, integra-se na gestão do bem móvel ou imóvel de caráter histórico, artístico, arqueológico, documental ou natural, sujeitando-o a regime jurídico especial de tutela pública, tendo em vista a realização de interesse coletivo de preservação do patrimônio (PIRES, 1994, p. 78).

Como fato e como ato administrativo o tombamento pode ser entendido simultaneamente. Como fato é uma operação material de registro de um bem efetivado pelo agente público no respectivo Livro do Tombo. Como ato é uma restrição imposta pelo Estado ao próprio direito de propriedade, com o objetivo de preservar os seus atributos (MIRANDA, 2006). A finalidade do tombamento é a conservação da integridade dos bens acerca dos quais haja um interesse público pela proteção em razão de suas características especiais.

No que concerne ao objeto, o tombamento pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, públicos ou privados, de interesse cultural ou ambiental, quais

sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, cemitérios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas, etc.

Com o advento da Constituição Federal do Brasil de 1988 não são somente os bens dotados de monumentalidade ou excepcionalidade que podem ser objetos do ato de tombamento. Basta que sejam portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira para que possam receber a especial proteção estatal.

No ordenamento jurídico brasileiro o instituto do tombamento surgiu com a edição do Decreto-Lei 25/37, que é ainda hoje a lei nacional sobre tombamentos. Por força do que dispõe a Constituição Federal nos artigos. 23, III e IV; 30, IX; 216, § 1º, os Municípios, os Estados, o Distrito Federal e a União são dotados de competência administrativa para a efetivação do tombamento de bens cuja conservação seja de seus respectivos interesses.

Em âmbito federal, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é a autarquia incumbida de exercer as competências previstas no Decreto-Lei 25/37, (artigo 2º, do anexo I, do Decreto 5.040/2004).

Um mesmo bem pode receber a proteção de mais de um ente federativo, não sendo incomum a incidência cumulativa de tombamentos realizados pelo órgão da União (no caso, hoje, o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional - IPHAN), do Estado e do Município onde a coisa se situa.

O Decreto-Lei 25/37 criou quatro tipos diferentes de tombamento, quais sejam:

a) Tombamento de bens públicos (art. 5º), quando a autoridade reconhece o valor cultural de um bem público, oficia ao proprietário, seja a União, o Estado ou o Município, comunicando a quem tiver sua guarda. Este tipo de tombamento é muito simples, porque não prevê nenhum tipo de contraditório, isto é, não prevê contestação do proprietário.

b) Tombamento voluntário (art. 7º), quando o proprietário de um bem móvel ou imóvel solicita seu tombamento. Em acontecendo isso, o processo de tombamento se inicia e fica dispensada a notificação do proprietário requerente. Neste caso, segundo a lei, basta que o bem seja revestido dos requisitos para integrar o patrimônio histórico ou artístico nacional, e será inscrito no livro do tomo respectivo. O mesmo artigo 7º admite como voluntário o tombamento no qual, embora de iniciativa do Poder Público, o proprietário notificado, anui ao tombamento, com ele

concordando. Nesse caso, é denominado “Tombamento voluntário por anuência do proprietário”.

c) Tombamento compulsório (art. 9º), visto como a regra geral dos tombamentos de bens privados e por isto, o mais recorrente, quando está em discussão a proteção jurídica do tombamento. Formado por um processo administrativo complexo, este tipo de tombamento se inicia por uma decisão da autoridade competente que, ao notificar o proprietário, tomba o bem provisoriamente. Se o proprietário impugna o ato inicial de tombamento, a decisão passa ao colegiado do Conselho, que deve decidir e, sendo apurado e reconhecido o valor cultural do bem, determinar o seu tombamento definitivo, como ato vinculado à definição da lei. Ele seguirá um processo bem específico.

d) Tombamento provisório (art. 10º), para garantia de preservação dos bens pertencentes a proprietários privados em processo de tombamento. Assim, ficam os bens protegidos como se tombados estivessem, acarretando a eles todos os efeitos do tombamento definitivo, exceto o registro de imóveis. O tombamento provisório não pode ser indefinido. O Conselho tem o prazo de sessenta dias para decidir sobre a impugnação

O processo de tombamento estabelecido no art. 9º, do Decreto-Lei 25/37 se constitui na sequencia lógica e ordenada de atos praticados pelo poder público com o intuito de identificar o valor cultural de bens que possam merecer a proteção pelo aludido instituto jurídico, individualizando-os e inscrevendo-os no respectivo livro de tombo depois de obedecidas as formalidades previstas em lei. Como expressa Miranda (2006, p. 121):

Tendo em vista que do ato do tombamento decorrem restrições ao direito de propriedade do titular do domínio, o procedimento administrativo deverá oportunizar ao proprietário do bem o devido processo legal, com direito à ampla defesa e ao contraditório, na forma da lei, sendo que a desobediência às referidas garantias pode ensejar a nulidade do procedimento a ser declarado pelo Poder Judiciário, em ação própria, uma vez o Poder Público está obrigado a seguir fielmente os ditames legais, estando, portanto, absolutamente vinculado às prescrições processuais.

As fases do processo administrativo do tombamento podem ser identificadas como as mesmas que são comuns a todo processo administrativo: instauração, instrução, defesa, relatório e julgamento.

Em âmbito Federal o processo de tombamento é regido pelo Decreto-Lei 25/37, pelo Decreto-Lei 3.866/41 e pela Lei 6.292/75.⁶³ Os Estados e Municípios que tenham leis próprias de tombamento devem também seguir suas leis muito minuciosamente.

Conforme o ensino de Souza Filho (2011), o tombamento dos bens públicos se inicia por ordem escrita do diretor do órgão competente. Esta ordem deve ser autuada, isto é, protocolada e capeada, à qual se juntarão todos os atos praticados e documentos produzidos. Já o tombamento voluntário a pedido do proprietário se inicia com o pedido, em geral um requerimento, acompanhado de documentos do proprietário do bem. Por fim, o tombamento voluntário, por anuência, e o compulsório devem iniciar da mesma forma que o de bens públicos, isto é, devem abrir com a autuação da autoridade competente, e depois ser juntada a notificação ao proprietário que, se anuir ou deixar de impugnar no prazo assinado, poderá ser encerrado o processo com a determinação de que a coisa seja inscrita; se impugnar, o processo será devolvido ao órgão solicitante do tombamento, por quinze dias para sustentá-lo. A decisão será proferida pelo Conselho competente, num prazo de sessenta dias.

Algumas legislações estaduais e municipais admitem a iniciativa do tombamento a qualquer pessoa da população. Neste caso, o pedido deve ser protocolizado devidamente, e a partir disso dar-se-ão os demais trâmites do procedimento.

A inscrição no livro do tombo deve ser também minuciosa, isto é, constar com precisão o que está tombado e suas razões, para que as futuras autoridades possam avaliar os pedidos de modificações, restauros, pintura, alterações de uso e reformas.

Para a esfera Federal, o Conselho será ouvido em todos os casos de tombamento, tendo em vista o que dispõe a Lei 6.292/75, que exigiu para o tombamento a homologação ministerial.

O tombamento deverá ser levado ao registro de imóvel, para conhecimento de terceiros compradores ou interessados no bem. Portanto, deve haver dois registros; o primeiro, no livro do tombo correspondente e o segundo, no registro de

⁶³ Consoante Miranda, "Todos esses diplomas legais, editados durante o período ditatorial, devem ser relidos sob as luzes da nova ordem institucional vigente bem como conjugados subsidiariamente com o disposto na Lei 9.784/98, que regulamenta o processo administrativo junto aos órgãos federais" (2006, p. 121).

imóveis quando de imóveis se tratarem. Para o tombamento de bens móveis deverá haver o registro no livro do tomo e nos assentamentos do Museu ou coleção em que esteja inserido, se for o caso (SOUZA FILHO, 2011).

Para a inscrição dos bens protegidos pelo tombamento existem em nível Federal os seguintes livros (Decreto-Lei nº 25, de 1937, art. 4º):

- I) Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – para inscrição das coisas pertencentes às categorias de arte arqueológicas, etnográficas, ameríndia, popular, e bem assim os monumentos naturais, os sítios e paisagens que importem conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana;
- II) Livro do Tombo Histórico – para inscrição das coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- III) Livro do Tombo das Belas Artes – para inscrição das coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- IV) Livro do Tombo das Artes Aplicadas – para inscrição das obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Quase todos os Estados da Federação Brasileira dispõem de legislação para proteger seu patrimônio cultural, não havendo, hoje, qualquer dúvida quanto à constitucionalidade dessas leis estaduais. Mesmo porque a Constituição Federal de 1888 é expressa ao estabelecer que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislarem concorrentemente sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico, entre outros (art. 24). Alguns criaram institutos ou serviços de proteção, utilizando a legislação federal como referência. Outros preferiram o tombamento estadual, sem alterarem muito o processo descrito no Decreto-Lei 25/37 (SOUZA FILHO, 2011).

O Estado de Pernambuco, por exemplo, instituiu o tombamento de bens pelo Estado através da Lei estadual 7.970, de 18.09.1979, tendo por base o Decreto-Lei nº 25 de 1937. Os bens tombados pela União são considerados tombados pelo Estado. Os tombamentos de vilas e cidades dependem de autorização legislativa. A lei foi regulamentada pelo Decreto 6.239, de 11.01.1980. Existia, a partir de então, um instrumento legal para o tombamento de bens, que previa, assim como a legislação federal, os critérios de proteção, os Livros de Tombo para o registro dos bens protegidos, as instituições que fariam parte do processo legal, as consequências para as intervenções nos imóveis tombados, etc. A proposta de

tombamento pode ser oferecida por qualquer pessoa, mas a iniciativa do processo deverá ser do secretário de Cultura.

O Decreto nº 6.239 instituiu o Sistema Estadual de Tombamento, que especifica quais instituições fariam parte do processo, bem como as suas atribuições. Nos seguintes termos:

Art. 3º A defesa e a preservação do patrimônio histórico e artístico de Pernambuco compete ao Sistema Estadual de Tombamento, composto dos seguintes órgãos: I - a Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, como órgão gestor do processo de tombamento; II - o Conselho Estadual de Cultura, como órgão executor; III - a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco, como órgão técnico.

Dessa forma, para a proteção oficial do patrimônio pernambucano, foi criada uma estrutura integrando uma secretaria do governo estadual, um órgão tradicional fundado ainda na década de sessenta – o Conselho Estadual de Cultura – e uma recém-criada instituição, vinculada à implantação do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas (PCH) no estado: a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE). Estavam instituídos os organismos que movimentariam os rituais dos tombamentos em Pernambuco e que seriam responsáveis pelas decisões a serem tomadas no processo.

A Fundação era responsável, portanto, por elaborar estudos técnicos que subsidiavam as propostas de tombamento – com autonomia para opinar sobre a relevância ou não da proposta – e por fiscalizar os bens protegidos, principalmente, nas questões relativas ao seu estado de conservação. Na análise dos dossiês, constata-se que a equipe da Fundarpe, que ficou à frente da elaboração dos exames técnicos que subsidiavam as propostas de tombamento, era formada majoritariamente por arquitetos, seguidos por alguns poucos historiadores, engenheiros e um arqueólogo. Contudo, as suas atribuições não estavam delimitadas de forma fixa, tendo os arquitetos ocupados uma posição mais autônoma dentro da instituição. E, por isso, é possível detectar alguns exames técnicos cujas etapas – estudos arquitetônicos e históricos – foram todas construídas por esses profissionais.

Quanto ao Conselho, cabia a decisão final sobre a proposta de Tombamento, que podia ser contrária às recomendações da Fundarpe ou da Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes. Além disso, o Conselho também podia deliberar sobre

a proposta de uso do bem em questão e decidir sobre obras de restauração e conservação nesses imóveis. É notável o poder que o Conselho assumiu dentro da prática preservacionista em Pernambuco. Diferentemente do caso Federal, cujo Conselho é parte do Sphan, o Conselho Estadual de Cultura foi fundado em 1967 e é um órgão desvinculado da Fundarpe. Segundo o seu regulamento, o “Conselho Estadual de Cultura tem como finalidades precípua a formulação das diretrizes de ações culturais do Governo do estado de Pernambuco e (também) a defesa do patrimônio histórico, artístico e cultural tangível e intangível do Estado”. Sua atuação vai, portanto, além da questão patrimonial, ao âmbito da cultura.

Pela Lei Estadual Nº 7.970 de 18 de setembro de 1979, o Conselho Estadual de Cultura manterá, para registro, os seguintes Livros de Tombo:

- I - Livro de Tombo dos Bens Móveis de valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico ou folclórico;
- II - Livro de Tombo de Edifícios e monumentos isolados;
- III - Livro de Tombo de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos;
- IV - Livro de Tombo de Monumentos, Sítios e Paisagens Naturais;
- V - Livro de Tombo de Cidades, Vilas e Povoados.

O art. 2º, da Lei anteriormente mencionada, descreve a distribuição dos bens nesses livros de Tombo como etapa final do processo de tombamento. Apesar de a legislação garantir a proteção legal aos bens em processo de tombamento, somente depois de inscrito em um dos livros de Tombo é que este será considerado patrimônio histórico e artístico do estado de Pernambuco.

Os livros de tomo estão sob a guarda do Conselho Estadual de Cultura (CEC), como previsto na mesma legislação. Todos contêm um termo de abertura no qual é apresentada a destinação do livro, assinado pelo então presidente do conselho Gilberto Freyre, sendo todas as folhas (duzentas) também numeradas e rubricadas por ele.

A inscrição no livro de tomo é realizada com o registro dos dados referentes ao objeto do processo de patrimonialização. São descritos o nome, a localização e o nº da resolução do CEC. Em seguida, é afirmada a resolução do tombamento realizada pelo CEC e descrição do objeto. Em seguida, é informado que o poder de tomar é conferido ao conselho pela Lei nº 7.970, estando em conformidade com o processo aberto pela Fundarpe e parecer do conselheiro responsável por tal processo, em determinada sessão do conselho.

Assim como aos Estados, desde a década dos anos cinquenta (do século passado) foi reconhecida a competência municipal para elaborar leis municipais do patrimônio cultural local. Tal competência depende da existência de bens e serviços, no caso concreto, cuja proteção seja de interesse local, porque não é a matéria que determina esta competência, mas, o interesse (SOUZA FILHO, 2011).

Nesse sentido, para a proteção do seu patrimônio cultural é necessário, todavia, que o Município,

Legisle sobre o conceito de patrimônio cultural e de bens que o integram, de tal forma que cada Município pode ter um conceito diferente para estes bens. Mas não apenas o conteúdo destas leis deve estar editado, é necessário que o Município diga a forma e os instrumentos que utilizará nesta proteção, podendo criar inventários, registros, tombamento municipal, desapropriação ou ainda, como autoriza a Constituição Federal, criar novas e diversificadas formas de acautelamento. A criação de lei de tombamento municipal não poderá desrespeitar os direitos individuais garantidos na Constituição Federal, e, na desapropriação, deverão ser obedecidas as regras gerais federais.

O Município poderá criar lei de preservação cultural completa e complexa, porque poderá agregar normas eficazes, como o são as constantes do planejamento urbanístico, de impostos municipais sobre a propriedade urbana, uso e parcelamento do solo, solo criado, transferência de potencial construtivo e tanto outros institutos jurídicos urbanísticos.

(...) É necessário dizer que esta competência não é ilimitada (SOUZA FILHO, 2011, p. 121-122).

O Município do Recife buscou solução criativa ao elaborar a Lei Municipal 13.957, de 26.09.1979, que instituiu normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significados para o patrimônio cultural da Cidade do Recife. Esta lei não trata do tombamento; porém, depois de definir o que seja sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, autoriza o chefe do poder executivo municipal a estabelecer Zonas de Preservação (ZP), que assim foi estabelecida em seu art. 6º: “A cada ZP corresponderá um sítio histórico, arqueológico, arquitetônico ou paisagístico, formado pelo bem ou conjunto de bens culturais de uma dessas categorias e pelo seu entorno”. O entendimento disso decorre da seguinte disposição: uma ZP se divide em uma zona de preservação rigorosa (ZPR) e uma zona de preservação ambiental (ZPA) que funciona, como diz a própria lei, como uma faixa de transição entre a preservação rigorosa, semelhante ao tombamento, e o resto da cidade, esta faixa serve para proteger a visibilidade dos bens

considerados de proteção rigorosa. A lei autoriza, ainda, uma série de isenções de impostos e taxas que podem ser concedidos aos imóveis integrantes das ZPs.

A lei recifense é bastante inovadora e, sem recriar o instituto do tombamento ao nível municipal, promoveu a proteção de seu patrimônio cultural. O seu mérito reside em utilizar conceitos e normas urbanísticas para proteger o patrimônio cultural edificado, inovando o sistema de proteção.

Por fim, observe-se que o ato de tombamento produz efeitos em relação ao objeto, em relação ao proprietário, em relação ao poder público, e em relação à vizinhança, pelo fato de que ele

Pode ser considerado como de repercussão jurídica dúplice ou mista, uma vez que implica em efeito declaratório (declara o valor cultural do bem, valor este que antecede o ato de proteção e o justifica) e também em efeitos constitutivos, uma vez que submete o bem tombado a um regime jurídico especial criando obrigações para o proprietário a coisa, para os proprietários dos imóveis vizinhos, para o ente tombador e mesmo efeitos que se operam *erga omnes*, atingindo a todos (MIRANDA, 2006, p. 131-132).

Os diversos efeitos decorrentes do ato de tombamento estão propugnados no Decreto-Lei 25/37, sendo inquestionável que a partir da inscrição de determinado bem em um dos livros do tomo, o mesmo passa a se submeter a um regime jurídico especial de proteção (que o aproxima muito do regime jurídico público), com o escopo de assegurar proteção efetiva de coisa contra o abandono, a descaracterização, a destruição, a evasão, a alienação e o deslocamento descontrolado.

Nesse sentido, para o Estado de Pernambuco, o art. 5º da Lei nº 7.970, de 18.09.79, faz nexos com a legislação federal quanto à proteção do bem, cabendo à FUNDARPE aplicar sanções e restrições em cada caso que ocorrer ações contrárias a isso ou que redunde nisso.

Após essa sucinta recapitulação a respeito de aspectos mais gerais do instituto jurídico do tombamento,⁶⁴ verificar-se-á o enquadramento do tombamento do “Cemitério dos Ingleses” nessas prescrições apresentadas.

Nos arquivos da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) é possível consultar o processo de tombamento do Cemitério dos

⁶⁴ Para aprofundamento sobre o instituto de tombamento, ver Rabello (2009), Miranda (2006), Souza Filho (2011), Pires (1994).

Ingleses, sob o número 0747 T de 1981. Processo transcorrido em nível Estadual, embora o bem já tivesse sido alvo de legislação municipal: o Decreto nº 11.797, de 31 de dezembro de 1980, que institui a Zona de Preservação do Sítio Histórico Igreja de Santo Amaro das Salinas e Cemitério dos Ingleses, classificado pelo Plano de Preservação dos Sítios Históricos – PPSH, na categoria de “Edifícios Isolados” (Art. 1º).

O Cemitério dos Ingleses do Recife, como já se mencionou, foi tombado como patrimônio histórico e cultural do Estado de Pernambuco através do Decreto Estadual nº 9.131, de 23 de janeiro de 1984, assinado pelo então governador Roberto Magalhães Melo, homologando a Resolução nº 15 do Conselho Estadual de Cultura (Anexo A). O que foi consignado no registro do Livro de Tombo III, fl. 01 v, ato nº 7, Categoria de Sítio Histórico.

O processo de tombamento do cemitério se inicia através do OF. DP, Nº 151/81, de 18 de março de 1981, do Sr. Ulysses Pernambucano de Mello, neto – Diretor Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) – dirigido à apreciação do Dr. Francisco Austerliano Bandeira de Mello, DD. Secretário de Turismo, Cultura e Esportes do Estado, a proposta de tombamento (Anexos B, C, D).

Após a proposta (Anexos E e F) ter sido apreciada e deferida pelo Sr. Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, o processo seguiu seu trâmite legal com a notificação do público, por Edital divulgado em jornais de grande circulação da cidade e no Diário Oficial Estadual (Anexos G, H, I, J), bem como “ao proprietário do bem em causa” – Consulado Inglês (OF. DP-Nº 230/81, de 05 de maio de 1981, respondido pelo Consulado Britânico em 27 de agosto de 1981) – e ao Prefeito da Cidade (OF. DP-Nº 233/81, de 05 de maio de 1981) (Anexos K, L, M).

A seguir, feito o exame técnico do Sítio Histórico, parecer conclusivo contrário ao tombamento foi emitido em 25 de maio de 1982, assinado por Virgínia Pernambucano de Mello (Pesquisadora de História), Rosa Virgínia de Sá Bonfim (Arquiteta) e Neide Fernandes de Sousa (Arquiteta – Coordenadora do Grupo Tarefa de Pesquisa e Tombamento - GTPT), todas do quadro técnico da Fundarpe. Especificamente sobre o cemitério, contém o seguinte:

O cemitério, (sic) foi o primeiro construído em Pernambuco para tal fim apresentando por isto, relevância histórica. Entretanto, também não se

notabiliza por aspectos artísticos, nem guarda suas características originais (FUNDARPE, 1981, p. 38).

O parecer termina nestes termos:

Trata-se de um conjunto de importância local, digno de ser preservado. Entretanto, levando-se em conta os dados acima citados e considerando que o mesmo já se encontra protegido pela Lei Municipal nº 13.957 de 31.12.80 e pelo Decreto nº 11.797 de 31.12.80 que regulamentou esta lei, não se justifica seu tombamento a nível estadual (FUNDARPE, 1981, p. 38).

É solicitado, então, pela assessoria jurídica da mesma Fundação, ao Diretor de Patrimônio Histórico, Jorge Eduardo Lucena Tinoco um reexame da matéria, pela mesma Comissão (que deu o parecer contrário) ou outra, com base nos seguintes argumentos:

- a) o pedido de tombamento havia partido da própria Fundarpe, “no que se presume que já havia um conhecimento anterior do valor arquitetônico e histórico do monumento”;
- b) todo posicionamento técnico da Fundação fora no sentido de que o imóvel deveria ser tombado;
- c) a Fundarpe, acreditando na importância do ato, dera sequência ao processo, fazendo publicar edital e notificando o proprietário do imóvel, “investindo, assim, uma quantia razoável para a efetivação do tombamento”;
- d) por mais modificado que o imóvel tivera sido, não era motivo suficiente para subestimá-lo como “monumento de valor arquitetônico e histórico”;
- e) para além do aspecto arquitetônico, o cemitério era importante por ser o primeiro cemitério de Pernambuco; é o lugar de sepultamento do herói brasileiro José Inácio de Abreu e Lima, além de outros vultos importantes da história (o que já havia sido constatado pelo próprio exame técnico realizado anteriormente pela Fundação);
- f) o monumento já estava tombado a nível Municipal, e isso iria facilitar em muito a tarefa de sua preservação pela Fundarpe;
- g) a Legislação Estadual permitia a concorrência de tombamento tanto a nível Federal quanto ao Municipal;
- h) a proposta de tombamento já havia conseguido a adesão do Governo Inglês, através do Cônsul e sua anuência à mesma;
- i) finalmente, que o monumento tinha valor histórico e era um ponto de referência do Estado.

Endossado o pedido pelo Diretor solicitado, a mesma Comissão (GTPT/DPH) reavalia o processo e mantém sua posição inicial.

O processo, então, vai ao Conselho Estadual de Educação, e o conselheiro Fernando Pio, designado como relator, ao examiná-lo, emite parecer favorável ao tombamento (Anexos N e O).

O Presidente em exercício do Conselho Estadual de Cultura, Nilo Pereira, encaminha - através do Ofício Nº 28/83-P, de 6 de dezembro de 1983 (Anexo P), o Processo Nº 0747 e a Resolução Nº 15/83 (Anexo Q), declaratória do Tombamento do Cemitério dos Ingleses – para o Secretário de Turismo, Cultura e Esporte – Dr. Francisco Austerliano Bandeira de Melo.

O Governador do Estado de Pernambuco, à época, como já se mencionou anteriormente, Sr. Roberto Magalhães Melo, assina o Decreto Nº 9131, de 23 de janeiro de 1984, homologando a Resolução Nº 15/83, do Conselho Estadual de Cultura, que declara o Tombamento, a nível Estadual, do Cemitério dos Ingleses.

Por fim, cumprindo a formalização do ato jurídico perfeito, o registro em Livro de Tombo específico. No caso específico, ocorreu no Livro de Tombo III, fl. 01 v, ato nº 7, Categoria de Sítio Histórico. (A Figura 10 apresenta de modo esquemático todos os momentos acima delineados.)

Decreto de homologação	Nº do processo e duração [♦]	Bens tombados/uso na época do tombamento	Livro do Tombo ^{♦♦}	Proprietário do bem	Impugnação	Cidade onde o bem se localiza	Exame técnico/parecer conclusivo da Fundarpe	Parecer do Conselho Estadual de Cultura	Solicitante
<i>Nº 9.131, de janeiro de 1984</i>	<i>747/81 1981/1984</i>	<i>Cemitério dos Ingleses Uso: cemitério</i>	<i>III</i>	<i>Consulado Britânico</i>	<i>Não</i>	<i>Recife</i>	<i>Virgínia Pernambucano de Mello, Rosa Bomfim e Neide Fernandes</i>	<i>Fernando Pio dos Santos</i>	<i>FUNDARPE – diretor-presidente: Ulysses Pernambucano de Mello</i>

Figura 10 – Quadro informativo do processo de tombamento do *British Cemetery*, do Recife.

♦ Nº do processo na Fundarpe e sua duração, contada da data do pedido pelo proponente até a homologação pelo Decreto estadual.

♦♦ Livros do tomo:

I - Livro de Tombo dos Bens Móveis de valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico ou folclórico;

II - Livro de Tombo de Edifícios e Monumentos isolados;

III - Livro de Tombo de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos;

IV - Livro de Tombo de Monumentos, Sítios e Paisagens Naturais;

V - Livro de Tombo de Cidades, Vilas e Povoados.

O processo de tombamento do cemitério foi relativamente simples, uma vez que não houve impugnação (embora tenha havido parecer em contrário, que foi superado em avaliação ulterior e superior instância) e transitou, entre os vários setores demandados, sem maiores dificuldades, em prazo temporal de três anos.

Quanto à espécie, caracteriza-se como “Tombamento voluntário por anuência do proprietário”. Formalmente, as fases requeridas do processo administrativo foram obedecidas, tendo em vista que a Lei 7.970 descreve, em minúcias, os trâmites necessários a um processo de tombamento estadual em Pernambuco.

No denominado Sistema Estadual de Tombamento do Estado de Pernambuco, instituído pela Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, o processo começa com a elaboração de uma proposta do requerente, por escrito, que contenha descrição e delimitação, além da identificação do proprietário e do proponente. Essa proposta deve ser enviada ao responsável pela Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes, que deverá pronunciar-se sobre as propostas, deferindo-as ou não, de acordo com o preenchimento dos requisitos básicos ou suscetibilidade dos bens para o tombamento.

Após a proposta ser deferida pelo Secretário, abre-se o processo de tombamento, que é encaminhado à Fundarpe para que se publique o edital de abertura do processo em Diário Oficial e jornal de grande circulação, e se notifique o proprietário. A fundação também é responsável pela emissão de parecer técnico, sugerindo o tombamento ou não do objeto analisado. O processo retorna ao secretário, que deve encaminhá-lo ao Conselho Estadual de Cultura para análise e resolução do mesmo, devolvendo ao secretário com um parecer do conselho sobre a efetivação ou não do tombamento. Sendo aceito, o processo é repassado ao Governador que decreta o tombamento e publica a resolução em Diário Oficial. Por fim, é realizado pelo Conselho o registro desse objeto em livro específico e comunicado às autoridades interessadas (IPHAN, município e cartório).

Em suas várias etapas apresentadas, o tombamento do cemitério guarda compatibilidade com todo o regramento ou ritual instituído pela Lei conforme os parágrafos acima.

Considere-se também que o tombamento do cemitério se insere em quadro de política preservacionista de Pernambuco: uma prática institucionalizada, cujas escolhas e decisões foram feitas dentro do Sistema Estadual de Tombamento e pelos seus integrantes, através de valores apenas acessíveis a eles. Com essa prática, foram eleitos representantes do passado pernambucano para embasar uma tradição historiográfica elaborada por e para as elites políticas, religiosas e econômicas do estado, mas também por intelectuais que lhe eram ligados. Os bens tombados em Pernambuco construíam símbolos, mas, principalmente, corroboravam aqueles cristalizados por uma história escrita pelos que detinham o poder para escrevê-la. A política de preservação não pretendeu a apresentação das possíveis histórias que esses bens poderiam contar, ou a exposição das contradições que permearam – e ainda permeiam – a formação da sociedade pernambucana (SILVA, 2012).

3.4 Localização, espaço e acervo, condição conservacional

3.4.1 Localização

O Cemitério dos Ingleses do Recife tem como endereço: Av. Cruz Cabugá, nº 876, bairro de Santo Amaro. No século XIX, a avenida e bairro eram designados por Estrada Luiz Rego - Santo Amaro das Salinas respectivamente.

O hoje bairro de Santo Amaro era então uma região formada por alguns sítios de particulares e por terrenos do patrimônio da província, pouquíssima habitada, cuja não valorização se devia a sua proximidade do pântano de Olinda e do leprosário, instituição temida por muitos (CASTRO, 2007, p. 97).

A área atualmente de localização do cemitério se tornou próxima à região central da cidade pelo adensamento populacional. Sua edificação, então, ficou/está no cruzamento de duas avenidas: a Cruz Cabugá (uma das vias de ligação entre a cidade do Recife e a vizinha cidade de Olinda) e a Avenida Norte/Miguel Arraes de Alencar (corredor que liga a zona leste à zona oeste da cidade). Porém, à época de sua implantação, “era um lugar aberto e arejado, situado à distância suficiente da cidade para evitar moléstia contagiosa

se ela existir entre os negros recentemente importados” (KOSTER, 1978, p. 395-396) (Figura 11).



Figura 11 – Fotografia do cemitério e local, atualmente.

Nas palavras do historiador José Antônio Gonsalves de Mello (a quem mais uma vez se recorre) a descrição do lugar, à época, é rica em detalhes:

O terreno escolhido estava situado no Recife, na Estrada de Luís do Rego, que ligava o Recife a Olinda, no lugar desde o século XVI chamado Sítio das Salinas e, depois da construção da capela de Santo Amaro, nos fins do século XVII, de Santo Amaro das Salinas. Era, naquela altura de 1814, sítio afastado da área povoada do Recife, mas de fácil acesso por terra pelo Rio Beberibe. Nas proximidades existiu o Lazareto de Santo Amaro, dos “negros novos”, onde eram postos em quarentena os escravos recém-chegados da África; isso mostra o relativo isolamento do lugar escolhido para cemitério dos ingleses (sic). A propriedade havia pertencido, desde pelo menos, princípios do século XVII, a Francisco do Rêgo Barros, constituindo vínculo, sendo que 1814 era dêle (sic) titular João Policarpo do Rêgo Barros, último morgado de Santo Amaro das Salinas. A êste (sic) se dirigiu em 20 de outubro de 1814 o Governador nestes têrmos (sic): “Ontem mandei chamar a Vossa Mercê para tratar do ajuste do terreno que, em observância de uma Ordem Régia, foi escolhido para Cemitério dos Inglêses (sic), no sítio

de Santo Amaro, com 120 palmos de frente e 200 de fundo, o qual se acha demarcado com quatro estacas; e como já fiz a competente participação ao Cônsul de Sua Majestade Britânica, ordenará Vossa Mercê ao administrador ou rendeiro que ali tiver, que não embarace o uso e aplicação que foi dado àquele terreno, enquanto não posso concluir com Vossa Mercê, em razão de sua moléstia, o sobredito trato e ajuste” (MELLO, 1972, p. 14 – destaques do autor).

Tais prerrogativas do local se coadunavam com as ideias higienistas à época, que propunham a implantação de cemitérios a “céu aberto”, como já se observou páginas acima, e, por isso, era o lugar ideal para a sua edificação. Tanto assim que, alguns anos depois, a mesma região da cidade foi escolhida para receber outro cemitério, dessa vez o primeiro cemitério público secular do Recife: o Cemitério Público do Bom Jesus da Redenção, conhecido popularmente como Cemitério de Santo Amaro (instalado há 1,5 km de distância do Cemitério dos Ingleses, aproximadamente) (Figuras 12 e 13).



Figura 12 - Mapa urbano da localização atual do Cemitério dos Ingleses e do Cemitério de Santo Amaro – visão de satélite.
Fonte: Google Earth, 2016.

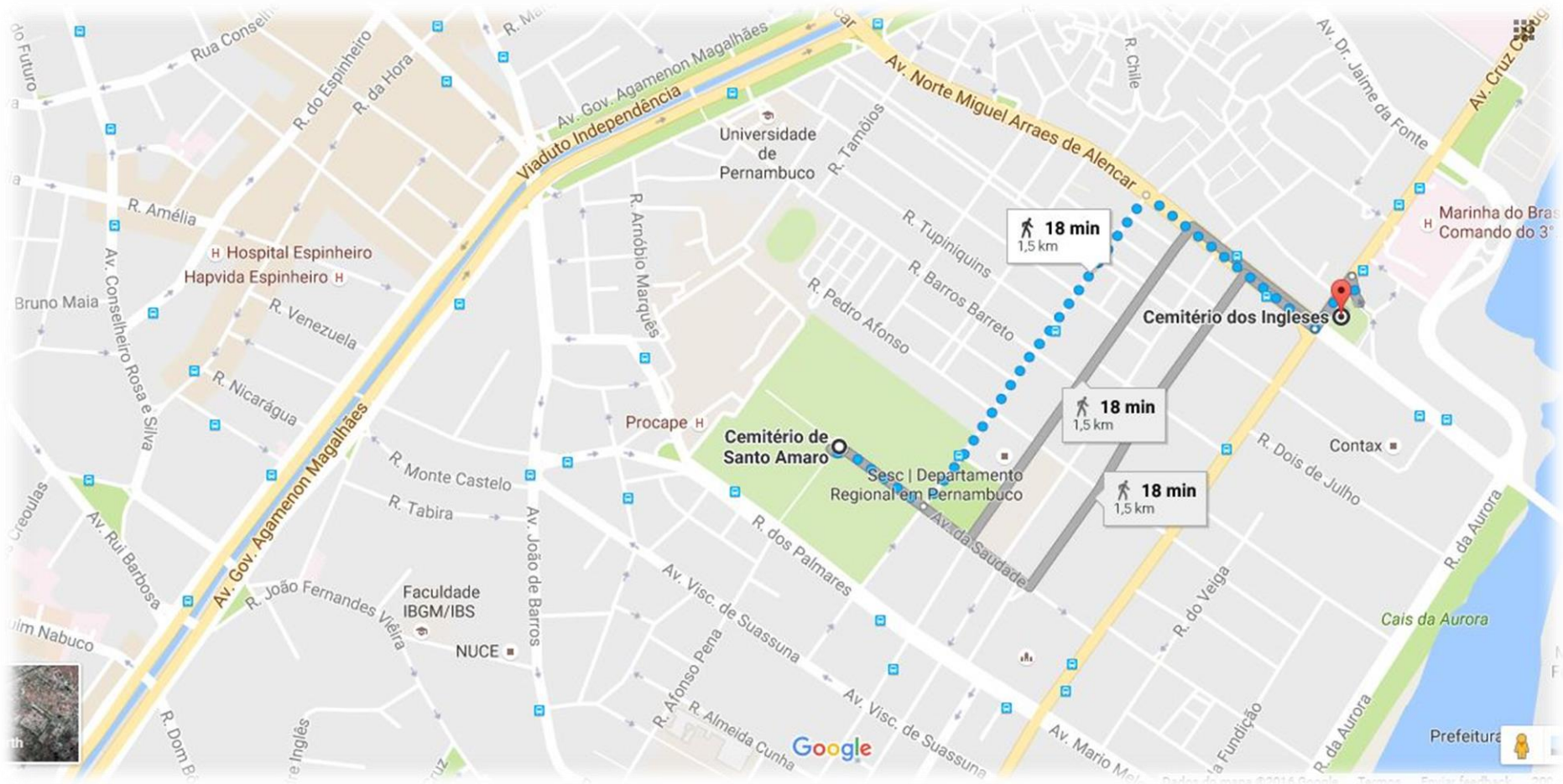


Figura 13 - Mapa urbano da localização atual do Cemitério dos Ingleses e do Cemitério de Santo Amaro.
 Fonte: Google Maps, 2016.

3.4.2 Espaço e acervo

O Cemitério dos Ingleses está construído em uma área murada de 1.700 m², com acesso pela Av. Cruz Cabugá, através de um portão de ferro, um dos componentes evocador e representativo de memória e história do local. Mais adiante se voltará ao portão e sua representatividade (Figura 14).



Figura 14 - Fotografia do portão de acesso ao cemitério e capela.

A área atual resulta de modificações em duas ocasiões: a primeira, ainda no século XIX, quando ocorreu um surto de febre amarela, em 1850, e “sessenta e cinco novas sepulturas abertas (...) ocuparam a maior parte da área do terreno doado (...). Impunha-se a ampliação do cemitério” (MELLO, 1972, p. 24). O Barão da Boa Vista, figura importante na Província, foi ao encontro da situação emergencial e dos desejos dos súditos britânicos: doalhes, por escritura de “cessão e traspasso”, lavrada no Recife em 31 de maio de 1851, passada ao Vice Cônsul inglês Henry Christophers e aos então administradores do Cemitério, Frederick Robilliard e Christopher Starr, terreno

contíguo ao cemitério, que tinha por extensão “120 palmos de frente do terreno que fica do lado Norte do antigo Cemitério, medidos do muro pela parte de Leste e 110 pela parte Oeste” (MELLO, 1972, p. 25).

As dimensões físicas do lugar eram originalmente constituídas deste modo:

A área primitiva de 120 palmos de frente por 200 de fundo, acrescida, desde data desconhecida, de um terreno de 24 palmos de frente por 12 de fundo – que supomos servia de acesso ao Cemitério a partir da vida (sic) pública -, e desde 1851, do cedido pelo Barão, situado do lado do Norte do Cemitério e medindo 120 palmos do lado de Leste e 110 palmos do lado Oeste e, certamente, (a escritura não o diz) em tôda (sic) a extensão dos 200 palmos de fundo, ficara duplicada (MELLO, 1972, p. 26).

Posteriormente, já no século XX, os seus domínios foram novamente alterados, quando da ampliação da Avenida Cruz Cabugá, perdendo parte do terreno na frente (cinco metros) e ganhando uma área igual de acréscimo nos fundos (Figuras 15 a 20, disposição sentido anti-horário).



Figura 15 - Fotografias da frente do cemitério (Av. Cruz Cabugá, sentido centro-subúrbio) e do início da lateral sul (cruzamento de duas Avenidas: Avenida Norte com a Avenida Cruz Cabugá).



Figura 16 - Fotografias da continuidade do lado sul do cemitério (parte central e parte final).



Figura 17 - Fotografias em perspectiva de todo lado Sul (Av. Norte sentido centro subúrbio) e lado Leste do cemitério.



Figura 18 - Fotografias do lado Leste do cemitério (fundo).



Figura 19 - Fotografias do lado Norte do cemitério.



Figura 20 - Fotografias do final do lado Norte e o início do lado Oeste do cemitério (frente, Av. Cruz Cabugá sentido subúrbio-centro).

Sobre isso, Rostand Paraíso (1997) discorre:

Augusto Lucena era prefeito do Recife – acredito que nos fins da década de 60 [do século passado] -, quando o trecho do Cemitério contíguo à Avenida Cruz Cabugá precisou ser recuado para dar lugar ao alargamento daquela Avenida. Esse fato, lembro-me bem, suscitou grande polêmica por desrespeitar o tratado celebrado entre Portugal e a Inglaterra, que estabelecia que os ingleses teriam direito a cemitério próprio “não se perturbando, de modo algum, nem por qualquer motivo, os funerais ou as sepulturas dos mortos”. Afinal, com algumas compensações territoriais por parte da Prefeitura, que lhe deu, atrás, os cinco metros que lhe havia tirado na frente, o problema foi superado (PARAÍSO, 1997, p. 36 – destaques do autor – interpolação nossa).

Essa mudança propiciou a perda de algumas sepulturas (e suas respectivas informações nas lápides) que estavam na parte cedida. E não somente essas. Houve outras perdas posteriores, como os registros dos primeiros ingleses enterrados no local, uma vez que o primeiro livro de óbitos, guardado no Consulado Britânico do Rio de Janeiro, foi destruído por um incêndio no início do século XX, conforme informou o administrador atual do cemitério.⁶⁵

O interior do cemitério dispõe de um acervo tumular rico em singularidades, que revelam de maneira simbólica memórias e histórias de personagens que fizeram a história pernambucana e por extensão a brasileira.

Ao adentrar-se à necrópole, a partir do portão, um passeio conduz à capela mortuária construída nos anos de 1852, quase ao centro do terreno. Trata-se de uma construção pequena, octogonal, em estilo neogótico, toda em alvenaria, com cobertura em telha, de aspecto simples. Em uma de suas paredes laterais, à frente, placa indicativa do tombamento pelo Estado (ver Figuras 21, 22 e 23).

⁶⁵ Informação verbal obtida em Recife, no ano de 2013.



Figura 21 - Fotografia do portão de entrada e do passeio visto de dentro para fora.



Figura 22 - Fotografia de frente da capela mortuária.



Figura 23 - Fotografia da placa referente ao tombamento.

Para os lados e atrás da capela, espriam-se os túmulos (jazigos, mausoléus) em formatos variados, sem grandes ostentações, construídos em alvenaria, muitos revestidos de granito ou mármore, alguns apresentando grades e cruzeiros em ferro. Em arruamentos arborizados, eles estão dispostos. De igual maneira em construções adstritas e acompanhando os muros circundantes do terreno. A simplicidade não exclui a beleza de muitos daqueles túmulos (ver Apêndices A até I).

Percorrendo o seu interior, encontram-se muitos túmulos referentes a engenheiros ingleses importantes para a construção de usinas e ferrovias no Estado de Pernambuco no século XIX. E não somente esses. Outros tantos apresentam inscrições a despertar a imaginação do expectador.

Revendo o “caderno de campo”, as anotações abaixo, feitas em uma das vezes que se teve acesso ao interior do campo santo, são oportunizadas.

Em um túmulo, lê-se uma inscrição a recordar que ali descansa Margaret, a mulher do cônsul norte-americano Joseph Ray, defensor da causa dos revolucionários pernambucanos de 1817. O diplomata lutou pela liberdade e pela República. Sofreu perseguições e seus bens foram arrestados.

Permaneceu no Recife por décadas, pois a sua esposa, que nasceu na Filadélfia em 1810, faleceu no Recife em 1844.

Noutra lápide, pais inconsoláveis informam que Allan Herbert perdeu a vida, aos 11 anos de idade em 1843. Numa Recife cercada de águas infectas, o menino não resistiu a qualquer doença. A força das palavras gravadas na lápide ainda pode causar arrepios.

Um médico, Henry Coats, nascido em 1792, na Inglaterra, formado em Glasgow, tendo exercido a profissão na capital do Império do Brasil, desembarcou no Recife, "em estado de saúde desesperador", após estada no Rio de Janeiro. Faleceu em 4 de maio de 1817.

Maggie, "a filha adorada" de Thomas e Hanna Bryers, faleceu aos 18 anos, em 1913. Uma bela estátua de anjo adorna o seu túmulo (ver Apêndice J).

Outra lápide informa apenas que Samuel Johnston faleceu em 1884 aos 22 anos e Leslei Stuart Hoare, aos 23. Não tiveram tempo para viver.

Winifred Mary, filha de Thomaz e Katherine Fent viveu somente 27 meses.

Noutra inscrição, uma intensa dor materna se expõe: José Guilbert Macedo: "assassinado covardemente por Oscar Lavor em 1933, profunda mágoa de sua mãe, filhos e irmãos". Não se refere à esposa.

E Mimita, casada com Michel Patrick Gillespie, morreu talvez de complicações pós-parto, aos 21 anos, oferecendo sua vida pela de sua filhinha.

Uma lápide modesta informa o local de sepultamento de Daniel Streiff, cônsul da Suíça, falecido em 1911 (ver Apêndice L).

Em outro túmulo, sabe-se que ali "repousa" Susanna Star, sepultada em 3 de dezembro de 1953. Era esposa de Christopher Starr e dona da célebre Fundação Aurora, fábrica de grades e portões de ferro. A indústria, dada a sua importância, foi visitada por dom Pedro II, em 1859 (MELLO, 1972, p. 54) (ver Apêndice M).

Desperta atenção, logo após a entrada do cemitério (lado esquerdo de quem entra), pela suntuosidade de sua construção (uma coluna torcida em espiral, que repousa numa base, encimada por uma cruz celta), um túmulo-monumento (mausoléu) (ver Apêndices N até P) e também pelas informações

contidas em sua lápide: é o túmulo do general José Inácio de Abreu e Lima,⁶⁶ que teve sepultamento negado em cemitério eclesiástico pelo bispo católico D. Francisco Cardozo Ayres, por sua posição em relação a certas doutrinas da Igreja Católica.

Na lápide, escrito está como epitáfio:

Aqui jaz o cidadão brasileiro (sic) general José Inácio de Abreu e Lima, propugnador esforçado da liberdade de consciência. Falleceu (sic) em 8 de março de 1869. Foi-lhe negada sepultura no cemitério público pelo bispo Francisco Cardoso Aires. Lembrança de seus parentes.

Outro fato histórico digno de registro em relação ao cemitério é que, em lugar incerto do mesmo, o “anglo-lisboense” Henry Koster está enterrado. Quem o relata é Luís da Câmara Cascudo, tradutor do livro *Travels in Brazil*, em seu ensaio de introdução ao mesmo, intitulado “Prefácio do Tradutor”. Ele relata:

Quando faleceu Koster? Alfredo de Carvalho, que compendiou as melhores notícias sobre Koster, escreveu: - "Muito estimado e considerado, geralmente conhecido pelo nome aporuguesado de Henrique da Costa, finou-se ele aqui em princípios de 1820. Os dados para a sua biografia são, infelizmente, por demais escassos e infieis, tendo sido baldadas as nossas pesquisas no arquivo do consulado inglês de Pernambuco."

O último registo, conhecido por Alfredo de Carvalho e relido por mim, é a menção de James Henderson, em *History of the Brazil*. James Henderson esteve no Recife em dezembro de 1819, quando foi visitado e visitou Koster. Este, mudado para Goiana, procurando saúde, voltara ao Recife, viajando de rede, suspensa entre dois cavalos, achando cômodo esse transporte pelo passo esquipado dos animais.

Henderson não lhe encontrou melhoras e deduziu, pelo depauperamento físico, um rápido declínio. Escrevendo em 1821, informou: "e lamento dizer que pouco tempo sobreviveu..."

A data de 1820 e o Recife são ano e lugar mais lógicos para o falecimento de Henry Koster. Vivia este em dezembro de 1819,

⁶⁶ José Inácio Abreu e Lima (1796-1869), mais conhecido como General Abreu e Lima, foi um intelectual, militar, político e historiador recifense. Como capitão no exército de Simon Bolívar, participa das guerras de independência da Venezuela e da Colômbia e de outras colônias espanholas. Promovido a general chegou a chefe do estado-maior do exército libertador. Com a morte de Bolívar, retorna ao Brasil e desenvolve uma carreira de escritor e publicista. Ao falecer em Recife, por haver polemizado com a Igreja Católica, em jornais recifenses, sobre certos dogmas da Igreja (a unidade de Deus, a infalibilidade Papal, a ideia do Purgatório, entre outros), sobre liberdade religiosa e direito de distribuição de bíblias pelos protestantes do Recife, teve negada a sua sepultura no Cemitério de Santo Amaro pelo Bispo D. Francisco Cardoso Ayres. Seu sepultamento então ocorre no Cemitério dos Ingleses. Sobre a biografia de Abreu e Lima, consultar Chacon (1983). Sobre a polêmica suscitada pelo recusa do Bispo em sepultá-lo nos cemitérios eclesiais católicos do Recife, ver Rodrigues (2005; 2015).

muito alquebrado e doente, e pouco depois faleceu. O *not long survive*, sendo o espaço de alguns meses, alcançará princípios de 1820. Como o "Cemitério dos Ingleses" existe desde 1814, naturalmente Koster foi sepultado aí, no campo santo britânico em Santo Amaro (CASCUDO, 1978, p. 15-16).

Relevante na composição da construção cemiterial é o portão de ferro à entrada. Uma referência singular que destaca aquela necrópole de outras da cidade, revela característica de inovação introduzida pelos britânicos nas construções brasileiras,⁶⁷ produzido pela Fundação d'Aurora Pernambuco. Esta fez fama, sendo considerada a mais importante da Província Pernambucana. Fundada em 1829 pelos ingleses Cristóvão Starr e Carlos Hawington, radicados no Recife, foi responsável com outras fundições pela fabricação de peças de reposição para as máquinas a vapor importadas da Inglaterra; mais tarde, passará a fabricar as próprias máquinas. e peças de ferro para engenhos e para a construção civil em todo o Nordeste,

O portão, além da tradicional inscrição *British Cemetery* em seu frontispício, tem do lado direito a data de MDCCCXIV (1814) e do lado esquerdo a de MDCCCLII (1852), ano provável de sua instalação (VAISENCHER, 2013) (ver Apêndices Q até S).

No Cemitério dos Ingleses do Recife estão sepultados não apenas os corpos de britânicos protestantes. Também estão outros estrangeiros de diversas nacionalidades (holandeses, franceses, italianos, americanos, alemães, etc.) e de igual modo brasileiros, todos esses não necessariamente protestantes.

3.4.3 Situação conservacional

O bem patrimonial apresenta vários problemas de conservação, os quais se acumulam de muitos anos até o presente, como já se chamou a atenção no início deste trabalho.

Em uma das primeiras visitas que se fez ao local, julho de 2013, verificou-se, para se ficar nos problemas materiais mais visíveis, que os muros apresentavam rachaduras, pichações, e eram sobrepostos por uma cerca

⁶⁷ A esse respeito, ver o artigo "Grades e Portões de Ferro do Recife", de Mello (1998). Para a história da Fundação D'Aurora Pernambuco, examinar Maior (2015, p. 164-184).

elétrica instalada no intuito de coibir invasões noturnas. Desativada por falta de dinheiro para pagar a empresa que prestava o serviço e sem recurso para contratar vigilantes, o cemitério ficou com a segurança de seu acervo comprometida. O que ocasionou furtos, pelo valor comercial que possuem, de lápides de bronze, alças de cobre dos jazigos, placas (de mármore ou de granito) com o nome dos mortos, de utensílios feitos de prata para ornamentação dos túmulos. E, pior, muitos túmulos (dos oitocentos existentes no local) foram danificados pelos vândalos, nessa ocasião, por não conseguirem retirar o que pretendiam. Outros túmulos apresentavam (e ainda apresentam) deterioração; desta feita, pela ação do mofo, falta de cuidado. Por sua vez, a capela apresentava problemas em suas paredes e, principalmente, na estrutura do telhado (ver Apêndices T até Y).

Soube-se que o cemitério não recebe verba pública e é administrado por particulares através de uma Sociedade. Mantém-se pela contribuição das pessoas ligadas a ele: membros da comunidade inglesa no Recife e por aqueles que possuem familiares ali enterrados. Não recebe ajuda do governo brasileiro nem da coroa britânica.

Com a finalidade de administrar e zelar pela manutenção do Cemitério dos Ingleses, a Sociedade Administradora do Cemitério dos Ingleses, fundada em 16 de outubro de 1991, com sede e foro na capital recifense - na Avenida Cruz Cabugá, 876, Santo Amaro, Recife, Pernambuco, CEP 50.040-000 -, é uma associação de direito privado, constituída por tempo indeterminado, sem fins lucrativos, de caráter organizacional, cultural, e histórico, sem cunho político ou partidário, com Possui três órgãos responsáveis pela administração e representação da Associação, que são a Assembleia Geral, a Diretoria Executiva, e o Conselho Fiscal.

A Diretoria Executiva e o Conselho fiscal, eleitos para o triênio julho de 2014 a junho de 2017, são constituídos pelos seguintes membros: Presidente Honorária, Gertrud Knobel; Administrador, Esmeraldo Veloso Marinho; Secretária, Luciene de Souza Marinho; Tesoureiro, Sydney Edwards Dobbin; Tesoureiro Suplente, Guilherme Costa dos Santos; primeira conselheira fiscal,

Marilene de Souza Fragoso; Segunda Conselheira Fiscal, Marluce Melo de Resende e terceiro conselheiro, Adhir Ferreira.⁶⁸

Em conversas com o administrador e a zeladora do local, naquela ocasião, ouviu-se algumas queixas. A começar o fato de que as famílias dos ingleses ali sepultados não se comprometiam em doar uma quantidade significativa de préstimos capaz de atender a todas as necessidades para a conservação e manutenção do cemitério. Por outro lado, os governos estadual e municipal também parecem não estar muito preocupados com a boa conservação do local. Por fim, os próprios recifenses demonstrariam descaso para com o espaço. Naquele momento, em diversas partes do local, existiam placas pedindo contribuições financeiras das pessoas. Mais um recurso lançado mão pelo administrador para obter recursos diante da premência em realizar diversos reparos, entre os quais o do telhado da capela (ver Apêndice Z).

“A propriedade é da Coroa, o patrimônio é tombado pelo Estado, mas a manutenção do local é particular. Fica a custo de famílias de ingleses, descendentes e brasileiros cujos parentes foram ali enterrados”, explica o Sr. Esmeraldo Marinho. Segundo ele, o custo mensal do cemitério chega aproximadamente a... (não revelou o valor), referentes aos salários de dois empregados e outras despesas como o consumo de água e luz; levantados mensalmente com dificuldade. Lamentou que o cemitério, como patrimônio do Estado há muitos anos, deveria ter atenção especial do Governo. “A gente fica no escuro, sem nada. A única ajuda que recebemos é dos poucos parentes que pagam a manutenção. Ninguém se prontifica a ajudar em nada”, lamenta. Para ele, a situação dos túmulos e jazigos era até melhor antes do tombamento: “antes de se tornar patrimônio histórico, havia contribuição financeira do Consulado Britânico. Agora, contamos apenas com as doações esporádicas”.

“Em outro momento, continua o relato, chegamos a considerar em passar o cemitério para o domínio da Prefeitura ou do Estado, para ver se, assim, os seus problemas seriam solucionados, sanados”.

⁶⁸ Dados obtidos no site da Sociedade [<http://www.cemiteriodosingleses.com.br/>], no início do corrente ano (janeiro de 2016). Porém, atualmente (30/08/2016), encontra-se desativado.

Por último, ele revelou que estava esperançoso com a promessa obtida da Fundarpe, na pessoa de seu presidente, de um projeto de restauração para o cemitério. Com ele em mãos, acreditava que obteria de empresas e empresários os recursos necessários para efetivar o projeto.

De igual maneira, da Sra. Maria José Pereira da Silva, zeladora há mais de 20 anos do local juntamente com seu filho, ouviu-se lamento em relação à situação da necrópole. Afirmou que os mortos eram enterrados pelos parentes e, depois disso, ninguém aparecia mais. “Ninguém mais paga isso aqui. Há rachaduras, esquecimento, abandono. A manutenção não é feita pelos parentes aqui. Se você for olhar, tem cupim, parede rachada, tudo maltratado”, dizia ela. “Eu lamento não ter dinheiro, verba, pra botar cerca elétrica, ou então vigilante, pra tomar conta dos mortos; que nem os mortos tem sossego”.⁶⁹

É bem verdade que, nos últimos quarenta anos, algumas reformas foram-lhe feitas. Como, por exemplo, a que aconteceu em agosto de 1981, por exigência do Presidente venezuelano Luiz Herrera Campins, quando em visita ao Recife foi ao local depositar uma coroa de flores no túmulo do general Abreu e Lima (PARAÍSO, 1997, p. 36). Ou ainda para recepcionar o presidente venezuelano Hugo Chaves, em setembro de 2000, que foi ao local render homenagens ao general pernambucano Hugo Abreu, de quem era admirador. E nova reforma, em 2005, para receber nova visita do mesmo presidente venezuelano por ocasião de seu retorno ao Recife para a instalação de refinaria petrolífera (denominada Abreu e Lima) juntamente com o Presidente do Brasil à época, Luís Inácio Lula da Silva.⁷⁰ Tais “reformas”, feitas às pressas, foram motivadas por razões outras que não aquelas inerentes ao bem patrimonial em si mesmo.

⁶⁹ Tanto as informações do Sr. Esmeraldo Marinho quanto aquelas da Sra. Maria José foram obtidas em conversas com os mesmos, ao tempo da visita ao cemitério em julho de 2013, que se fez.

⁷⁰ Por ocasião dessa última visita, o presidente da Venezuela, Hugo Chaves, iniciou tratativas com autoridades pernambucanas na intenção de patrocinar um mausoléu para abrigar os restos mortais e à memória do general Abreu e Lima. O que acabou não ocorrendo. Cf. o registro da informação disponível em: <<http://noticias.recife.pe.gov.br/index.php?GrupoCodigo=15&UltAnt=18229&DatAnt=04/10/2005&GrupoCodigoMateria=15#UltAntApr>>. Acesso em: 15 ago. 2013. Para a primeira visita de Hugo Chaves ao Cemitério dos Ingleses do Recife, cf. a reportagem **No Recife fez um passeio misterioso**, disponível em: <https://www.ufpe.br/agencia/clipping/index.php?option=com_content&view=article&id=10703:cancel-triunfa-e-aos-58-anos-chavez-se-vai&catid=349&Itemid=122>. Acesso em: 15 ago. 2013.

Outra reforma, desta vez em promessa, foi estampada na edição do Jornal do Comércio, do Recife, de 02 de novembro de 2014.⁷¹ Assinada por Cleide Alves, a reportagem tinha como título: “Cemitério dos Ingleses passará por reformas”. Noticiava que a Fundarpe havia elaborado um projeto de restauração (na verdade, apenas propostas para recuperação da área, com tratamento paisagístico) com proposta de rebaixar o muro na fachada voltada para a Cruz Cabugá, e completar com gradil, para dar mais visibilidade à capela do cemitério e estimular a interação do cemitério com a rua. “Provavelmente, esse gradil existia no século XIX e perdeu-se quando o cemitério teve de ser recuado para o alargamento da avenida”, comentava um dos arquitetos responsáveis pelo projeto (ver apêndices AA a DD). O conserto dos túmulos avariados depende do interesse de cada família que tem parentes enterrados no local. Avaliada em R\$ 410 mil reais (à época), a obra contempla a restauração da igrejinha, dos passeios e dos muros, que correspondem às áreas comuns.

Pois bem: tal reforma não se efetivou. É bem verdade que, no início de 2016, ao se voltar ao cemitério, encontrou-se algumas pequenas melhorias realizadas – pintura do portão de entrada e dos muros de frente, nova cerca elétrica instalada, pintura da capela e consertos efetivados em suas paredes e telhados, placa indicativa do cemitério em sua entrada, –, que retiraram, em parte, o aspecto de abandono que antes lhe caracterizava (Apêndices EE e FF).

Contudo, muitos dos velhos problemas continuam. Um deles: a questão do seu acesso: é restrito, uma vez que se encontra permanente fechado. Exceto no “dia de finados”, para adentrá-lo, visita-lo, conhecê-lo, só nos momentos de inumação, que não chegam a dez por ano (seu uso primário não cessou ao ser tombado), ou com prévio agendamento de visitação junto à administração, ou ainda por contato com interposta pessoa que tenha familiar ali enterrado. E esse é mais um fator que o faz desconhecido, ignorado pela grande parte da população da cidade.

⁷¹Reportagem disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/11/02/cemiterio-dos-ingleses-passara-por-reformas-153925.php>. Acesso em: 02 jan. 2015.

Era e continua sendo notório o contraste entre a importância e cultuada reverência presente nos livros de Gilberto Freyre, Pereira da Costa, Rostand Paraíso e do próprio Gonsalves de Mello em relação ao *British Cemetery* e a sua conservação. Por isso, não é difícil entender por que centenas, milhares de pessoas passam pela sua frente diariamente, mas conhecer as suas origens e mesmo ter a curiosidade de entrar e fazer uma visita é algo difícil de acontecer, pelos motivos já declinados.

Como se já não bastasse a questão da morte e os adstringentes sentimentos que o fenômeno evoca, mesmo não sendo interdito para visitantes, o cemitério – um lugar que faz parte da história de Pernambuco e, por extensão, do próprio Brasil, como já se reiterou também ao longo deste texto - parece estar limitado a uma memória esquecida.

Nesse sentido, o cemitério está também esquecido, abandonado na e para a sociedade recifense e, de resto, para quem, porventura, o deseja conhecê-lo. Apesar de seu potencial atrativo (com todas as ressalvas que a temática da morte e suas conexões possam provocar nas pessoas), ele está inviabilizado para, entre outras possibilidades, o turismo, uma vez que não integra os roteiros desenvolvidos pelas agências desse setor. O que é de se lamentar. Visto não acompanhar uma tendência mundial e que já acontece em alguns cemitérios do país, como, por exemplo, o Cemitério do Bonfim em Belo Horizonte/MG.⁷²

Monumentos fazem parte do patrimônio cultural de um povo ou de uma nação ou, ainda, de uma comunidade. Eles servem como um elo entre presente e passado, dando um sentido de continuidade. A preservação/conservação do patrimônio pressupõe um projeto de construção do presente, e, por isso vale a pena na medida em que ele esteja vivo no

⁷² “O Cemitério do Bonfim, que já é considerado um roteiro turístico da cidade, com a nova ferramenta [app Cemitério do Bonfim] tem sua visita facilitada e melhor orientada. Com ela, os visitantes e interessados podem conhecer um pouco mais sobre a história e as características desse espaço que nasceu antes mesmo da construção de Belo Horizonte. Por meio de um mapa interativo do cemitério, a pessoa pode obter informações sobre a época, a técnica utilizada e os artistas que construíram túmulos de algumas personalidades históricas, políticas e religiosas ali enterradas. Além disso, o aplicativo para celular com sistema operacional Android contém a localização de todas as quadras do cemitério e indicação e curiosidades dos túmulos mais visitados.” Cf. a reportagem **PBH cria ferramentas para facilitar acesso e aproximar cidadãos dos parques**. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/contents.do?evento=conteudo&idConteudo=134307&chPlc=134307>> Acesso em: 13 mai. 2016.

presente, vivo para que as pessoas que o cercam possam de algum modo usufruir dele.

O patrimônio cultural, as cidades e os monumentos históricos passaram a ocupar lugar de destaque na vida cotidiana e na economia da sociedade moderna. O Estado participa ativamente deste movimento da valorização porque a ele cabe, na maioria das vezes, a decisão sobre o que será preservado através das ações de tombamento conduzidas em nível federal, estadual ou municipal. Porém, como adverte Silvana Rubino, estudiosa do assunto patrimônio,

Não é jamais por um mero valor intrínseco que um bem é preservado, mas por um valor que lhe é atribuído. Não é um discurso da sociedade, mas para ela e que revela os pensamentos do grupo que classificou, inventou e inventariou os bens (RUBINO⁷³ apud MARIUZZO, 2004).

Essa advertência se coaduna com a compreensão da necessidade de buscar e desvelar a percepção dos valores atribuídos ao bem patrimonial pesquisado. É o que virá em sequência a partir da exposição dos procedimentos metodológicos aplicados às atividades de campo.

⁷³ RUBINO, Silvana. Não informado o local de onde a citação foi retirada.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Neste capítulo, a conformação metodológica da pesquisa e os procedimentos aplicados para sua efetivação serão abordados. A técnica de pesquisa adotada no trabalho de campo, os sujeitos pesquisados, os dados obtidos e a respectiva análise dos mesmos serão aspectos em análise.

4.1 Da teoria ao campo de pesquisa

4.1.1 O método

Em busca de atingir seu objetivo e encontrar respostas às questões de pesquisa, a investigação se fundamentou em uma abordagem compreensiva que enfatiza as manifestações da vida social dos sujeitos e suas percepções sobre o vivido. Portanto, esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, explicativa, de delineamento tipo estudo de caso único tendo em vista que o fenômeno a ser investigado é quem dita o método mais adequado a ser empregado: se qualitativo ou quantitativo (HAGUETTE, 2003).

Em defesa dessa decisão, argumente-se que a pesquisa qualitativa é compreendida como aquela que “usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção de construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes” (FLICK, 2009, p. 16). Ela não só responde a questões particulares de um dado fenômeno, como, além disto, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004a).

A pesquisa, em sua modalidade explicativa, significa e objetiva tornar algo inteligível, esclarecendo quais aspectos contribuem para a ocorrência de determinado fenômeno. É o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas (GIL, 2010).

Quanto ao delineamento, o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento” (GIL, 2010, p. 37). É do tipo único, “por referir-se a um fenômeno e uma organização” (GIL, 2010, p. 118). A nossa unidade de estudo (unidade-caso) foi, como já se disse, o Cemitério dos Ingleses.

Yin (2010), por sua vez, considera que o estudo de caso não é um método, mais uma estratégia de pesquisa abrangente, que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, enfrentando uma situação particular. Também considera que os estudos de caso podem ser únicos ou múltiplos com matizações em cada tipo (YIN, 2010). Os designados por únicos apresentam a seguinte diversidade: caso decisivo; caso raro ou extremo; caso representativo ou típico; caso revelador; caso longitudinal. Caso decisivo é aquele que testaria uma teoria bem formulada. O caso raro ou extremo, aquele que pela raridade, justifica sua escolha. O caso representativo ou típico tem por objetivo captar as circunstâncias e condições comuns, e as lições aprendidas com tais casos podem fornecer importantes informações sobre as experiências das pessoas ou instituições estudadas. Caso revelador representa a oportunidade de observação de um fenômeno até então inacessível à investigação científica. Por fim, o caso longitudinal, no qual o mesmo caso único é estudado em dois ou mais pontos diferentes no tempo.

Esta pesquisa se enquadra no caso representativo, ou típico, pois, considera-se que, a partir da análise do *British Cemetery*, aspectos serão aprendidos sobre a valoração do bem patrimonial e sua importância para a conservação. Em vista disso, coleta e a análise dos dados ocorreram em sintonia ao método da pesquisa, como um desdobramento natural e de acordo com a orientação estabelecida em Gil (2009) e Yin (2010), entre outros.

4.1.2 Procedimentos

No que toca aos procedimentos metodológicos adotados para gerar informações do caso em estudo e, concomitantemente, encontrar respostas às questões de pesquisa formuladas, à luz das teorias de valor e da conservação contemporânea, foram: o levantamento (que se designou como) bibliodocumental (um *mix* de pesquisa bibliográfica e pesquisa documental), mais

entrevistas dos sujeitos inter-relacionados ao bem patrimonial, e a subsequente análise dos dados.

O procedimento adotado de levantamento biblio-documental se baseou em Tozoni-Reis (2007), que ensina, com relação à pesquisa bibliográfica, que ela não está presente em todas as modalidades de pesquisa. A pesquisa bibliográfica tem como principal característica o fato de que o campo onde será feita a coleta de dados é a própria “bibliografia” sobre o tema ou o objeto que se pretende investigar. Na pesquisa bibliográfica, vão-se buscar nos autores e obras selecionadas os dados para a produção do conhecimento pretendido.

Quanto à pesquisa documental, a autora instrui que este tipo de pesquisa tem como principal característica o fato de que a “fonte dos dados”, o campo onde se procederá a coleta de dados, é um “documento” (histórico, institucional, associativo, oficial, etc.).

Nesse âmbito, está enquadrado o levantamento de informações em fontes primárias e secundárias sobre a origem, formação, contexto, significação, em suma, a história do cemitério, bem como sobre a sua institucionalização e a sua significância valorativa à época dessa ação. Isso tudo está representado nos livros, artigos, jornais, sites de internet, Leis, Decretos, o processo de tombamento, etc., os quais foram pesquisados, compulsados e instruíram as discussões declinadas nos capítulos anteriores.

Para o levantamento das fontes primárias e secundárias, foram percorridos alguns acervos no Estado de Pernambuco, destacados a seguir:

- a) Arquivo e biblioteca da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE);
- b) Biblioteca Central Blanche Knopf – Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ);
- c) Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- d) Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco (IHGP);
- e) Arquivo da Igreja Anglicana do Recife.

Ciente de que os sujeitos envolvidos na conservação de um bem patrimonial pertencem a uma amplitude de categorias e, ao mesmo tempo, premido por restrições quanto ao tempo, deslocamentos, recursos humanos e financeiros, não se teve a possibilidade de realizar um levantamento de campo de grande proporção. A providência que se tomou foi, nessa etapa, obter dados, informações, através de sujeitos que representassem grupos ligados,

por algum nexo, ao cemitério e às questões patrimoniais. Esses grupos foram assim nomeados pelo pesquisador: a) “familiares” (de inumados no cemitério); b) “moradores do entorno” (Rua Maciel Monteiro); c) “agentes do patrimônio” (vinculados à questão do patrimônio, seja através de estudo seja através de trabalho, ou mesmo de ambos). Chegou-se a um universo relativamente expressivo de possíveis entrevistados (25 sujeitos relacionados aos três grupos) pela técnica designada *snowball sampling* (“bola de neve”).⁷⁴ Todos foram contatados por e-mail e telefone. Efetivamente, contudo, somente onze sujeitos foram entrevistados em decorrência de indisponibilidades de vários, por óbices de natureza diversa, mesmo após terem confirmado participação e agendarem data, e pela escassez de tempo para um novo agendamento.

Com as entrevistas, pretendia-se combiná-las à técnica denominada de “mapa mental”, pela possibilidade de convergência dos seus resultados para a análise. Um exemplo dessa combinação é o estudo de Vargas (2011) sobre o Mercado Central de Porto Alegre. Ao observar os diferentes grupos sociais que mantinham relações sociais e econômicas com o Mercado, ele faz uso da técnica de mapa mental mais as entrevistas para entender os valores atribuídos ao Mercado como uma das formas de criar embasamento teórico para o processo de restauro daquela edificação.

Os mapas mentais⁷⁵ representam como determinado lugar é vivido e compreendido pelos sujeitos. Eles estão relacionados às características do mundo real, ou seja, não são construções imaginárias, de lugares imaginários, mas são construídos por sujeitos históricos reais, reproduzindo lugares reais vividos, produzidos e construídos materialmente (KOZEL & NOGUEIRA, 1999). Consistem em recursos gráficos que substituem o processo convencional de anotações sob a forma de listagem. Um bom Mapa Mental mostra a “fotografia” do assunto, evidencia a importância relativa das informações ou conceitos

⁷⁴ Trata-se de uma técnica de amostragem não probabilística onde os indivíduos selecionados para serem estudados convidam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos. O nome de “bola de neve” provém justamente dessa ideia: o modo que uma bola de neve, ao rolar ladeira a baixo, aumenta cada vez mais seu tamanho. O mesmo ocorre com essa técnica amostral: ela vai crescendo à medida que os indivíduos selecionados convidam novos participantes. Essa técnica é examinada em profundidade em Biernacki & Waldorf (1981).

⁷⁵ Há um consenso no sentido de que o estudo de Kevin Lynch (2011), A imagem da cidade, uma pesquisa sobre as cidades de Boston, Jersey City e Los Angeles, três cidades norte-americanas, foi a primeira pesquisa a utilizar o instrumento do mapa mental. O referido estudo revela como os habitantes representavam mentalmente sua cidade.

relacionados ao tema central e suas associações” (ARCHELA et al, 2004). Entretanto, pelas dificuldades já mencionadas, além de perceber certa resistência dos entrevistados em transformar em desenho seu imaginário, deixou-se de lado a sua utilização.

A entrevista é, sabe-se de modo geral, uma modalidade de interação entre duas ou mais pessoas; uma conversação dirigida a um propósito definido que não é a satisfação da conversação em si - pois esta última é mantida pelo próprio prazer de estabelecer contato sem ter o objetivo final de trocar informações (HAGUETE, 2003; LODI, 1991). Dito de outro modo, a entrevista é uma forma de interação social que valoriza o uso da palavra, símbolo e signo privilegiados das relações humanas, por meio da qual os atores sociais constroem e procuram dar sentido à realidade que os cerca (FLICK, 2004; JOVCHELOVITCH & BAUER, 2004).

Na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, a entrevista permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. Deste modo,

a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante. Ao contrário, quando o foco de investigação é o comportamento humano, ou seja, a forma como as pessoas agem no cotidiano e não somente falam sobre ele, existem outras técnicas, tais como a observação participante e a observação sistemática que permitem melhor atender a estes objetivos (FRASER & GONDIM, 2004, p. 140).

E, dentre as variantes,⁷⁶ a entrevista “por pautas”, como instrumento de apreensão dos dados, foi utilizada por ser exequível nas circunstâncias do momento de recolha das informações e em deferência às recomendações de Gil (2009, p. 64):

⁷⁶ Segundo Gil (2009, p. 63-64), as diferentes modalidades de entrevista são: estruturadas, abertas, guiadas, por pautas, informais.

As entrevistas por pautas orientam-se por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. O entrevistador faz poucas perguntas diretas e deixa o entrevistado falar livremente, à medida que se refere às pautas assinaladas. Mas, à medida que vai se afastando da pauta, o entrevistador vai intervindo de maneira sutil, dando prosseguimento à entrevista.

Esse tipo de entrevista é considerado como prática discursiva; como “ação (interação) situada e contextualizada, por meio da qual se produzem sentidos e se constroem versões da realidade” (PINHEIRO, 2000, p. 184).

4.1.2.1 Operacionalização

De posse dos nomes e endereços, após agendamento, passou-se a aplicar a técnica de entrevista por pautas com base em um roteiro (ver apêndice GG). As entrevistas foram individuais, gravadas em áudio (aparelho MP4) e transcritas posteriormente. O local escolhido para as gravações foi o próprio ambiente (de trabalho e/ou residência) indicado por cada sujeito. A duração média de cada entrevista foi de cinquenta minutos. Antes de qualquer procedimento explicava-se ao entrevistado que a sua colaboração era importante para a construção de um trabalho acadêmico que visava estudar e esclarecer algumas questões com relação ao Cemitério dos Ingleses; mas que seria preservado o sigilo sobre o informante. Portanto, poderia ficar à vontade para argumentar sobre os temas que seriam colocados. Por isso, ressalte-se, a identidade dos entrevistados, para este trabalho, não será revelada. Quando for necessário, vai-se identificá-los como Entrevistado 1, 2, 3, e assim por diante, considerando o grupo examinado.

Do grupo total de entrevistados, os subgrupos apresentaram certos traços de caracterização. O subgrupo “moradores do entorno” (Rua Maciel Monteiro) ficou constituído por quatro (4) sujeitos acima de cinquenta e nove (55) anos de idade. Dentre esses, o morador mais recente residia naquela rua há 28 anos, outros dois há 30 anos, e o último ali morava há mais de 40 anos. Dois são comerciantes no Mercado Público de Santo Amaro; o terceiro é taxista; o quarto, bancário aposentado. Em potencial, testemunhas de vários momentos da condição física do cemitério (Entrevistados 1, 2, 3, e 4).

Compunha-se o subgrupo dos “familiares”, em quantitativo de quatro, por um sujeito de 22 anos (Entrevistado 5, estudante de Direito) e os demais acima de 40 anos (Entrevistados 6 (médico cardiologista), 7 (administrador de empresa), 8 (empresário da construção civil). A principal característica deste grupo era o fato de possuir laços de tradição e afetividade com o cemitério.

Finalmente, composto por três integrantes, o subgrupo “agentes de patrimônio”, caracterizado por sujeitos acima de 35 anos de idade; tem um funcionário da Fundarpe (Entrevistado 9), outro empregado de museu (Entrevistado 10), e o terceiro graduado em Turismo e com experiência de trabalho na Secretaria de Turismo do Recife (Entrevistado 11). Desse modo, a principal característica desse grupo era a relação profissional com a questão do patrimônio (Figura 24).

CATEGORIA	DESCRIÇÃO	IDENTIFICAÇÃO	FAIXA ETÁRIA	ESCOLARIDADE
Moradores do entorno	Sujeitos moradores próximos ao cemitério.	Entrevistados n. 1 a 4	Acima de 50 anos	Médio incompleto (3) Superior completo (1)
Familiares	Sujeitos ligados ao cemitério por laços de familiaridade.	Entrevistados n. 5 a 8	Acima de 40 anos 22 anos (1)	Superior completo (3) Superior incompleto (1)
Agentes do patrimônio	Sujeitos vinculados à questão do patrimônio através de estudo, trabalho, ou ambos.	Entrevistados n. 9 a 11	Acima de 35 anos	Superior completo

Figura 24 – Quadro com características dos entrevistados.

As informações foram obtidas no período de um mês e meio (abril e maio de 2016).

4.1.2.2 Exposição das informações

Com base no roteiro de pautas, as entrevistas foram realizadas. A síntese dos resultados obtidos será apresentada na sequência.

4.1.2.2.1 Agentes do patrimônio

O subgrupo dos “agentes do patrimônio”, quando indagado sobre a importância e a representatividade do cemitério, os componentes se referiram

convergentemente à edificação como “responsável por uma parte da memória e história de Pernambuco”. Um deles percebe o lugar como “rico de possibilidades para o turismo na cidade” (Entrevistado 11), e outro como “a memória do poder econômico-político de uma nação juntos em um mesmo local. Trata-se de um patrimônio histórico importante que pertence a todos” (Entrevistado 9). Os Entrevistados 10 e 11 pontuaram também como “uma construção de caráter religioso, simbólico, artístico que merece respeito. E sua manutenção e dos que ali estão é uma necessidade”.

Questionados sobre o conhecimento que possuíam da origem e história da edificação, o Entrevistado 9 disse:

Sei, por ter lido o seu processo de tombamento, que é o primeiro cemitério de Pernambuco edificado fora dos domínios da Igreja Católica, no início do século XIX. Inicialmente destinado aos britânicos, sobretudo os ingleses, recebeu também corpos de pessoas de várias nacionalidades.

O Entrevistado 10 declarou: “O que sei de sua história é o que eu já vi, pela televisão, e li, pelos jornais. Quase não há divulgação sobre ele... É um cemitério ligado à colônia inglesa da cidade... Pelo menos é como é chamado.” O terceiro componente (Entrevistado 11) diz:

Não sei quase nada sobre a história do cemitério. A não ser que é um cemitério muito antigo, particular, ligado aos ingleses protestantes, e que dá a impressão que está desativado. Todas as vezes que passo pela Cruz Cabugá só vejo ele fechado.

Sobre a situação física do cemitério, todos os três entrevistados demonstraram preocupação, por entenderem que a construção está mal cuidada: “o cemitério e seus mortos não merecem ficarem desse jeito” (Entrevistado 9); “Tem ar de abandono, muito degradado, pena que não seja cuidado” (Entrevistado 10); “É lamentável o estado em que se encontra por falta de atenção do governo ou da coroa britânica” (Entrevistado 11)

Convidado a se manifestar em relação à condição de patrimônio do cemitério, suscita em cada um a necessidade de comentar sobre o sentido de Patrimônio, primeiramente. Assim, para o Entrevistado 9,

Toda construção que venha a caracterizar uma época, um estilo, um grupo, é uma concentração de costumes e cultura de fazer. Isso vem a ser Patrimônio. Então o ser humano faz a cultura. O que temos que perceber é a questão da classificação e valorização dos costumes: é importante perceber a representatividade daquela coisa na sociedade que a constrói. O cemitério é patrimônio também, embora, como se vê, não é tratado como tal. Como de resto, tantos outros monumentos na cidade.

O Entrevistado 10 compreende patrimônio como “tudo aquilo que a população, comunidade ou grupo cultural considera e constrói como patrimônio. Então, só ter o título não significa nada; se, na prática, não é tratado como tal”.

O Entrevistado 11 argumenta: “Hoje, com esse conceito amplo de cultura, tudo é patrimonializável, basta construir um discurso”.

Todos concordaram em considerar importante que o cemitério já seja patrimônio do Estado. E acham que, por isso, tem que haver recurso para garantir sua sobrevivência.

Com respeito ao seu potencial atrativo, admitem que “o Cemitério dos Ingleses precisa escancarar seu portão e abrir-se, de fato, à visitação pública. Algumas peculiaridades daquele campo santo muito interessariam a genealogistas e historiadores, educadores...” (Entrevistado 10). “Uma grande quantidade de túmulos dos primeiros tempos trazem, em suas lápides, microbiografias do morto. Elas contribuem para o conhecimento da história dos ingleses em Pernambuco” (Entrevistado 9). O Entrevistado 11:

Pela sua singularidade, ser protestante e dos ingleses, e fácil localização, ele tem tudo para se tornar um ponto de atração turística. Para isso, necessita de segurança, serviço de jardinagem, guias, registro de visitantes... essas coisas que se observam, por exemplo, no cemitério de Santo Amaro. Seu interesse não é somente da colônia inglesa e dos turistas de nacionalidade britânica.

4.1.2.2 Familiares

O subgrupo dos “familiares” apresentou certa uniformidade nas respostas de seus integrantes, haja vista a ligação dos mesmos com o objeto patrimonial ser mais direta e íntima.

Quando discorreram sobre a importância e a representatividade do cemitério, os aspectos memorial e histórico são enfatizados e reiterados assim como já aparecera nos depoimentos do subgrupo anterior.

Para o Entrevistado 7,

O cemitério é um dos poucos remanescentes desse tipo de construção ainda de pé no país. É um cemitério histórico, importante, se tratando do primeiro cemitério da cidade do Recife e do Estado de Pernambuco. Comporta túmulos de pessoas de diversas nacionalidades, inclusive de brasileiros; porém, inicialmente, de muitos engenheiros ingleses que vieram para Pernambuco construir usinas e ferrovias. Então, nele está também a memória do passado pernambucano e brasileiro. E, obviamente, pelos parentes que tenho ali inumados.

Já o Entrevistado 8 assim se expressou: “Para mim, o cemitério é importante não somente pela memória, pela história que ele contém; mas, principalmente, porque nele estão enterrados pessoas significativas para mim: meus pais e avós. E eu pretendo ser enterrados juntos a eles, ali.”

O Entrevistado 6 expôs:

Infelizmente, é um lugar que muitos recifenses não conhecem; não só de visita como a sua própria localização. Faz parte da história dos pernambucanos, e parece um lugar limitado a uma memória esquecida. É uma instituição, como várias outras, que ficaram como testemunhas da presença, influência e contribuição que os ingleses deram ao nosso país. Daí sua importância.

O Entrevistado 5 emitiu a seguinte avaliação:

Acho importante... É um espaço de devoção e reencontro, ainda que em pensamento, das pessoas e seus parentes que já faleceram e ali estão enterrados. Além disso, tenho consideração pelo lugar porque os meus avós foram sepultados lá.

Quanto à origem e história do cemitério, os componentes do subgrupo demonstraram conhecimento aprofundado, visto que o Entrevistado 6, por exemplo, escreveu um livro sobre os ingleses em Pernambuco, no qual o cemitério foi contemplado. Os outros mencionaram a leitura do livro de Mello (1972), que faz uma tentativa de historiar os ingleses em Pernambuco, inclusos o cemitério e seus inumados.

Indagados sobre a situação conservacional da edificação, o Entrevistado 8 considerou:

O cemitério tem problemas seríssimos de manutenção e conservação. A situação dele é precária. Não merece passar pelas dificuldades que passa. Com o tombamento pelo Estado, e a retirada do apoio financeiro da coroa britânica, ele é mantido por particulares (a colônia inglesa na cidade e parentes diretos ou indiretos desses, brasileiros ou de outras nacionalidades), com contribuição mensal ou anual. Cada família cuidando de seu(s) túmulo(s). Acontece que não são suficientes os que são assíduos e regulares na contribuição. A minha família é uma das poucas que mantém a contribuição em dia. Colaboramos há mais de dez anos; quem começou foi minha mãe, que faleceu há cinco anos. A nossa última contribuição foi destinada à Capela (o telhado estava sujeito a desmoronar). E a tendência é ficar cada vez mais difícil a situação, uma vez que grande parte das pessoas enterradas lá não tem mais parentes aqui no Recife. Há muita gente fora da cidade e do Estado, e, por isso, as doações não são muitas e insuficientes para a manutenção.

A situação de física do cemitério é grave e preocupante, comenta o Entrevistado 7, pelo seguinte:

Sem a colaboração do poder público e apenas com as doações de pessoas com familiares enterrados no local é pago o consumo de água e luz, mais os salários de dois empregados. A situação, em certos momentos e épocas, é tão séria que já se pensou em passar a gestão do cemitério para a Prefeitura da Cidade do Recife. Pois, além da falta de manutenção regular, ainda há o risco de vandalismo e furto de material nobre dos túmulos, como já ocorreu.

Observou o Entrevistado 6:

É uma pena que, por um conjunto de circunstâncias, o cemitério esteja relegado a um quase abandono por parte de nossas autoridades. O abandono e a degradação cotidiana do cemitério são lamentáveis. Essas pessoas que trabalharam aqui... tiveram as suas famílias aqui... colocaram raízes aqui... Devemos permitir que essas pessoas fiquem enterradas com dignidade, em um lugar que é bem cuidado, conservado...

“A minha família, procuramos contribuir dentro de nossas possibilidades e manter o túmulo da família conservado e limpo” (Entrevistado 5).

Com relação à condição de patrimônio, ela é vista como

um reconhecimento à edificação e aos ingleses; ela trouxe também problemas. Antes de se tornar patrimônio histórico, havia contribuição financeira do Consulado Britânico. Agora, contamos apenas com as doações (esporádicas, algumas vezes) das pessoas. A gente fica no escuro, sem nada. A única ajuda que recebemos é dos poucos

parentes que pagam a sua manutenção. Ninguém se prontifica a ajudar em nada (Entrevistado 7).

O tombamento seguiu um movimento mundial de reconhecimento e valorização desses espaços, desses lugares, a exemplo do que aconteceu em cidades europeias como Paris, Londres, Roma, Lisboa e outras... E mesmo cidades no Brasil, como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio de Janeiro... É preciso proteger esses locais onde repousam os corpos de pessoas que vieram de longe para contribuir na construção de nosso país. Isso, de tomar o cemitério foi importante (Entrevistado 6).

“Foi importante como ato simbólico. Mas não se traduziu em efetiva proteção e cuidado para com o local” (Entrevistado 7).

“Eu sei disso, porque existe uma placa, na parede da capela, indicando o tombamento. Mas não saberia dizer em que isso significou de bom para o cemitério” (Entrevistado 5).

Quando solicitados a externarem seus pensamentos sobre o potencial atrativo do local, os entrevistados se expressaram nos temas abaixo:

Um turista seria atraído a Recife unicamente para conhecer um cemitério? Ora, cemitérios se encontram em todas as cidades. Mas, se cada cemitério é um cemitério, talvez pelo aspecto cultural (anglicano, inglês...) pode ser um lugar atrativo sim (Entrevistado 5).

Um cemitério acaba sendo, de algum modo, um museu a céu aberto, não é mesmo? Os traços artísticos que se encontram nos túmulos acabam sendo a fonte principal. Essa arte acaba acompanhando cada estilo de época, de região e de sociedade. Ela não costuma sonegar a espiritualidade do meio em que ocorre e é por meio dela que poderemos entender as estruturas sociais e culturais dos meios. No Cemitério dos Ingleses se encontra tudo isso que eu falei (Entrevistado 6).

O cemitério dos ingleses é um lugar muito calmo, de muita paz... Poucos enterramentos acontecem durante o ano. De modo que, se alguém vier conhecê-lo, visitá-lo, vai encontrar uma maravilhosa riqueza histórica e cultural. Agora, do jeito que está não dá. É preciso recuperá-lo materialmente. Sem recursos, não se pode fazer nada (Entrevistado 7).

É um cemitério cheio de possibilidades a serem exploradas e divulgadas. Ele é diferente de todos os outros que existem na cidade. A sua origem e história já revelam isso. Além do quê, só em conhecer o túmulo-mausoléu do general Abreu e Lima já compensa a visita. A sua biografia é de um herói. Não se pode deixá-la no esquecimento. É só ver a atitude que outros cemitérios, de outros países, espalhados pelo mundo inteiro, tem para com seus cemitérios que contém personalidades enterradas neles. Seria muito bom para a cidade e para o próprio cemitério se houvesse esse tipo de movimentação (Entrevistado 8).

4.1.2.2.3 Moradores do entorno

No subgrupo “moradores do entorno”, quando questionados sobre como avaliavam a importância e a representatividade do Cemitério dos Ingleses, dois dos quatro entrevistados, destacaram “ser um lugar merecedor de respeito e reverência, né?, por servir de repouso aos mortos” (Entrevistado 1). “Lugar sagrado” (Entrevistado 2). “Sei, já me disseram, que foi o primeiro cemitério da cidade. Nem o de Santo Amaro, que é maior e tem mais gente rica enterrada lá, é mais importante. Ele é o primeiro. E um cemitério é sempre um lugar religioso” (Entrevistado 3). Para o Entrevistado 4, “ele representa a história da cidade num determinado momento. E também nos faz pensar sobre toda a vida. Por isso é importante”.

Para os componentes do subgrupo os fatos sobre a origem e a história da edificação nunca foram motivos de curiosidade em descobrir. “A única coisa que sei é que pertence aos ingleses desde o Brasil Colônia. Daí o seu nome” (Entrevistado 1). “Nunca li nada a respeito sobre isso” (Entrevistado 2). “Eu nasci e me criei aqui no bairro de Santo Amaro, e me habituei a ver o cemitério ali... Nunca precisei saber da história dele; por que ele está ali. Pra mim, o importante é o ‘pra quê’ ele está ali: para receber e guardar os mortos, não é isso?” (Entrevistado 4). “Eu sei o que todo mundo sabe: é um cemitério de estrangeiro” (Entrevistado 3).

Sobre a situação física da edificação, o Entrevistado 4, que reside no bairro há mais de 40 anos, informou:

Desde que eu me entendo, e estou aqui no bairro, vi o cemitério passar por momentos de descaso, de abandono e outros menos. E isto visto pelo lado de fora. Por que, nas poucas vezes em que estive lá dentro, na ocasião, vi muitos túmulos descuidados, mato crescendo, um aspecto não muito bom. E é uma pena vê-lo assim, principalmente quando penso no outro cemitério aqui do bairro e faço a comparação. Anos atrás, houve até umas reportagens nos jornais diários reclamando da condição do cemitério. Mas, parece que nada foi feito.

Todos os outros entrevistados falaram no mesmo sentido: sobre a má condição, o aspecto de abandono que, quase sempre, o cemitério apresenta. Além do fato de ficar permanentemente fechado. “Quando eu vejo o portão do cemitério aberto, penso: deve ter morrido alguém” (Entrevistado 3). “Na época

de 'finados', é quando se vê alguma movimentação no cemitério. Passado isso, o cemitério parece que não existe" (Entrevistado 1).

Com relação à questão do cemitério como patrimônio do Estado, os Entrevistados 1, 2 e 3 disseram que não entendiam muito bem do assunto; por isso, não teriam comentários a fazer. Já o Entrevistado 4, pontuou:

Quando um prédio, uma construção, um lugar é tombado pelo governo, até aonde eu sei, significa proteção, algum tipo de benefício para o alvo do tombamento; significa reconhecer que aquele imóvel é importante para a história, ou qualquer outro aspecto, da cidade, do Estado, do lugar... Se o cemitério, se ele foi tombado é porque é importante, tem valor... Mas, sabe, eu nunca vi a atuação de nenhum órgão do governo, prefeitura, nada, produzindo qualquer mudança, qualquer melhoria no cemitério.

Quanto ao atrativo ou aos atrativos do cemitério, o Entrevistado 4 acredita ser

o próprio lugar... sua história ligada aos ingleses... à história do Brasil... os seus túmulos... isso tudo é interessante; poderia servir para atrair visitantes. E se muitos visitassem, tenho certeza que se incrementaria a manutenção e qualidade do local. É só observar o que ocorre com o outro cemitério do bairro (o Cemitério de Santo Amaro). Sempre está aberto e sempre tem gente lá dentro, andando, fotografando, conhecendo os túmulos.

O Entrevistado 1 observou que "o cemitério, mal cuidado, nada tem para atrair; pelo contrário, mete medo. Cemitério já lembra morte, já amedronta as pessoas, imagina com jeito de abandono?"

"Do jeito que está, não serve para nada", considera o Entrevistado 2.

O Entrevistado 3, assim como fizera o Entrevistado 4, mencionou que o Cemitério de Santo Amaro é um bom exemplo de "lugar de movimentação de pessoas, de turistas, que o Cemitério dos Ingleses poderia seguir o exemplo. Só tem que estar aberto, arrumadinho, bonitinho... senão, o visitante vem uma vez e não volta nunca mais. Vai embora falando mal."

4.2 Do campo de pesquisa aos resultados

As informações obtidas e expostas em recortes possibilitam, com a devida cautela, analisá-las com vista ao objetivo que se buscou.

4.2.1 Análise

Examinando-se os argumentos dos entrevistados, com relação às pautas que lhes foram apresentadas, e após submetê-los à codificação e categorização temático-comparativa conforme sugere Gibbs (2009, p. 80-84; 60-72),⁷⁷ chegou-se a uma (similitude) de matriz (Figura 25), na qual estão sinalizados os valores que emergem das relações entre sujeitos e temas conexos ao bem patrimonial.

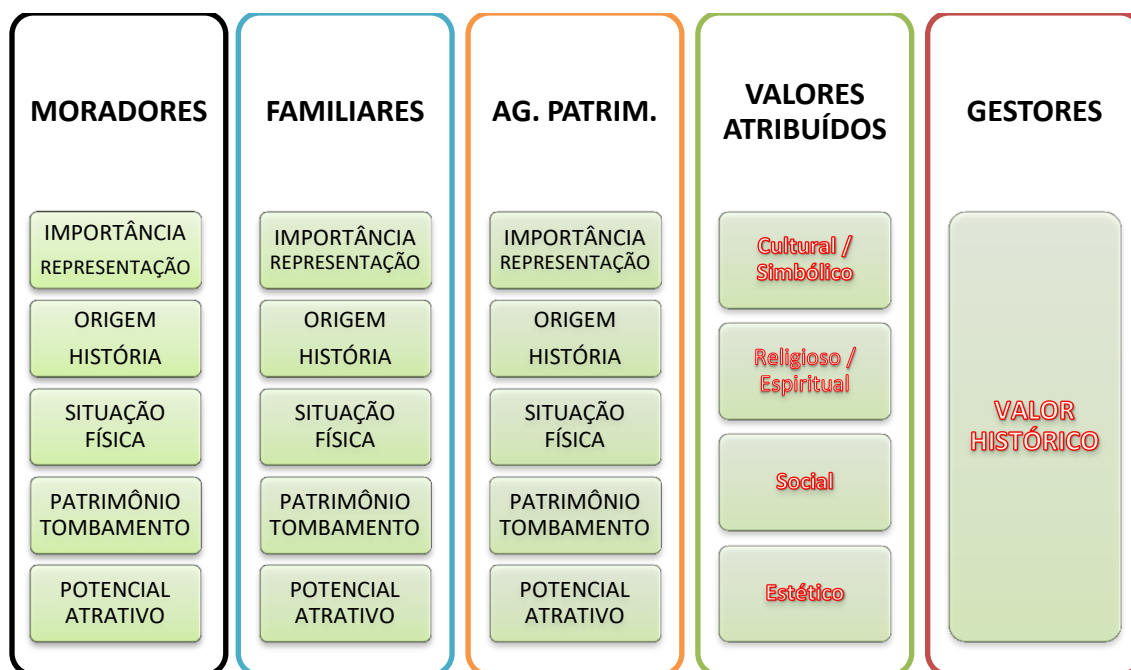


FIGURA 25 – Quadro com os valores atribuídos pelos sujeitos ao bem patrimonial.

Os valores mais percebidos/evidenciados pelos sujeitos que se inter-relacionam com o bem patrimonial (valores considerados existentes ou em potencial) podem ser cotejados a partir das tipologias apresentadas no referencial teórico, tendo o foco nas considerações de Mason (2002), posto que sua construção tipológica serve como um guia para a efetiva caracterização do patrimônio e também para a aproximação entre os diferentes sujeitos e

⁷⁷ A codificação e categorização temático-comparativa está baseada em conceitos: “As categorias ou conceitos que os códigos representam podem vir da literatura de pesquisa, de estudos anteriores, de tópicos no roteiro da entrevista, de percepções sobre o que está acontecendo e assim por diante” (GIBBS, 2009, p. 67).

canalização de seus esforços no processo de conservação, procura contemplar as outras tipologias (anteriores e contemporâneas a sua).

O valor histórico do cemitério aparece recorrente, ou de forma explícita ou de forma menos explícita. Em todos os depoimentos dos três subgrupos, reconhecido foi esse aspecto do bem patrimonial. Pelo menos, algum integrante de cada subgrupo fez menção a ele.

Esse valor também aparece declarado no processo de tombamento do Cemitério dos Ingleses como uma razão para a patrimonialização da edificação; ou seja, também os Gestores o reconhecem ou o reconheceram naquele momento.

O valor histórico, no entendimento de Mason (2002), é aquele que transmite uma relação do bem com o passado. Ele pode advir desde a idade do material que constitui o bem patrimonial, da associação do mesmo com pessoas ou eventos, até da sua raridade e/ou singularidade, bem como do seu potencial como documento.

Enquanto revelação de uma época, de seus modos de vida, do tempo decorrido desde a sua edificação, o valor histórico de um bem importa, já que representa etapas particularmente marcantes da evolução das atividades humanas; mas cuja atribuição de valor, segundo Riegl (2013), é determinada pelas preferências atuais de quem atribui. Isso significa reconhecer, ao bem ao qual o valor é atribuído, a sua existência enquanto criação singular de uma dada sociedade, em uma determinada época. Ele se sustenta na capacidade que o bem patrimonial tem de transmitir, personificar ou estimular uma relação ou reação ao passado.

Outro valor que se pode extrair dos depoimentos é referente ao valor cultural/simbólico atribuído ao cemitério.

O valor cultural e o valor simbólico estão imbricados nos bens patrimoniais, segundo Lacerda (2012), pelo motivo de que, se o valor histórico remete àquilo que foi e não é mais, aquilo que jamais pode ser reproduzido, ele diz respeito obrigatoriamente ao passado culturalmente construído.

Se o passado é culturalmente construído, o valor histórico, por si só, está impregnado de **valor cultural**, na medida em que reforça a identidade social. Ora, é a consciência do passado que permite criar uma identidade comum entre este, o presente e o futuro.
(...)

Sendo os bens patrimoniais reconhecidos pelos seus valores culturais, eles são plenos de **valores simbólicos**. É importante esclarecer que o simbólico pressupõe uma competência imaginária que se exprime por uma capacidade de ver as coisas tais como elas não são, de vê-las diferentemente do que elas são (LACERDA, 2012, p. 47-48 – destaques da autora).

Nesse aspecto, Mason (2002) admite a impossibilidade de Patrimônio (bem patrimonial) sem o valor cultural, uma vez que se refere a significados compartilhados associados ao patrimônio que não são estritamente históricos, como as ideias, materiais, hábitos e tradições passados ao longo do tempo entre as gerações.

O valor social também se depreende dos comentários produzidos pelos sujeitos entrevistados, haja vista que esse valor, segundo Mason (2002), emana das conexões sociais, redes e outras relações que incluem o uso do espaço para celebrações, feiras, jogos, atividades que não estão ligadas diretamente ao valor histórico do sítio, mas ao local público, às qualidades do local compartilhado. Também trata do vínculo ao lugar do valor patrimonial. Este vínculo diz respeito à coesão social, à identidade da comunidade (famílias, grupos de vizinhança, grupos étnicos) e a outras sensações de afiliação que grupos sociais têm para com o sítio, como território ao qual se atribui uma noção de lar.

O valor religioso ou espiritual do cemitério também aparece nos argumentos dos informantes na conformação valorativa de Mason (2002), na qual esses valores emanam das crenças e ensinamentos de uma religião organizada, mas também pode ser proveniente de experiências seculares de adoração ou fé; podem ser provocados ao visitar lugares patrimoniais, sítios históricos imbuídos de significados religiosos ou sagrados.

O valor estético é mais um valor que se pode depreender das manifestações dos entrevistados. Esse valor, para Mason (2002), muito embora se refira a um valor que abrange diversas qualidades, a princípio trata as sensações advindas da percepção das qualidades visuais do patrimônio. Durante muito tempo, as interpretações da beleza, do sublime, das ruínas, e da qualidade das relações formais de determinado bem cultural foram os critérios mais importantes para tornar coisas e lugares como patrimônio. A categoria de valor estético pode ainda ser interpretada como a que engloba todos os

sentidos e percepções dos sujeitos: aromas, sons, imagens. O sítio patrimonial pode ser visto como valioso pela experiência sensorial que ele oferece para os grupos sociais. Juntamente com o valor histórico está na origem do patrimônio.

Por oportuno, convém colocar que o valor econômico aparece mais como uma possibilidade do bem patrimonial, a ser explorado oportunamente. O que se coaduna ao Mason (2002) conceitua como “valor econômico de não-uso”: aqueles que não são negociados ou capturados em mercados e portanto, difíceis de serem expressos em termos de preço. E podem ser classificados como valores econômicos, pois os indivíduos estão dispostos a atribuir recursos para adquiri-los ou protegê-los.

(...), valores de não-uso são uma forma alternativa de olhar para os valores socioculturais anteriormente descritos. (...) Valores de não-uso dividem-se nas seguintes categorias a fim de especificar exatamente as qualidades do patrimônio que motivam as decisões econômicas: a) “Valor de existência”: sujeitos valorizam um item patrimonial por sua mera existência, apesar de eles próprios não poderem experienciá-lo ou não consumir os seus serviços diretamente; b) “Valor de opção”: refere-se a alguém que deseja preservar a possibilidade (a opção) que ele ou ela pode consumir os serviços patrimoniais em algum momento futuro; c) “Valor legado”: resulta da vontade de legar um ativo patrimonial para as gerações futuras” (MASON, 2002, p. 12-13).

Se todos os processos culturais são condicionados por valores, entre os quais os processos de classificação de um bem cultural como Patrimônio assim como as ações e intervenções sobre este bem (Mason, 2002), é possível efetuar uma distinção entre os valores atribuídos pelo sujeito imerso na cultura, nomeados neste trabalho de valores culturais, daqueles chamados valores patrimoniais, que estabelecem a patrimonialização dos bens culturais. Tal distinção está/fica evidenciada no caso focado por esta pesquisa.

Quais os valores atribuídos ao bem patrimonial? Os valores que aparecem por indicativos/menções dos sujeitos a aspectos que compõem os valores, em seus diversos tipos, nomeados e conceituados pelos teóricos.

5. CONSIDERAÇÕES/PROPOSIÇÕES FINAIS

Este estudo se iniciou com algumas questões cujas respostas foram procuradas: Quais seriam as causas e/ou os fatores responsáveis pelo estado de má conservação, abandono, do cemitério? Quais os sujeitos envolvidos com o bem patrimonial e seus interesses atinentes? A quem pertence o cemitério? Quais valores são atribuídos ao cemitério pelos sujeitos que se inter-relacionam com o mesmo? Quais sugestões fundamentadas são possíveis oferecer para a sua conservação, recuperação social e divulgação?

Partiu-se do pressuposto que, no campo da conservação do patrimônio contemporaneamente, os valores são sempre fundamentais para decidir o que conservar e como conservar.

A elucidação das questões revelou-se à medida que a investigação foi se processando por meio do instrumental teórico-metodológico. Desse modo, cumpridas etapas e respondidas as primeiras questões, chegou-se à última: as possíveis sugestões para o bem patrimonial.

De início, com apoio no referencial teórico, pode-se mencionar a existência de dois entraves, de complexa distinção, de certo modo imbricados, revelador da atual situação do Cemitério dos Ingleses.

Primeiramente, um paradoxo que se estabelece a partir do tombamento do cemitério e sua não proteção e não conservação, principalmente por parte do Estado pernambucano.

Ser um bem tombado e, por conseguinte, carregar o título de “bem patrimonial”, por si só sugere que o bem cultural receba uma natural proteção que normalmente se traduz em conservação, não só no aspecto físico arquitetônico (notadamente neste), como na preservação de seu entorno. No entanto, o atual estado físico do cemitério causa tristeza (para dizer o mínimo) pelo estado de má conservação, “abandono”, em que se encontra. A assertiva de que tomar nem sempre é conservar, e que muitas vezes pode significar o oposto, é comprovado nesse bem patrimonial. O “abandono” do cemitério pode ser percebido tanto na esfera privada, quanto na esfera pública.

Essa é uma questão que necessita da devida atenção e esclarecimento para a “saúde e vida” do bem patrimonial.

Repise-se o que já foi dito páginas atrás: a partir do momento que o cemitério passa a ser considerado um Patrimônio Cultural, ele não se limita mais a determinados valores ou a um valor específico ou, ainda, à ideia de ser propriedade de alguém, de um grupo; mas sim como pertencente a uma comunidade, que lhe atribui valor e importância e deve conservá-lo em sua integridade e diversidade, para sua própria permanência. E se assim não acontecer, é porque alguma parte do processo não foi adequada.

O Cemitério dos Ingleses é um patrimônio dos recifenses, pernambucanos e brasileiros de modo geral. Tem significativa importância, uma vez que valores e motivos não lhe faltam para justificar a sua permanência, da melhor maneira possível, no contexto de seu surgimento. O próprio ato de tombá-lo já demonstra isso, conforme se observa pela leitura do processo de tombamento. E isso já se mencionou.

Em segundo lugar, a patrimonialização do cemitério ocorreu nos moldes de como acontecia em décadas anteriores à de 1970. Ou seja: a origem do pedido de tombamento parte de instância governamental e não da sociedade civil. A iniciativa acontece, como se diz popularmente, de cima para baixo. No caso do cemitério, o interesse para tombá-lo não partiu da coroa britânica nem de proprietários de sepulturas no campo santo. E isso teve reflexo na condução do tratamento da edificação, ao ponto da coroa britânica, equivocadamente, subtrair a ajuda que dispensava ao cemitério. Um aparente caso de confusão entre tombamento e preservação. Conceitos que são distintos, conforme observa Rabello (2009, p. 19-22).

Poulot (2009) advoga que o patrimônio não pertence somente ao passado ou ao futuro, pertence à sociedade no presente. São as pessoas ou grupos, que fazem parte dessa sociedade, que devem eleger para si os bens patrimoniais que julgam importantes, por trazerem consigo uma história ou por ajudarem na evocação de lembranças e na afirmação de identidades, e que mereçam, dessa forma, serem preservados e conservados também para as próximas gerações. Em outros termos, e por essa perspectiva, o patrimônio deve ser reivindicado, eleito, apropriado e reconhecido pelas pessoas ou

grupos no presente. Os instrumentos meramente jurídicos devem ser deixados para segundo plano, como recursos à patrimonialização.

Por essa mesma perspectiva de raciocínio, Gonçalves (2007) considera que:

(...) um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ressonância junto a seu público (GONÇALVES, 2007, p. 214-215).

Convergindo a questão para os cemitérios, Dillmann (2016, p. 82) propõe a seguinte reflexão:

(...) as evidências patrimoniais dos cemitérios são evidentes para quem? (...) Todavia, como sabemos, uma vez que um bem patrimonial só adquire sentido e significado patrimonial quando apropriado, reconhecido, experienciado por determinado(s) grupo(s) social(is), cabe se questionar, hipoteticamente, se os cemitérios estão sendo ou podem ser reconhecidos patrimonialmente, por quem e para quem.

É essa apropriação e reconhecimento do patrimônio, no presente, pelos sujeitos e grupos, que os levarão a valorizá-lo, preservá-lo, conservá-lo, comunicá-lo e transmiti-lo, garantindo, assim, a vitalidade e o espírito dos lugares. Porém, antes disso acontecer, segundo Roca (2008), é necessário que os bens patrimoniais sejam conhecidos para, então, serem amados. Um patrimônio não pode ser apropriado se o sujeito não o conhece.

É preciso, pois, desvelar o Cemitério dos Ingleses aos recifenses e torna-lo ressonante junto à sociedade. Eis, assim, um caminho possível para modificar a situação em que se encontra o Cemitério dos Ingleses do Recife. Isso pela perspectiva teórica.

Pela perspectiva prática, sugere-se que sejam providenciadas ações a curto, médio e longo prazo. Medidas essas, entre outras, que redundem na conservação e recuperação social do bem patrimonial.

Sem nenhum caráter normativo, apenas como possibilidades para o encaminhamento de discussões e ações práticas, a partir do que foi observado, lido, ouvido, são sugeridas as iniciativas seguintes:

a) a realização de um inventário criterioso sobre o acervo tumular do cemitério;

- b) recadastrar, ou atualizar o cadastro, de todos os proprietários de jazigos e familiares;
- c) levantar, estudar e verificar as medidas utilizadas por vários cemitérios do país com êxitos para os mesmos, inclusive as empreendidas pelos seus congêneres de Salvador e do Rio de Janeiro,⁷⁸ com vista a estudo de viabilização em adotá-las face à realidade e o contexto do cemitério do Recife;
- d) verificar a possibilidade de aplicabilidades, junto ao cemitério, de experiências já realizadas junto a outros bens patrimoniais da cidade, com êxito, como algumas empreendidas pelo Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI), de Olinda;⁷⁹
- e) no sentido acima, promover uma espécie de intercâmbio com eles;
- f) buscar meios para implementar o projeto de restauração urbanística e arquitetônica e desenvolvido pela FUNDARPE para o bem patrimonial;
- g) estudar a possibilidade de estabelecer parcerias público-privadas para manutenção e conservação constante da edificação com organizações nacionais e internacionais ligadas às demandas da questão patrimonial;
- h) produzir informações que divulguem a importância e representatividade do espaço nas diversas mídias hoje disponíveis como, por exemplo, a construção de um site sobre o cemitério;
- i) abrir suas portas, com sistema de visita guiada e monitorada;
- j) estabelecer convênio com agências de turismo para inclui-lo em roteiros desenvolvidos por elas como um caminho à propagação dos valores e conservação da edificação.

Certamente que outras medidas surgirão em decorrência dessas primeiras, as quais deverão ser agregadas em prol da construção de um sistema de salvaguarda do cemitério. Igualmente, ainda outras, não contempladas aqui e agora, poderão ser desenvolvidas.

O Cemitério dos Ingleses do Recife terá, com a efetivação de medidas na perspectiva das sugeridas e/ou as próprias sugeridas, a ratificação do seu

⁷⁸ Cf. informações sobre o estado atual dos cemitérios, após restauração, em:
 <<http://www.bahia-turismo.com/salvador/barra/cemiterio.htm>> e
 <<http://cemingba.blogspot.com.br/>> (Salvador) e
 <<http://www.turistaaprendiz.org.br/detalhe.php?idDado=202>> e
 <<http://www.mackenzie.br/7266.html?&L=0>> (Rio de Janeiro, capital).

⁷⁹ Como exemplo desse tipo de experiência, mencione-se o relato de Pontual et al (2009).

real potencial de valorização como instituição de memória e história, com a oportunidade de reinterpretar e expor ao público a sua presença e legado centenários.

No estudo que se empreendeu sobre o British Cemetery – o Cemitério dos Ingleses do Recife -, descobriu-se que a sua significância existe em torno de alguns valores patrimoniais. E é positiva entre os sujeitos que o conhecem e que, de alguma maneira, se inter-relacionam com o mesmo. Todavia, na prática, até o momento, essa valoração não se transformou em medidas efetivas e contínuas para e em sua conservação. Posto que, para além dos valores patrimoniais, outras questões envolvem a sua conservação.

Referências

AGUIAR, Pinto. **Abertura dos Portos do Brasil**. Salvador: Livraria Progresso, 1960.

ALMEIDA, Roberto Flávio Sant'Ana de. **Conservação e Valores Sob a Perspectiva do Patrimônio na Alemanha**: a prática da reconstrução. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ALVES, Cleide. **Cemitério dos Ingleses passará por reforma**. Disponível em: <<http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2014/11/02/cemiterio-dos-ingleses-passara-por-reformas-153925.php>> Acesso em: 20 nov. 2014.

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis – o retorno. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. (Orgs.). **A Bússola do Escrever**: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 41-59.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. **Valores do Patrimônio Cultural**: Uma Análise do Processo de Tombamento do Conjunto IAPI em Belo Horizonte/MG. 2009. 308 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ARAÚJO, Marcelo Mattos. Comunicação Museológica: desafios e perspectivas. Seminários de Capacitação Museológica – **Anais...** p. 304 a 315. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2004.

ARAÚJO, Thiago Nicolau de. **Túmulos Celebrativos de Porto Alegre**: múltiplos olhares sobre o espaço cemiterial (1889-1930). Porto Alegre: ediPUCS, 2008.

ARCHELA, Rosely S. et al. O lugar dos mapas mentais na representação do lugar. **Geografia**, Londrina, v.13, n.1, p. 127-141, 2004. Disponível em: <www.uel.br/revistas/geografia/v13n1eletronica/7.pdf> Acesso em: 20 jan. 2016.

ASHLEY-SMITH, Jonathan. **Definitions of damage**. 1999. Disponível em: <<http://palimpsest.stanford.edu/byauth/ashley-smith/damage.html>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

AUSTRALIA ICOMOS. 2013. **The Burra Charter: The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance**, 2013. Disponível em: <<http://australia.icomos.org/publications/charters/>> Acesso em: 01 set. 2015.
The Burra Charter:

AVRAMI, Erica C.; MASON, Randall; DE LA TORRE, Marta. **Values and Heritage Conservation: research report**. Los Angeles, CA: Getty Conservation Institute, 2000. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10020/gci_pubs/values_heritage_research_report> Acesso em: 20 set. 2014.

BALLART, Josep. **El Patrimonio Histórico y Arquelógico: valor y uso**. Barcelona: Ariel, 1997.

BIERNACKI, Patrick; WALDORF, Dan. Snowball Sampling: Problems and techniques of Chain Referral Sampling. **Sociological Methods & Research**, v. 10, nº 2, p. 141-163, 1981. Disponível em: <<http://smr.sagepub.com/content/10/2/141.abstract>> Acesso em: 15 jan. 2015.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. 4ª ed. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2014 [1884].

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. 2ª ed. Cotia/SP: Ateliê, 2005.

BRASIL. **Coleção de Leis do Brasil**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2009.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acesso em: 10 set. 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 3.866, de 29 de novembro de 1941.** Dispõe sobre o tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De13866.htm> Acesso em: 20 de mar. 2013.

_____. **Lei nº 6.292, de 15 de dezembro de 1975.** Dispõe sobre o tombamento de bens no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%206.292-1975?OpenDocument> Acesso em:

_____. **Decreto nº 5.040, de 07 de abril de 2004.** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5040-7-abril-2004-531672-publicacaooriginal-13579-pe.html>> Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil:** uma trajetória. Brasília: MEC/ISPAN/Pró-Memória, 1980.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá:** empresário do império. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPLE, Chris. **Conservation Skills:** Judgement, method and decision making. London: Routledge, 2000.

CARBONARA, Giovanni. Avvicinamento al Restauro. Napoli: Liguori, 1997.

CARVALHO, Ernesto Regino Xavier de. **Uma Necrópole Renascida:** A História do Cemitério dos Ingleses da Bahia. 2006. 194 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. **Liberdade:** rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Editora da UFPE, 1998.

CASCUDO, Câmara. Prefácio do Tradutor. In: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** 2ª ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura/Governo do Estado de Pernambuco/Departamento de Cultura, 1978.

CASTRIOTA, Leonardo B. Conservação e valores: pressupostos teóricos das políticas para o patrimônio. **Topos - Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, n. 04, p. 8-14, 2005.

_____. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

_____. **Conservação e Valores**: a via crítica de Alois Riegl. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

CASTRO, Elisiana T. **Aqui também jaz um patrimônio**: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC, 1962-2008). 2008. 210 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91822>> Acesso em: 18 set. 2013.

_____. Cemitérios, nosso patrimônio nacional: a ação do IPHAN com relação ao patrimônio funerário brasileiro. In: III ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS CEMITERIAIS, 2010, Piracicaba. **Anais...** Disponível em: <<https://elisianacastro.wordpress.com/artigos-publicados/>> Acesso em 18 set. 2013.

CASTRO, Vanessa de. **Das Igrejas ao Cemitério**: políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima**: General de Bolívar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

CLAVIR, Miriam. **Preserving What is Valued**: museums, conservation and first Nations. Vancouver: UBC Press, 2002.

COELHO, António Matias. Introdução – Abordar a Morte, Valorizar a Vida. In: _____ (Coord.). **Atitudes Perante a Morte**. Coimbra: Livraria Minerva, 1991. p. 7-11.

COSTA, Heraldo Batista da. **Criação do Cemitério dos Ingleses no Rio de Janeiro (1808-1811)**. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2010.

COSTA, Leonor Freire; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (Orgs.). **O Tratado de Methuen (1703)**: Diplomacia, Guerra, Política e Economia. Lisboa: Livros Horizontes, 2006.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. **História Ciência e Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 57-74, abr. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702004000100004&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 16 abr. 2016.

COUTO, José Geraldo. **Brasil: Anos 60**. São Paulo: Ática, 1999.

CURY, Isabelle. (Org.). **Cartas Patrimoniais**. 3. ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004.

DANTAS, Ney Brito. **Entre Coquetes e Chicos-Machos** (uma leitura da paisagem urbana do Recife na primeira metade do século XIX). 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

DE LA TORRE, Marta; MASON, Randall. Introduction. In: DE LA TORRE, Marta. (Ed.). **Assessing the Values of Cultural Heritage. Research Report**. Los Angeles, CA: The Getty Conservation Institute, 2002. p. 3-4. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10020/gci_pubs/values_cultural_heritage> Acesso em: 20 set. 2013.

DILLMANN, Mauro. A 'alma' dos cemitérios: evidências patrimoniais para quem? **Revista Brasileira de História das Religiões**, ANPUH, Ano VIII, n. 24, p. 79-87, jan.-abr. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index>> Acesso em: 15 mai. 2016.

FALK, Pedro Frederico et al. Cemitérios Públicos em Pernambuco: uma análise da política pública de secularização dos sepultamentos em Pernambuco na primeira República. **Revista Gestão Pública: Práticas e Desafios**, v. I, n. 1, p. 181-204, fev. 2010.

FARIA, Sheila Siqueira de C. **Viver e Morrer no Brasil Colônia**. São Paulo: Moderna, 1999.

_____. Tratados de 1810. In: VAINFAS, Ronaldo. (Dir.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. p. 702-703.

FLICK, Uwe. Entrevista episódica. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 114-136.

_____. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLYVBJERG, Bent. Phronetic Planning Research: Theoretical and Methodological Reflections. **Planning Theory & Practice**, Aalborg, Denmark, v. 5, n. 3, p. 283-306, sept. 2004. Disponível em: <<http://flyvbjerg.plan.aau.dk/PhronPlan7.1PUBL.pdf>> Acesso em: 7 jan. 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da Política Federal de Preservação no Brasil**. 3ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FRANCA, Rubem. **Monumentos do Recife: Estátuas e bustos, igrejas e prédios, lápides, placas e inscrições históricas do Recife**. Recife: Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, 1977.

FRASER, Márcia Tourinho D.; GONDIM, Sônia Maria G. Da Fala do Outro ao Texto Negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-863X20040002&lng=en&nrm=iso> Acesso em 3 mar. 2015.

FREYRE, Gilberto. **Inglese no Brasil**. Aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: TopBooks; UniverCidade, 2000 [1948].

_____. **Guia Prático, Histórico e Sentimental da Cidade do Recife**. 5ª ed. rev. atual. aum. São Paulo: Global, 2007 [1934].

FRONDIZI, Risieri. **Qué Son Los Valores?** 3ª ed. Santiago: Fondo de Cultura Economica, 1993.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

FUNDARPE. Processo de Tombamento do Cemitério dos Ingleses do Recife, 0747 T, 07 abril 1981.

GIBBS, Graham. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

_____. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIUSTINA, Lêda Bernardi Della. **O Pilar Que Ficou**: um estudo de conservação em bens patrimoniais a partir do conceito de valor: o caso da Igreja do Pilar do Recife. 2010. 222 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Autenticidade, memórias e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/296>> Acesso em: 9 nov. 2014.

_____. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 23, p. 15-36, jan./jun., 2005.

_____. O Espírito e a Matéria. In: **Antropologia dos Objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2007. p. 107-116.
GONZÁLES-VARAS, Ignacio. **Conservación de Bienes Culturales**: teoría, historia, principios y normas. Madrid: Ediciones Cátedra, 1999.

GRACIA, Jorge J. E. (Ed.). **El Hombre y Su Conducta**: ensayos filosóficos en honor de Risieri Frondizi. Río Piedras: Universidad de Puerto Rico, Editorial Universitaria, 1980.

GRAHAM, Maria. **Diário de Uma Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1990 [1824].

GRAHAM, Richard. **Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil (1850-1914)**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GREENBLATT, Stephen. Resonance and wonder. In: KARP, Ivan & LAVINE, Steven D. (Eds.). **Exhibiting cultures**: the poetics and politics of museums display. Washington: Smithsonian Institution Press, 1991.

GUENTHER, Louise H. **The British Community of Bahia Brazil 1808-50**. Oxford: Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2004.

HAGUETTE, Tereza Maria F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. 10^a ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HIDAKA, Lúcia Toné Ferreira. **Indicador de avaliação do estado de conservação sustentável de cidades patrimônio da humanidade**: teoria, metodologia e aplicação. 2011. 315 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

HESSEN, Johannes. **Filosofia dos Valores**. Coimbra: Studium, 1967.

JOKILEHTO, Jukka. **A History of Architectural Conservation**. Elsevier: Burlington, 1999.

_____. Conceitos e ideias sobre conservação. In: ZANCHETTI, Sílvia M.; JOKILEHTO, Jukka (Org.). **Gestão do patrimônio cultural integrado**. Recife: CECI- Ed. da Universidade Federal de Pernambuco, 2002. p. 13-40.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa Com Texto, Imagem e Som**: um manual prático. 3^a ed. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 90-113.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 [1816].

KOZEL, Salete T.; NOGUEIRA, Amélia Regina B. A. Geografia das Representações e sua aplicação pedagógica: contribuições de uma experiência vivida. **Revista do Dept. de Geografia de São Paulo**, São Paulo, v. 13, p. 239-257, 1999. Disponível em: <www.revistas.usp.br/rdg/article/view/53819>. Acesso em: 20 jan. 2016.

KÜHL, Beatriz M. Cesare Brandi e a Teoria da Restauração. **Pós** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, n. 21, p. 197-211, 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43516/47138>> Acesso em: 5 mai. 2016.

_____. Os *Restauradores* e o Pensamento de Camillo Boito. In: BOITO, Camilo. **Os Restauradores**: Conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. 3ª ed. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008. p. 9-28.

LACERDA, Norma. Valores dos Bens Patrimoniais. In: LACERDA, Norma; ZANCHETI, Sílvio M. (Orgs.) **Plano de Gestão da Conservação Urbana**: conceitos e métodos. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, 2012. p. 44-54.

LENZ, Sylvia Ewel. A Presença Britânica na Corte Imperial. **Locus**: Revista de História. Juiz de Fora, v. 14, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/locus/files/2010/02/art-09-a-presen%C3%A7a.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2015.

LODI, João Bosco. **A Entrevista**: teoria e prática. São Paulo: Pioneira, 1991.

LODOÑO, Juan Luis Isaza. Carta internacional de Morelia. Relativa a cementerios patrimoniales y arte funerário. **Apuntes. Revista de Estudios sobre Patrimonio Cultural**. Bogotá, v. 18, n. 1-2, 2005. Disponível em: <<http://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revApuntesArq/article/view/9065>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MACHADO, Paulo Batista. **Representações sociais e mapas mentais**: elementos introdutórios à questão. 2010. Disponível em

<<https://blogpaulomachado.wordpress.com/2010/09/06/representacoes-sociais-e-mapas-mentais-elementos-introdutorios-a-questao/>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

MAGALHÃES, Ana Carolina de Oliveira. **Significância e Conservação**: Um estudo sobre a percepção da significância cultural e a sua relação com a conservação do bem patrimonial: o caso do centro histórico de Marechal Deodoro, Alagoas. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MAIOR, Paulo M. Souto. **Nos Caminhos do Ferro**: construções e manufaturas no Recife: (1830-1920). Recife: Cepe, 2015.

MANCHESTER, Alan K. **Preeminência Inglesa no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

MARIUZZO, Patrícia. A Construção Histórica do Patrimônio Público. **ComCiência – Revista Eletrônica de Jornalismo Científico**, n. 52, mar., 2004. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/memoria/02.shtml>> Acesso em: 10 mai. 2016.

MASON, Randall. Assessing values in conservation planning: methodological issues and choices. In: DE LA TORRE, Marta. (Ed.). **Assessing the Values of Cultural Heritage**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. p. 5-30. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/pdf_publications/assessing.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2011.

MASON, Randall. (Ed.). **Economics and Heritage Conservation**: a meeting. Los Angeles, CA: Getty Conservation Institute, 1999. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10020/gci_pubs/economics_and_heritage> Acesso em: 20 set. 2014.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A Opulência na Província da Bahia. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**: Império. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 143-179.

MELLO, Evaldo Cabral de. Uma História Social da Presença Britânica no Brasil. In: FREYRE, Gilberto. **Ingleses no Brasil** – aspectos da influência

britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: TopBooks/Fundação Gilberto Freyre, 2000. p. 9-15.

MELLO, José Antônio G. de. Grades e Portões de Ferro do Recife. In: _____ . **Tempo de Jornal**. Recife: FUNDAJ, Massangana, 1998. p. 157-161.

_____. **Ingleses em Pernambuco. História do Cemitério Britânico e da Participação de Ingleses e Outros Estrangeiros na Vida e na Cultura de Pernambuco, no Período de 1813 a 1909**. Recife: Edição do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1972.

MENDONÇA, Hélio J. Alguns Aspectos da Influência Britânica sobre a Vida Brasileira e Comentários em Torno do Livro Ingleses no Brasil de Gilberto Freyre. In: QUINTAS, Fátima. (Org.) **Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2000. p. 124-130.

MIASMA. In: HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss Eletrônico de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Instituto Houaiss/Objetiva, 2009. 1 CD-ROM.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 2004a.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MONTAGNER, Francieli et al. Paço Alfândega: análise de intervenção a partir da interpretação da teoria de Giovanni Carbonara acerca do restauro. In: XVI SIMPÓSIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: APRENDER E EMPREENDER NA EDUCAÇÃO E NA CIÊNCIA, 3, 2012, Santa Maria, RS. **Anais...** Santa Maria: Centro Universitário Franciscano, 2012, p. ? Disponível em: <www.unifra.br/eventos/sepe2012/Trabalhos/7058.pdf> Acesso em: 15 set. 2015

MUÑOZ VIÑAS, Salvador. **Teoría Contemporánea de la Restauración**. Madrid: Editorial Síntesis, 2004.

NOGUEIRA, Renata de Souza. **Quando um Cemitério é Patrimônio Cultural**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-

Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:
<<http://www.memoriasocial.pro.br/documentos/Disserta%C3%A7%C3%B5es/Diss321.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

OLIVEIRA, Luiz Valente; RICÚPERO, Rubens (Orgs.). **A Abertura dos Portos**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

PANTALEÃO, Olga. A Presença Inglesa. In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **O Brasil Monárquico**: o processo de emancipação. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 60-70. (Col. História Geral da Civilização Brasileira, vol. 1, tomo II.)

PARAÍSO, Rostand. **Esses Ingleses...** Recife: Bagaço, 1997.

PEREIRA, Rosamaria Reo. **A Presença Inglesa no Brasil e sua Influência nas Obras de Escritores Brasileiros do Século XIX**. 2005. 101 f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em:
<<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/1728>> Acesso em: 15 ago. 2015.

PERNAMBUCO. Lei n.º 7.790, de 18 de setembro de 1979. Institui o tombamento de bens pelo estado. Disponível em:
<<https://www.nacaocultural.pe.gov.br>> Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Lei nº 6.239, de 1 de janeiro de 1980. Regulamenta a Lei Nº 7.970, de 18 de janeiro de 1979, que institui o tombamento de bens pelo Estado, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www.nacaocultural.pe.gov.br>> Acesso em: 10 set. 2014.

_____. Decreto nº 9.131, de 23 de janeiro de 1984. Homologa Resolução do Conselho Estadual de Cultura, de tombamento do Cemitério dos Ingleses, localizado no bairro de Santo Amaro, no Recife. Disponível em:
<http://200.238.101.22/docreader/docreader.aspx?bib=DO_198401&PagFis=435> Acesso em: 15 de nov. 2013.

_____. Decreto n.º 27.753, de 18 de março de 2005. Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro do Patrimônio Imaterial do Estado de Pernambuco – RPI-PE, e dá outras providências. Disponível em:
<<https://www.nacaocultural.pe.gov.br>> Acesso em: 10 set. 2014.

PHRONESIS. In: JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 150.

PINHEIRO, Maria Lúcia B. John Ruskin e as Sete Lâmpadas da Arquitetura – Algumas Repercussões no Brasil. In: RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

PINHEIRO, Oswaldo G. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, Mary Jane (Org.) **Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 183-214.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da Proteção ao Patrimônio Cultural: o tombamento como principal instituto**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

POERNER, Arthur José. **Identidade Cultural na Era da Globalização: política federal de cultura no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

PONTUAL, Virgínia et al. **Divulgação e Interpretação do Patrimônio: O Pátio de São Pedro no Recife**. Olinda, 2009.

POULOT, Dominique. **Uma História do Patrimônio no Ocidente, Séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRATS, Llorenç. El Concepto de Patrimonio Cultural. **Política y Sociedad**, Madrid, 27, p. 63-76, 1998. Disponível em: <<http://antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/prats%20el%20concepto%20de%20patrimonio%20cultural.pdf>> Acesso em: 25 mai 2015.

QUEIROZ, Cristiany Moraes de. **Um Estudo Antropológico na Catedral Anglicana do Recife: rumos, rumores e (re) construções**. 2012. 212 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

RABELLO, Sonia. **O Estado na Preservação dos Bens Culturais: o tombamento**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009.

RECIFE. Lei nº 13.957, de 26 de setembro de 1979. Institui normas gerais de proteção a sítios, conjuntos antigos, ruínas e edifícios isolados, cujas expressões arquitetônicas ou históricas tenham real significado para o patrimônio cultural da cidade do Recife; disciplina a preservação desses bens; autoriza o prefeito a declarar zonas especiais de interesse dessa preservação cultural e dá outras providências. Disponível em:

<<http://cmrecife.jusbrasil.com.br/legislacao/857754/lei-13957-79>> Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. Decreto nº 11.797, de 31 de dezembro de 1980. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/decreto/11797/original/1/>> Acesso em: 18 ago. 2013.

_____. Lei nº 16.176 – Lei do Uso e da Ocupação do Solo V, de 9 de abril de 1996. Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. Disponível em: <<http://www.legiscidade.recife.pe.gov.br/lei/16176/>> Acesso em: 05 abr. 2014.

REIS, João José. **A Morte É Uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REZENDE, Antônio Paulo. **A Presença Britânica em Pernambuco, Brasil (1808-1950).** Recife: Secretaria de Cultura, 2000.

RIBEIRO, Cândida Fernanda A. **Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?** 1998. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id07id178&sum=sim>> Acesso em: 18 ago. 2015.

_____. **O Acesso à Informação nos Arquivos.** 1998. 786 f. Tese (Doutorado em Arquivística) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 1998. Disponível em: <<https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/.../3/fribeirovol01000061435.pdf>> Acesso em: 18 ago. 2015.

RIEGL, Aloïs **O Culto Moderno dos Monumentos e Outros Ensaios Estéticos.** Lisboa: Edições 70, 2013 [1903].

ROCA, Andrea. Classificar, nomear, representar; objetos e palavras para construir a nação argentina em um museu. In: CHAGAS, Mário de Souza, BEZERRA, Rafael Zamarano, BENCHETRIT, Sarah Fassa. (Orgs.). **A Democratização da Memória: A Função Social dos Museus Ibero-Americanos.** Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008. p. 105-124.

RODRIGUES, Cláudia. A Cidade e a Morte: a febre amarela e seu impacto sobre os costumes fúnebres no Rio de Janeiro (1849-1850). **História, Ciência**

e Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 53-80, Junho 1999.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000200003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 17 jun 2014.

RODRIGUES, Cláudia. **Nas Fronteiras do Além**: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII-XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969-1987. São Paulo: UNESP, 1999.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura**: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas: Unicamp, 2001.

SAMPAIO, Marcos Guedes Vaz. Padrão dos Investimentos Britânicos e a Modernização Conservadora na Economia Baiana Oitocentista. **Revista Crítica Histórica**. Maceió, ano I, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/index.php?option=com_content&view=article&id=70:padroes-de-investimento&catid=41:artigos&Itemid=56> Acesso em: 05 ago. 2016.

SANT'ANNA, Marcia. **Políticas públicas e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial**. In: FALCÃO, A. (Org.). Registro e políticas de salvaguarda para as culturas populares. Rio de Janeiro: IPHAN/CNFCP, 2005.

SCHELLER, Max. **On Feeling, Knowing, and Valuing**. Chicago/London: The University of Chicago/Press, 1992.

SILVA, Eduardo. **O Cemitério de Santa Cruz Como Patrimônio Cultural**. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010. Disponível em: <http://univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html?action=readFile&file=SILVA_Eduardo..pdf¤t=/Resumos_das_Dissertacoes/2010> Acesso em: 13 set. 2013.

SILVA, Elizete da. **Cidadãos de Outra Pátria**: Anglicanos e Batista na Bahia. 1998. 405 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SILVA, Geraldo Gomes. **Engenho & Arquitetura** – tipologia dos edifícios dos antigos engenhos de açúcar de Pernambuco. Recife: Fundação Gilberto Freyre, 1997.

SILVA, Leonardo Dantas. O Recife, várias visões. In: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas. **O Recife**: quatro séculos de sua paisagem. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana; Prefeitura da Cidade do Recife, Secretaria de Educação e Cultura, 1992. p. 19-20.

SILVA, Livia Moraes e. "**Os Últimos Testemunhos Desse Passado, A Raiz do Que Somos e Seremos**": A Preservação do Patrimônio Cultural em Pernambuco Entre 1979 e 1993. 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

SILVA, Paulo Sérgio Damasceno. **A Proteção do Patrimônio Cultural Tangível**: considerações sobre o valor, seus institutos e regimes jurídicos. 2005. 108 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Rogério Piva da. **O Valor Econômico do Patrimônio Cultural**: o caso da fábrica Rheingantz em Rio Grande-RS. 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens Culturais e sua Proteção Jurídica**. 3ª ed. ampl. atual. Curitiba: Juruá, 2011.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de C. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2207.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **A Convenção Sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural, de 1972**: para saber o essencial. Brasília, DF: Iphan, 1972.

_____. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: IBAMA, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Vice-Reitoria. Coordenação de Bibliotecas. **Manual de normas UFPel para trabalhos acadêmicos**. Pelotas, 2013. Revisão técnica de Aline Herbstrith Batista, Carmen Lúcia Lobo Giusti e Elionara Giovana Rech. Disponível em:

<<http://sisbi.ufpel.edu.br/?p=documento&i=7>> Acesso em: 15 mar. 2015.

VAINSENER, Semira Adler. *Cemitério dos Ingleses / Ingleses em Pernambuco*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=567>. Acesso em: 13 mai. 2013.

VALLADARES, Clarival Prado. **Arte e Sociedade nos Cemitérios Brasileiros**: um estudo da arte cemiterial ocorrida no Brasil desde as sepulturas de igrejas e as catacumbas de ordens e confrarias até as necrópoles secularizadas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 02 Vols.

VARGAS, Pedro Rubens Nei F. **O Mercado Central de Porto Alegre e os Caminhos Invisíveis do Negro**: uma relação patrimonial. 2011. 157f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

VOVELLE, Michel. **Piété Baroque et Déchristianisation en Provence au XVII^e Siècle**. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso. Planejamento e Métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio Cultural do Rio Grande do Sul**: A Atribuição de Valores a uma Memória Coletiva Edificada para o Estado. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

ZANCHETI, Sílvio M.; JOKILEHTO, Jukka. **A Experiência do CECI com programas de ensino na gestão da Conservação Integrada**. Olinda: CECI, 2007.

ZANCHETI, Silvio Mendes et al. **Judgement and validation in the Burra Charter Process**: *Introducing feedback in assessing the cultural significance of heritage*. 2009. Disponível em: <www.ceci-br.org/novo/revista/docs2009/CT-2009-146.pdf> Acesso em: 17 nov. 2014.

ZANCHETI, Silvio Mendes. **What is sustainable conservation of urban heritage sites?** Recife, 2009, mimeo.

APÊNDICES

Apêndice A - Fotografia de túmulos à direita e à esquerda da capela



Apêndice B - Fotografia de túmulos ao fundo da capela



Apêndice C - Fotografias de túmulos em arruamento



Apêndice D – Fotografias de túmulos variados



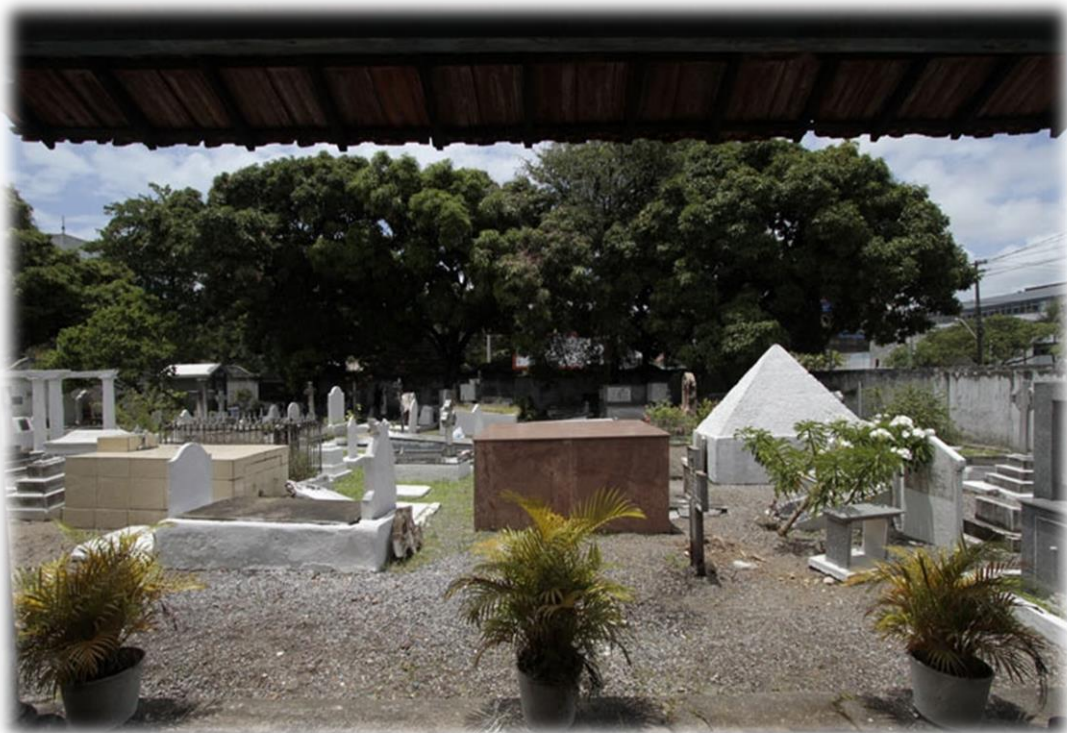
Apêndice E – Fotografias de túmulos variados



Apêndice F - Fotografias de túmulos

Apêndice G - Fotografias de túmulos

Apêndice H - Fotografias de túmulos

Apêndice I - Fotografias de túmulos

Apêndice J - Fotografias de lápide de túmulos



Apêndice L - Fotografia da lápide de Daniel Streff



Apêndice M - Fotografia do túmulo de Susanna Star



Apêndice N - Fotografia do túmulo-mausoléu do General Abreu e Lima



Apêndice O - Fotografias de detalhes do túmulo de Abreu e Lima



Apêndice P - Fotografia da lápide e epitáfio do mausoléu de Abreu e Lima II



Apêndice Q - Fotografia do frontispício do portão e a inscrição



Apêndice R - Fotografia do portão e o ano inscrito: MDCCCXIV (lado direito)



Apêndice S - Fotografia do portão e o ano inscrito: MDCCCLII (lado esquerdo)



Apêndice T - Fotografias do muro e cerca elétrica



Apêndice U - Fotografias de túmulos danificados



Apêndice V - Fotografias de túmulos danificados



Apêndice X - Fotografias de túmulos danificados



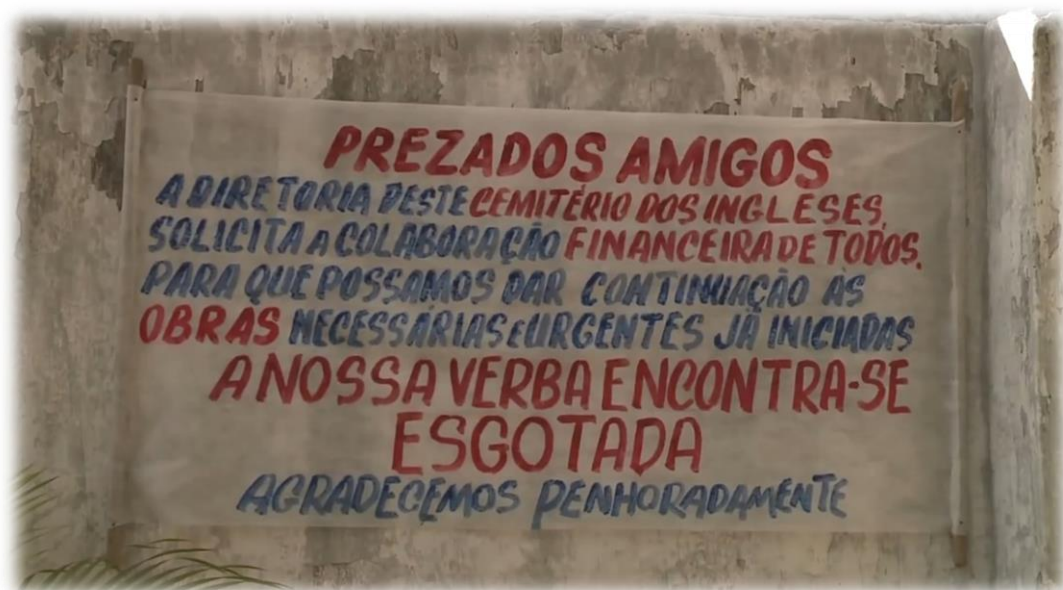
Apêndice W - Fotografia de túmulos acometidos por mofo



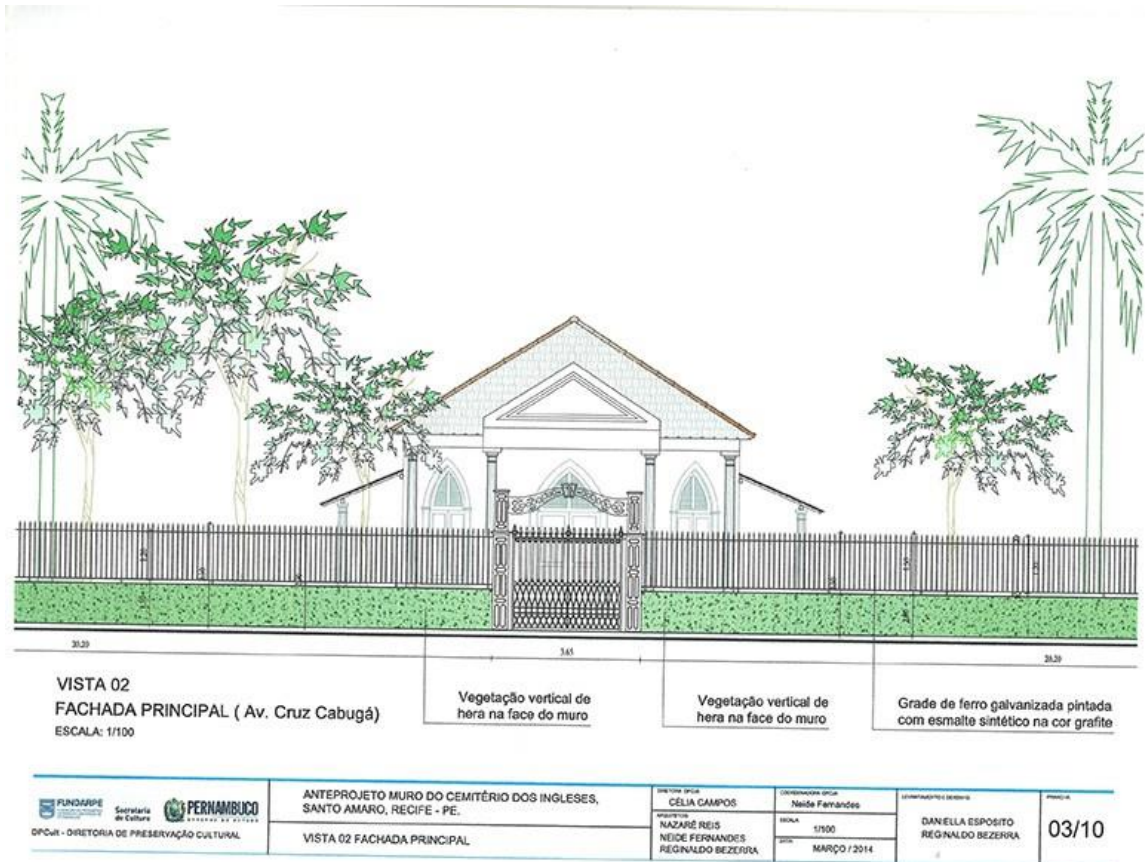
Apêndice Y - Fotografia do telhado da capela com danificações



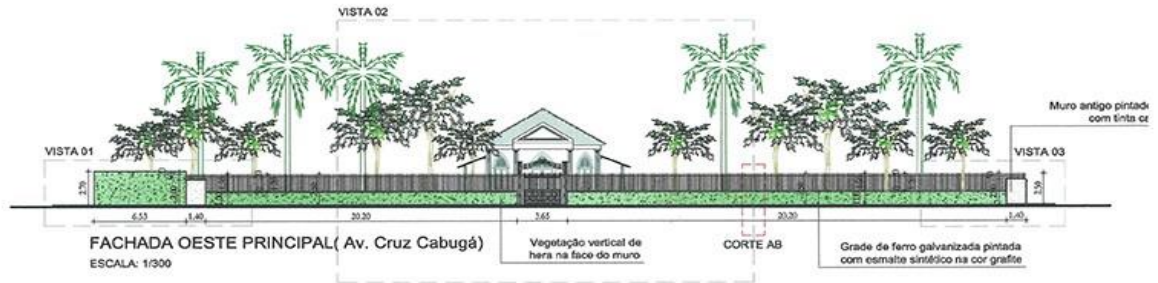
Apêndice Z - Fotografia de placa solicitando ajuda



Apêndice AA – Reprodução de parte da planta do projeto de restauração



Apêndice BB – Reprodução de parte da planta do projeto de restauração



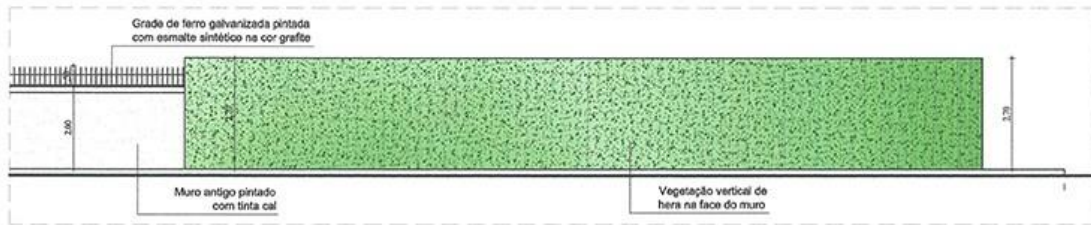
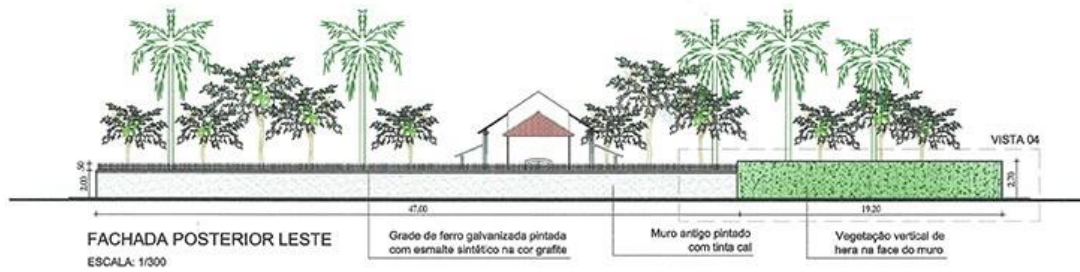
VISTA 01
ESCALA: 1/100



VISTA 03
ESCALA: 1/100

	ANTEPROJETO MURO DO CEMITÉRIO DOS INGLESES, SANTO AMARO, RECIFE - PE.	ARQUITETA: CÉLIA CAMPOS ARQUITETOS: NAZARÉ REIS, NEIDE FERNANDES, REGINALDO BEZERRA	COORDENADORA GRÁFICA: Neide Fernandes ESCALA: 1/300 DATA: MARÇO / 2014	LAYOUT/REVISÃO E DESENHO: DANIELLA ESPOSITO, REGINALDO BEZERRA	FOLHA: 02/10
	FACHADA SUL E OESTE				

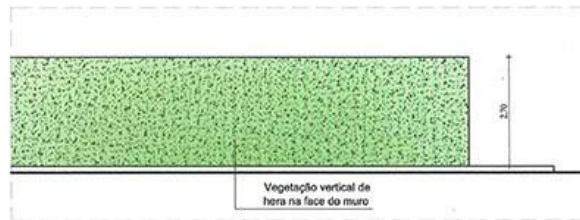
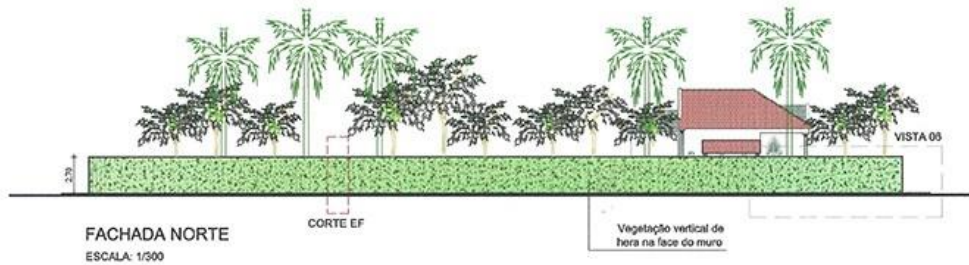
Apêndice CC – Reprodução de parte da planta do projeto de restauração




VISTA 04
ESCALA: 1/100

<p>FUNPARPE SECRETARIA DE CULTURA DO PERNAMBUCO DIPICUR - DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO CULTURAL</p>	<p>ANTEPROJETO CAPELA DO CEMITERIO DOS INGLESES, SANTO AMARO, RECIFE - PE.</p>	<p>COORDENADORA GERAL CELIA CAMPOS</p>	<p>COORDENADORA GERAL Rafaela Fernandes</p>	<p>COORDENADORA GERAL DANIELLA ESPOSITO REGINALDO BEZERRA</p>	<p>DATA 04/10</p>
	<p>FACHADA LESTE E NORTE</p>	<p>PROJETISTAS NAZARE REIS NEIDE FERNANDES REGINALDO BEZERRA</p>	<p>ESCALA 1/300</p> <p>DATA MARÇO / 2014</p>		

Apêndice DD – Reprodução de parte da planta do projeto de restauração



VISTA 06
ESCALA: 1/100

	ANTEPROJETO CAPELA DO CEMITERIO DOS INGLESES, SANTO AMARO, RECIFE - PE.	ORÇAMENTO GERAL CÉLIA CAMPOS	ORÇAMENTO GERAL Neide Fernandes	ELABORAÇÃO E DESENHO	06/10
	FACHADA LESTE E NORTE	ARQUITETOS NAZARE REIS NEIDE FERNANDES REGINALDO BEZERRA	ESCALA 1/300 DATA MARÇO / 2014	DANIELLA ESPOSITO REGINALDO BEZERRA	

Apêndice EE – Fotografias do cemitério após a última “reforma”



Apêndice FF – Fotografias da capela após a última “reforma”



Apêndice GG – Roteiro para a entrevista**PESQUISA DE CAMPO****ROTEIRO DE PAUTAS****1. Caracterização do pesquisado**

1.1. Nome (opcional) _____

1.2 Sexo _____

1.3 Idade _____

1.4 Escolaridade _____

1.5 Profissão _____

1.6 Morador ou não do bairro _____ Por quanto tempo _____

2. Pautas relacionadas ao cemitério

- a) Relação com o cemitério;
- b) Conhecimento sobre a História do cemitério;
- c) Representatividade do lugar para o entrevistando;
- d) Qual a importância do cemitério para a cidade;
- e) Considerações sobre o estado físico do cemitério;
- f) O cemitério como patrimônio;
- g) O cemitério como atrativo turístico.

ANEXOS

Anexo A – Decreto de tombamento

Terça-feira, 24

DIÁRIO OFICIAL

Janeiro de 1984 03

**PODER
EXECUTIVO**

**Governador do Estado
Roberto Magalhães Melo**

DECRETO N.º 9129, DE 23 DE JANEIRO DE 1984

EMENTA: Reduz o prazo de intervenção estadual no Município de IPOJUCA.

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso II, da Constituição do Estado, tendo em vista o Ofício n.º 03/84, do Presidente da Câmara Municipal de Ipojuca, bem como parecer do Interventor Estadual naquele município,

D E C R E T A :

Art. 1.º O termo final da intervenção estadual no Município de Ipojuca, fixado para 1.º de março de 1984, pelo Decreto n.º 9.001, de 01 de dezembro de 1983, fica antecipado para 15 de fevereiro próximo.

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, EM 23 DE JANEIRO DE 1984.

ROBERTO MAGALHÃES MELO

DECRETO N.º 9130, DE 23 DE JANEIRO DE 1984

EMENTA: Reabre crédito especial

O Governador do Estado, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista as disposições contidas no § 4º do artigo 44 da Constituição Estadual e na Lei nº 9.222, de 17 de fevereiro de 1983, e

Considerando que o crédito especial autorizado pela Lei nº 9.222, de 17 de fevereiro de 1983, e aberto pelo Decreto nº 8.862, de 13 de outubro do mesmo ano, não foi totalmente utilizado;

Considerando, ainda, que o referido crédito especial foi autorizado no último quadrimestre do ano, hipótese em que poderá vigorar até o término do presente exercício financeiro,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica reaberto à GOVERNADORIA DO ESTADO, em favor da Unidade Orçamentária abaixo discriminada, o crédito especial de Cr\$ 2.258.456,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e seis cruzados), destinado às despesas de execução de seu programa de trabalho, conforme o demonstrativo abaixo:

1100 - GOVERNADORIA DO ESTADO
1107-1 - Unidade Técnica do Programa Estadual de Desburocratização

Legislação: Decreto nº 8.840, de 05 de outubro de 1983.

Finalidades: Prestar apoio técnico e administrativo à Coordenação Geral do Programa Estadual de Desburocratização, exercida pelo Secretário Extraordinário para os Assuntos de Desburocratização.

DESCRIÇÃO DO PROGRAMA DE TRABALHO

1107.03070212.139-0 - Coordenação dos escritórios de Pernambuco em outros Estados

Localização: Brasília.

Objetivos: Prestar assessoramento aos órgãos da administração direta e indireta do Estado em assuntos de interesse de Pernambuco em outros Estados.

1107.03070432.202-3 - Coordenação e orientação do Programa Estadual de Desburocratização

Objetivos: Promover estudos e propor medidas que facilitem o atendimento do usuário dos serviços públicos, dentro da filosofia do Programa Nacional de Desburocratização; prestar colaboração aos órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo em iniciativas pertinentes ao Poder Executivo.

QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA (Cr\$ 1,00)

1100 - GOVERNADORIA DO ESTADO RECURSOS DO TESOURO

1107-1 - Unidade Técnica do Programa Estadual de Desburocratização

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	F O N T E	DETALHADO	TOTAL
1107.03070212.139-0	Coordenação dos escritórios de Pernambuco em outros Estados	3211.00-2	00	300.000	500.000
		3292.00-0	00	200.000	
1107.03070432.202-3	Coordenação e orientação do Programa Estadual de Desburocratização	3111.00-8	00	483.668	1.758.456
		3120.00-7	00	35.510	
		3131.00-9	00	300.000	
		3132.00-5	00	473.978	
		3253.00-7	00	100.000	
		4120.00-0	00	365.300	
TOTAL				2.258.456	

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, EM 23 DE JANEIRO DE 1984.

ROBERTO MAGALHÃES MELO

Airon Carlos da Silva Rios

Luiz Otávio de Melo Cavalcanti

Aguinaldo Viriato de Medeiros Filho

DECRETO N.º 9131, DE 23 DE JANEIRO DE 1984

EMENTA: Homologa Resolução do Conselho Estadual de Cultura, de tombamento do Cemitério dos Ingleses, localizado no bairro de Santo Amaro, no Recife.

O Governador do Estado, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 69, inciso II, da Constituição do Estado, tendo em vista o disposto no artigo 2.º, parágrafo 1.º, da Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, e no artigo 16 do Decreto nº 6.239, de 11 de janeiro de 1980,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica homologada a Resolução nº 15 do Conselho Estadual de Cultura, de 06 de dezembro de 1983, declaratória de tombamento do Cemitério dos Ingleses, localizado no bairro de Santo Amaro, no Recife.

Art. 2.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, EM 23 DE JANEIRO DE 1984.

ROBERTO MAGALHÃES MELO

Francisco Austerliano Bandeira de Mello



Anexo B – Ofício de proposta de tombamento

2

RUA BENFICA, 133 - MADALENA
Fones: 228-3577 - 228-3700
50000 - RECIFE - PE

C.G.C.M.F. 09.960.386/0001.



SEC. DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES
Protocolo nº 468
Data 30/3/81

FUNDAÇÃO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO 1
E ARTÍSTICO
DE PERNAMBUCO

Deixo a FUNДАРPE
para exame técnico
30/3/81
3

Recife, 18 de março de 1981.

OF.-DP-Nº 151/81

Senhor Secretário:

De acordo com os artigos 4º e 5º do Decreto nº 6.239/80, estamos encaminhando à apreciação de V.Exa., proposta de tombamento da Igreja de Santo Amaro das Salinas e Cemitério dos Ingleses - em Sto Amaro-PE.

Na oportunidade reiteramos protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente

Ulysses Pernambuco de Mello
Ulysses Pernambucano de Mello, neto
Diretor Presidente

Exmº Sr.

Dr. FRANCISCO AUSTERLIANO BANDEIRA DE MELLO
DD.Secretário de Turismo, Cultura e Esportes

N e s t a

Anexo C – Final do Ofício de proposta de tombamento

STGE-1
PROTOS
N.º 0719
Data 21/07/84

Ac Gabinete
Formar processo -
supl. 7. 1. 84
apresentado

Anexo D – Capa do processo de tombamento

FUNDARPE

PROCESSO N.º 7ABR81 0747 DATA 07 / 04 / 81REFERENCIA: Proposta de tombamento da Igreja de Santo Amaro das Salinas
e Cemitério dos Ingleses - em Santo Amaro/PE.INTERESSADO: FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO.

Anexo E – Razões da proposta de tombamentoPROPOSTA DE TOMBAMENTO

IGREJA DE SANTO AMARO DAS SALINAS
E CEMITÉRIO DOS INGLESES

As primeiras informações sobre a Igreja de Santo Amaro das Salinas, com tal denominação, datam de 1774, referindo também a existência de um casario em redor. Era o remanescente do "Morgadio de Santo Amaro das Salinas", instituído em 1681 por Luiz do Rego Barros, filho do Capitão Francisco do Rego Barros, de quem herdara a propriedade.

Já em 1800, evoluída em povoação, Santo Amaro das Salinas teve organizada pelos moradores sua primeira Irmandade, que veio a adquirir a Igreja.

A feição atual do templo é aquela resultante das obras de reconstrução, concluídas pela Irmandade em 1894. Hoje, compõe juntamente com o Cemitério dos Ingleses, instituído em 1814, um conjunto digno de preservação.

A área, com os dois monumentos citados, foi objeto do recente Decreto Municipal nº 11.797, de 31 de dezembro de 1980, que implanta um regime de preservação edilícia, constando também no PPSH da Região Metropolitana do Recife com a recomendação de tombamento a nível estadual.

Em face do exposto, é de toda conveniência que se promova o Tombamento do referido núcleo urbano, de conformidade com o esta-

Anexo F – Final das razões da proposta de tombamento

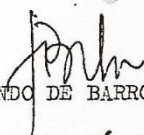
-7.03.81 0/2:

200

12

belecido no Decreto Estadual nº 6.239/80, devendo, no curso do exame técnico, ser fixados o entorno a preservar e as respectivas normas de proteção.

Ao Sr. Diretor de Patrimônio Histórico, em 06.03.81, sugerindo encaminhar ao Sr. Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, em busca do deferimento inicial, nos termos do citado Decreto.



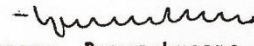
FERNANDO DE BARROS BORBA

Assessor Técnico

Anexo G – Edital de publicidade do tombamento**E D I T A L**

A FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO-FUNDARPE, torna público que foi deferida pelo Sr. Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, Proposta de Tombamento do sítio histórico compreendendo a IGREJA DE SANTO AMARO DAS SALINAS e o CEMITÉRIO DOS INGLESES, situado no bairro de Santo Amaro, nesta cidade, assegurando-se assim ao referido sítio o mesmo regime de bem tombado, até sua inscrição definitiva no Livro de Tombo competente, nos termos do Decreto Estadual nº 6.239, de 11.01.1980.

Recife, 05 de maio de 1981.


Ulysses Pernambucano de Mello, neto
Diretor Presidente

Anexo H - Edital publicado

15

UF PE

DIARIO DE PERNAMBUCO

Recife, sexta-feira, 5 de junho de 1981

22/June

RECIFE
TOMBAMENTO DE SÍTIO HISTÓRICO
EDITAL

A FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO — FUNDARPE torna público que foi deferida pelo Sr. Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, Proposta de Tombamento do sítio histórico compreendendo a IGREJA DE SANTO AMARO DAS SALINAS e o CEMITÉRIO DOS INGLESES, situado no bairro de Santo Amaro, nesta cidade, assegurando-se assim ao referido sítio o mesmo regime de bem tombado, até sua inscrição definitiva no Livro de Tombo competente, nos termos do Decreto Estadual nº 6.239, de 11.01.1980.

TURISMO, CULTURA E ESPORTES — FUNDARPE

Anexo I - Edital publicado

16 UFPE

JORNAL DO COMMERCIO - Recife - Sexta-feira, 5 de junho de 1981

23/um

RECIFE

TOMBAMENTO DE SÍTIO HISTÓRICO

EDITAL

A FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO - FUNDAPE torna público que foi deferido pelo Sr. Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, Proposta de Tombamento do sítio histórico compreendendo a IGREJA DE SANTO AMARO DAS SALINAS e o CEMITÉRIO DOS INGLESES, situado no bairro de Santo Amaro, nesta cidade, assegurando-se assim ao referido sítio o mesmo regime de bem tombado, até sua inscrição definitiva no Livro de Tombamento, nos termos do Decreto Estadual nº 16.238 de 11.01.1980.

TURISMO, CULTURA E ESPORTES - FUNDAPE

Anexo J – Edital publicado17
Sexta-feira, 05

DIÁRIO OFICIAL

Junho de 1981

24/June

EDITAL

A FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO – FUNDARPE, torna público que foi deferida pelo Sr. Secretário de Turismo, Cultura e Esportes, Proposta de Tombamento do sítio histórico compreendendo a IGREJA DE SANTO AMARO DAS SALINAS e o CEMITÉRIO DOS INGLESES, situado no bairro de Santo Amaro, nesta cidade, assegurando-se assim ao referido sítio o mesmo regime de bem tombado, até sua inscrição definitiva no Livro de Tombo competente, nos termos do Decreto Estadual nº 6.239, de 11.01.1980.

Recife, 05 de maio de 1981

Ulysses Pernambucano de Mello Neto,
Diretor Presidente

Anexo K - Notificação ao consulado inglês

RUA BENFICA, 133 - MADALENA
Fones: 228-9577 - 228-3700
50000 - RECIFE - PE

UFPE

FUNДАРPE



FUNDAÇÃO DO
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
E ARTÍSTICO
DE PERNAMBUCO

C. G. C. M. F. 09.960.386/0001

Recife, 04 de maio de 1981

OF.DP-Nº 230/81

[Handwritten signatures and initials]

Ref. Notificação ao CONSULADO INGLÊS

Senhor Consul:

Tendo em vista o que estabelece o Decreto Estadual nº 6.239, de 11.01.80, notifico V.Exa. que foi deferido o tombamento provisório do sítio histórico compreendendo a IGREJA DE STº AMARO DAS SALINAS e o CEMITÉRIO DOS INGLESES, situado no bairro de Santo Amaro, nesta cidade.

Fica assim assegurado a V.Exa. o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do conhecimento da presente notificação, para anuir à medida ou impugnã-la junto à Secreteria de Turismo, Cultura e Esportes, de Pernambuco.

Atenciosamente

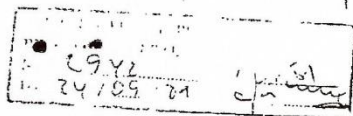
[Handwritten signature]
Ulysses Pernambucano de Mello, neto
Diretor Presidente

Exmº Sr.
MIGUEL OTÁVIO DE MELO JÚNIOR
DD. Cõsul Grã-Bretanha
Av. Marquês de Olinda, 200 s/410
RECIFE - PE

[Handwritten notes and stamps]
Bel. ARNALDO MACIEL
Rua... Recife
28 JUL 1981
José Soares F. Reis
Secretaria Autorizada

SECRETARIA GOSTA LIMA - 41 Tab de Notas
Del. Álvaro G. da Costa Lima - Tuvilão
Del. Josébal Vieira de Albuquerque
José Romário Fada
BRASIL
28 JUL 1981
certifico que a presente cópia é a reprodução
del do original que me foi exibido. Dou fé

Anexo L - Resposta do consulado



UPPE

Consulado Britanico
Recife
27 de agosto de 1981

Exmo.Sr.
Dr.Ulysses Pernambuco de Mello, neto
DD Presidente do Patrimonio Histórico e
Artístico de Pernambuco
Nesta.

A Agui/DPH.
25/num
12.5.81

Ulysses Pernambuco de Mello, neto
Diretor Presidente - FUNDARPE

Excelentissimo Senhor,

É com imenso prazer que acuso o recebimento de seu officio DP No.230/81, datado de 04 de maio de 1981 e reconhecido em cartório em 28 de julho de 1981, em que V.Exa. me informa que foi deferido o tombamento provisório do sitio histórico, compreendendo a Igreja de Santo Amaro das Salinas e o Cemitério dos Ingleses, situado no bairro de Santo Amaro, nesta cidade.

Em atenção ao pedido de V.Exa., venho, dentro de prazo solicitado de 30 dias, apresentar a minha plena e total anuência ao referido tombamento.

Entretanto, fica compreendido que continuaremos a usar o local tombado, como cemitério, como vimos procedendo desde o ano de 1813.

Com os votos de elevado apreço e consideração subscrevo-me,

Atenciosamente,

Miguel Otavio de Melo Jnr.

Miguel Otavio de Melo Jnr.

Consul

Anexo M - Ofício ao Prefeito do Recife

CFDE

Recife, 05 de maio de 1981. *Muniz*

OF.-DP-Nº 233/81

Senhor Prefeito:

Levo ao conhecimento de V.Exa. que o Sr. Secretário de Turismo, Cultura e Esportes deferiu Proposta de Tombamento do sítio histórico compreendendo a IGREJA DE SANTO AMARO, DAS SALINAS e o CEMITÉRIO DOS INGLESES, situado no bairro de Santo Amaro, nesta cidade.

Fica dessa forma assegurado ao referido sítio o mesmo regime de bem tombado, até sua inscrição definitiva no Livro de Tombo competente, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 6.239, de 11 de janeiro de 1980.

-Atenciosamente

Ulysses Pernambuco de Mello Neto
Ulysses Pernambuco de Mello Neto
Diretor Presidente

Exmº Sr.
Dr. GUSTAVO KRAUSE SOBRINHO
DD. Prefeito do Recife
Prefeitura Municipal
N e s t a

Anexo N – Parecer do Conselho Estadual de Cultura

23



61 25

fls. 46
Proc. N.º 0747/81
Rub. MD

SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

PERNAMBUCO

PARECER

PROPOSTA DE TOMBAMENTO DO SÍTIO HISTÓRICO IGREJA DE SANTO AMARO DAS
SALINAS E DO CEMITÉRIO DOS INGLESES - - - - -

A presente proposta de tombamento teve longo percurso: assim é que no dia 18/03/1981 o Diretor Presidente da FUNDARPE encaminha ao Secretário de Turismo, Cultura e Esporte o pedido de tombamento dos referidos monumentos, de acordo com os artigos 4º e 5º do Decreto nº 6239/80, acrescido de qualquer ação de âmbito estadual deveria pautar-se pelo Decreto Municipal de 31/12/1980 que institui zona de preservação como Sítio Histórico Igreja de Santo Amaro das Salinas e Cemitério dos Ingleses. Neste mesmo mês de Março de 1981 o assessor técnico da Fundarpe despacha o referido processo julgando "de toda conveniência que se promova o tombamento do referido núcleo urbano, de conformidade com o estabelecido no acima citado decreto estadual 6239/80". Em 5/5/1981 o Diário Oficial, bem assim o Jornal do Comércio e o Diário de Pernambuco, publicavam o seguinte Edital:

TOMBAMENTO DE SÍTIO HISTÓRICO
EDITAL

"A FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO-FUNDARPE-torna publico que foi deferido pelo Sr. Secretário de Turismo, Cultura e Esportes proposta de tombamento do sítio histórico compreendendo a IGREJA DE SANTO AMARO DAS SALINAS e o CEMITÉRIO DOS INGLESES, situado no bairro de Santo Amaro, nesta Cidade, assegurando assim ao referido sítio o mesmo regime de bem tombado, até sua inscrição definitiva no Livro de Tombo competente nos termos do Decreto Estadual no. 6.239 de 11.01.1980. Recife, 05 de Maio de 1981
Ulysses Pernambucano de Mello Neto
Diretor Presidente.

Estava, assim, oficialmente delineada a ação de tombamento dos referidos monumentos, partes integrantes do citado Sítio Histórico.

Acontece que somente em Maio de 1983 foi encaminhado ao Conselho Estadual de Cultura tal processo de tombamento, em instância final, e cujo parecer abaixo apresentamos:

- 1) Considerando que em 18/03/1981 o Dr. Ulysses Pernambucano de Mello Neto, Diretor Presidente da FUNDARPE de acordo com os artigos 4º e 5º do Decreto nº 6239/80 propunha tombamento da Igreja de Santo Amaro das Salinas e do Cemitério dos Ingleses, monumentos integrantes do Sítio Histórico Igreja de Santo Amaro das Salinas;
- 2) Considerando que a Igreja de S. Amaro das Salinas, construção provável do Sec. XVII, foi levantada em sítio pertencente a Francisco do Rego Barros cujo filho, em 1681, Luiz do Rego Barros, sendo herdeiro da propriedade instituiu o morgado de Santo Amaro das Salinas;
- 3) considerando o fator histórico que cerca o referido local;
- 4) considerando que, em 1800, dado o fervor religioso dos fiéis católicos foi organizada uma Irmandade sob invocação do Santo Padroeiro que adquiriu a capela e formou seu patrimônio;
- 5) considerando que o Cemitério dos Ingleses foi o primeiro existente em Pernambuco em terreno cedido por desapropriação ao Consul da Inglaterra, no ano de 1814, pelo Presidente da Província Caetano Finto de Miranda Montenegro, no referido Sítio de Santo Amaro das Salinas:

Anexo O - Complemento do Parecer do Conselho Estadual de Cultura

30



L.F. DE

 fls. 47
 Proc. Nº 0747/81
 Rubr. sus

 SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES
 CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

PERNAMBUCO

- 6) considerando que no Cemitério dos Ingleses acha-se enterrado o ilustre pernambucano José Inácio de Abreu e Lima e possivelmente o tão citado amigo dos pernambucanos o viajante e memorialista Henry Koster;
- 7) considerando que o Consulado da Inglaterra, dentro do seu espírito tradicionalista, possuidor daquela faixa de terreno, se mostra, também, vivamente empenhado no tombamento do referido cemitério;

julga este relator, ser de inteira justiça e oportunidade indiscutível o tombamento da histórica Igreja de Santo Amaro das Salinas e do secular Cemitério dos Ingleses, partes integrantes do já tombado Sítio Histórico Santo Amaro das Salinas.

Recife, 29 de Novembro de 1983

relator

LIDO E APROVADO

Em 29/11/83

Diretora de Secretaria

Anexo P – Ofício do Presidente do Conselho Estadual de Cultura

31



UFPE

 fl. 48
 Proc. nº 0747/83
 Rubr. MD

Sec. de Turismo, Cultura e Esportes
Protocolo nº 3024
Data 13.12.83

 SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES
 CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

PERNAMBUCO

Recife, 6 de dezembro de 1983

 A OG/AJ. Preparar
 minuta de decreto
 13.12.83
 IS

Ofício nº 28/83-P.

Senhor Secretário

Encaminho a V.Exa, juntamente com o processo /
 nº 0747, a Resolução nº 14/83, declaratória do Tombamento da Igreja de Santo Amaro das Salinas e a Resolução nº 15/83, declaratória do Tombamento do Cemitério dos Ingleses, localizados no bairro de Santo Amaro, nesta cidade do Recife.

Atenciosamente

NILO PEREIRA

Presidente em exercício

Exmo. Sr.

 Dr. Francisco Austerliano Bandeira de Melo
 MD, Secretário de Turismo, Cultura e Esportes
 NESTA

Anexo Q – Resolução do Conselho Estadual de Cultura

33



CFRE

fls. 50
Pten.º 0747/81
Publ. 14/10SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES
CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA

PERNAMBUCO

R E S O L U Ç Ã O Nº 15/83

O CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 2º da Lei nº 7970, de 18/ de setembro de 1979 e o Art. 16 do Decreto nº 6239, de 11 de janeiro de 1980

R E S O L V E

Declarar o Tombamento do CEMITÁRIO DOS INGLESES, constando de uma área murada de aproximadamente 1.700m² (um mil e sete - centos metros quadrados), localizado na Avenida Cruz Cabugá, entre a Avenida Norte e a Praça Frei Caneca, no bairro de Santo Amaro, nesta cidade do Recife, de acordo com o que foi decidido/ por este Colegiado, em sessão de 29 de novembro de 1983, ao aprovar, unanimemente, o parecer do Conselheiro Fernando Pio dos Santos, em anexo.

Recife, 6 de dezembro de 1983

*Nilo de Oliveira Pereira*NILO DE OLIVEIRA PEREIRA
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO